

# Manuel Abranches de Soveral

## Origem dos Avelar e dos Soveral



*Escudo ordenado por Estêvão Dias (de Mouriz),  
comum aos Avelar e aos Soveral (pintura do autor)*

1. **Diogo Mendes (de Ribadouro)**<sup>1</sup>, ca 1133 - ca 1171, senhor da honra de Quintela da Lapa (Sernancelhe). Nele começa o conde D. Pedro esta linhagem, sem o filiar, o que na verdade não significa que não fosse da linhagem dos Ribadouro. Também o conde D. Pedro começa os Fonseca em Mem Gonçalves, sem o filiar, sendo já hoje possível dizer com segurança que era da linhagem dos Ribadouro. Diogo Mendes & ca 1169 **Elvira Dias de Urrô**, ca 1152-, senhora de Mouriz (Aguiar de Sousa, hoje Paredes, que incluía Cête), filha de Fernão Gonçalves de Souza, cavaleiro, ca 1120-1175/, e sua mulher D. Exâmea Dias de Urrô, irmã de Rui Dias de Urrô e de João Dias de Freitas, o 1º deste nome, todos filhos de Diogo Gonçalves de Urrô, -1138, governador de Lafões em 1128, senhor das honras de Urrô e Mouriz, e talvez também da honra de Soveral, e de sua mulher Urraca Mendes de Bragança. Segundo o conde D. Pedro, aquela D. Exâmea Dias de Urrô foi ferrada por uma vespa nas partes íntimas, do que sofreu muito, tendo deixado a todos os seus descendentes a obrigação de matar vespas onde quer que as encontrassem.
- 1.1. **Estêvão Dias (de Mouriz)**, ca 1170-ca 1241, senhor das honras de Mouriz e da Lapa, etc., rico-homem, etc. É ainda referido nas inquirições de 1288, onde se diz que no reinado de D. Sancho tinha seis casais no lugar de Cospostela, na freguesia de S. João de Foz do Sousa, com os quais honrou toda a vila, que D. Dinis mandou devassar, e que na freguesia de S. Cosmado de Besteiros, no julgado de Aguiar de Sousa, tinha a quintã e honra de Besteiros. Foi o 1º que ordenou o escudo de armas comum aos Avelar e dos Soveral. Segundo a lenda, referida nomeadamente por Manso

de Lima, venceu em batalha três "reis" mouros, o que o levou a reordenar o seu escudo de armas desta forma: em campo de ouro (antiga nobreza), três faixas de vermelho carregadas com as cinco (depois passaram a três) estrelas de prata das suas armas originais. Segundo a dita tradição, estas armas originais seriam as dos Ribadouro (*em campo azul, cinco estrelas de ouro em aspa, de seis, sete ou oito pontas*). Mas, na verdade, também podiam ser as armas dos Urrô (*depois ditas dos Freitas - em campo vermelho, cinco estrelas de prata de seis pontas em aspa*), de qualquer forma igualmente descendentes dos Ribadouro.<sup>2</sup> Naquele episódio (certamente integrado na reconquista alentejana de D. Sancho II) Estêvão Dias terá sido ferido em combate singular, pelo que o timbre são três espadas cravadas no virol. Tendo em conta a heráldica mais antiga desta linhagem, parece poder concluir-se que as estrelas originais eram de oito pontas, como aparecem no túmulo de D. Martim de Avelar (*imagem ao fundo*), que faleceu depois de 1364. Tendo os Soveral (*imagem ao centro*, da casa-solar de Sernancelhe), por diferença, usado as estrelas com seis pontas. Aliás, no mais antigo documento heráldico da família que se conhece (*imagem no topo*) é com seis pontas que as estrelas aparecem. Trata-se da matriz sigilar do séc. XIII, identificada pelo marquês de Abrantes, de D. Inez Fernandes, filha de Fernão Martins de Soveral. Este pormenor, que me parece distinguiria as armas de cada um dos nomes, passou depois despercebido na reforma manuelina, sendo os Avelar registados igualmente com as estrelas de seis pontas.<sup>3</sup> O conde D. Pedro (e, seguindo-o, José Augusto de Sotto Mayor Pizarro em "Os Patronos do Mosteiro de Grijó", 1995) dá a este Estêvão Dias duas mulheres e dois filhos do mesmo nome (Martim Esteves), com a agravante de se documentarem ambos como Avelar, sendo que só um deles seria filho de D. Maria Martins de Avelar. Para além deste desacerto e improbabilidade, também a cronologia não o permite. Parece evidente, e é essa a solução que defendo, que o conde D. Pedro confundiu dois homónimos, pai e filho, ambos senhores de Mouriz. A verdade é que na segunda metade do século XIII já se documentam vários indivíduos com o mesmo patronímico do pai, sobretudo quando o prenome é comum, como é o caso dos Martim Afonso Chichorro, pai e filho, se bem que estes sejam um pouco mais tardios. Mas basta percorrer as inquirições do século XIII para verificar este fenómeno. Assim, este Estêvão Dias em epígrafe & ca 1218 **D. Maria Martins de Avelar** (o nome escrevia-se então *do Avellaal*, aqui uniformizado em *de Avelar*), ca 1200-, *senhora da honra de Avelar*, filha herdeira de Martim de Aragão, que o conde D. Pedro diz que foi um cavaleiro que veio de Aragão com a rainha D. Dulce de Aragão e aqui casou D. Maria Raimundes. Mas, para aceitar a informação do conde D. Pedro, teríamos de datar essa vinda para Portugal em 1174, ano do casamento de D. Dulce, e considerar que o dito Martim não era então mais do que um seu pajem imberbe, com 6 ou 7 anos de idade. Na verdade, nas inquirições de D. Dinis de Julho e Agosto de 1284 diz-se que nas inquirições do rei D. Afonso (portanto as de 1258, do III, e não as de 1220, do II) testemunhou um mordomo do rei que fora subornado por Martim de Aragão. Mesmo que este já então (1258) tivesse falecido, não teria morrido há muitos anos. Ora, se em 1174 tivesse 6 anos, em 1258 teria 90, se fosse vivo. O que não é impossível, pelo que a informação do conde D. Pedro não pode ser assim liminarmente recusada. Avelar (então Avellaal) corresponde aos actuais lugares de Avelão e Avenal, em Stª Mª de UI (Oliveira de Azeméis), de cuja matriz Martim de Aragão tinha o padroado. Nas ditas inquirições de D. Dinis de 1284 documenta-se que toda a aldeia do Avelaal, no termo de UI, no antigo julgado de



Figueiredo, era "*honra velha*", sem contudo se referir a quem pertencia. Nas mesmas inquirições documenta-se ainda que Gil Esteves de Avelar fez casa de morada na vizinha vila de Valverde, no lugar chamado *Mortidi* ou *Murtidi*, que fora de Martim de Aragão ("*d'Arangom*"). Sendo também certo que na sua quintã de Avenal, em UI, D. Sancha Martins de Avelar, referida adiante, instituiu morgadio e capela em seu testamento (*Livro 1 das Capelas da Comarca de Esgueira*, f. 260). Por outro lado, naquelas inquirições documentam-se mais três indivíduos Aragão (*Arangom*) e justamente ligados aos Avelar: Rodrigo Afonso de Aragão, Gil Afonso de Aragão e Martim Anes de Aragão, escudeiros, que possuíam casais na vizinha aldeia de Loureiro (hoje uma freguesia de Oliveira de Azeméis) e aí tinham, conjuntamente com os irmãos Martim de Avelar e Gil Esteves de Avelar, um monte defeso, "*e nom dam a el Rey quinhon desse monte nem desse montadigo nen'o seu homem nom ham hy herdade mays veem do linhagem e dizem que defendem mays desse monte ca soham*". Deste conjunto de informações podemos concluir que Martim de Aragão, tendo ou não vindo para Portugal com a rainha D. Dulce, em 1174 não seria mais do que uma criança recém-nascida. Quando muito seria filho de um cavaleiro do séquito da antedita rainha. O seu casamento com D. Maria Raimundes ter-se-á realizado cerca de 1199, teria então cerca de 27 anos de idade. Dada a existência, passados 85 anos, daqueles três escudeiros, é de supor que Martim de Aragão deixou, além da dita filha, pelo menos mais uma filha. E dado que os dois Avelar referidos são seus netos maternos, é de aceitar que os escudeiros Rodrigo Afonso de Aragão e Gil Afonso de Aragão também o sejam, filhos do Afonso Lourenço que em 1288 partilhava a honra de Macieira com Martim Esteves Freire de Avelar, como adiante se refere. Já o Martim Anes, referido como "*scudeiro que vem dos d'Arangom*", deve ser filho de um virtual João Afonso de Aragão, entretanto já falecido, irmão daqueles Rodrigo Afonso e Gil Afonso. Resta apurar como Avelar, honra antiga, veio parar à posse do estrangeiro Martim de Aragão, sendo que a hipótese mais plausível reside naturalmente no seu casamento. O conde D. Pedro diz apenas de Martim de Aragão casou com uma D. Maria Reymondo, sem a identificar. Mas parece evidente que é por ela que Martim de Aragão teve a honra de Avelar, que como vimos se estendia a toda a aldeia e respectivo padroado. Qualquer compra ou doação real não deixaria de ser referida na dita inquirição. De resto, só esse casamento explica o essencial, que é não só a posse da "*honra antiga*" de Avelar, mas sobretudo a sua importância simbólica na linhagem, evidenciada no facto de quer D. Maria Martins (segundo o conde D. Pedro) usar este nome (e não Aragão, do pai) quer de seus descendentes o adoptarem também, ainda que vindo por via feminina. Tudo isto ponderado, é bem provável que já D. Maria Raimundes fosse *de Avelar*, e filha sucessora de um D. Raimundo que representava uma linhagem antiga deste nome, cuja memória se perdeu. Aliás, é possível que estes Avelar originais tivessem usado leões rompantes como heráldica. Com efeito, a já referida matriz sigilar armoriada de D. Inez Fernandes, ainda do séc. XIII, de bronze dourado a ouro fino, com um escudo português carregado com três faixas, cada uma delas carregada com três estrelas de seis pontas, ou seja, as armas dos Avelar/Soveral, estão rodeadas por leões rompantes, que o marquês de Abrantes atribui à mãe ou ao marido (cujas armas seriam um escudo partido, o 1º de negro com um leão de prata armado e lampassado de vermelho e o 2º de vermelho com três faixas de ouro). Mas, como o próprio marquês de Abrantes reconhece, seria a primeira vez que apareceria o escudo de uma dama medieval em que as armas do marido não constassem do 1º quartel ou campo do escudo. Por outro lado, noutras matrizes sigilares desta época os meios lóbulos que rodeiam o escudo muitas vezes são ocupados por peças heráldicas que remetem para linhagens de ascendência relativamente remota e por via feminina, como é, por exemplo, o caso dos Correa com as águias dos Aguiar/Guedão nos ditos meios lóbulos. Assim, aqueles leões deveriam remeter para uma ascendência significativa de D. Inez, que seria ainda solteira quando foi feita a matriz. E essa linhagem, pelas razões apontadas, provavelmente era justamente a desses Avelar originais, da honra antiga.

- 1.1.1. **Martim (Esteves) de Avelar**, ca 1219 - 1293/, *senhor das honras de Avelar e da Lapa, etc., cavaleiro e vassalo, teve a honra de Soveral por sua mulher*. Documenta-se com seus filhos e seu irmão Gil Esteves em 1288 e 1293 numa questão relativa à igreja de Sanfins de Stª Mª. Nas inquirições de D. Dinis de Julho e Agosto de 1284 documenta-se que Martim de Avelar seu irmão Gil Esteves, bem assim como Martim Anes e Rodrigo Afonso de Aragão, tinham um monte defeso em Loureiro (hoje freguesia de Oliveira de Azeméis), "*e nom dam a el Rey quinhon desse monte nem desse montadigo nen'o seu homem nom ham hy herdade mays veem do linhagem e dizem que defendem mays desse monte ca soham*". Nas inquirições de 1288 aparece, no então julgado de Figueiredo de Rei (hoje freguesia de Santiago de Riba-UI, concelho de Oliveira de Azeméis), Martim Esteves de Avelar na posse da quintã de Avelar, que trazia por honra e que honrava a quintã de Valverde, ambas na freguesia de S. João de Loureiro, e a quintã de UI, na freguesia de Santa Maria, as quais os jurados dizem que pagavam 7 libras de renda ao rei por certos casais. Especificam que a quintã de Valverde foi feita e honrada pelo pai de Martim

Esteves. A sentença real determinou que a renda continuasse a ser paga e que as honras se mantivessem. Nas mesmas inquirições de 1288, "*Martin Stevez Floyre de Avelaal*" aparece como senhor da quinta e honra de Macieira, na freguesia de Santa Eulália de Macieira de Sarnes, no julgado de Santa Maria (hoje Macieira de Sarnes é freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis), juntamente com Afonso Lourenço, dizendo-se que a honra se estendia a toda a vila de Macieira, determinando a sentença real que se mantivesse como estava. Apesar da coincidência do nome, esta honra de Macieira de Sarnes, em Oliveira de Azeméis, não é a honra de Macieira que pertenceu ao sogro deste Martim Esteves de Avelal e que ficava em Cambra. Na verdade, na inquirição não se refere a mulher de Martim Esteves nem, portanto, se diz que ele tinha a honra por ela. Sendo que é normal nas inquirições referir as donas das honras, mesmo quando casadas. Mas, sobretudo, o "*Martin Stevez Floyre de Avelaal*" que tinha esta honra em 1288 não é este Martim Esteves de Avelar mas sim seu sobrinho homónimo, dito Martim Esteves Freire, referido adiante, filho de Estevão Dias de Avelar. Acresce que esta honra de Macieira fica junto à honra de Avelar, tudo indicando que vinha também da herança Aragão. Quem era o Afonso Lourenço com quem Martim Esteves Freire partilhava a honra de Macieira? Bem parece ser o pai dos escudeiros Rodrigo Afonso de Aragão e Gil Afonso de Aragão, que possuíam casais na vizinha aldeia de Loureiro e aí tinham, conjuntamente com os irmãos Martim Esteves de Avelar e Gil Esteves de Avelar, um monte defeso, conforme ficou dito. Este Afonso Lourenço podia ser ou neto paterno (filho de um virtual Lourenço Martins) de Martim de Aragão, ou um seu genro, portanto casado com uma irmã mais nova de D. Maria Martins de Avelar ou de Aragão. Neste caso, os filhos usaram o apelido materno, o que não é de espantar, tanto mais que a Martim Esteves do Avelar e seus irmãos aconteceu exactamente isso. Portanto, se o Afonso Lourenço que em 1288 partilhava a honra de Macieira fosse tio-avô materno por afinidade de Martim Esteves Freire, era então já viúvo e naturalmente de avançada idade, pois teria nascido cerca de 1210/15. Se fosse neto de Martim de Aragão (filho de um virtual Lourenço Martins de Aragão), podia ter nascido mais tarde, cerca de 1230/40. Acresce que, se Martim de Aragão tivesse tido um filho varão, o mais provável é que tivesse sucedido na honra de Avelar. Salvo se foi bastardo. Tendo também em conta que Afonso Lourenço apenas se documenta como tal, sem Aragão, inclino-me mais para a hipótese de ser genro de Martim de Aragão. Martim Esteves de Avelar & ca 1241 *Estevainha Anes de Macieira*, ca 1222 -, *senhora da honra de Soveral (Lafões)*, filha de João Gonçalves "*de Macieira*", senhor da honra de Macieira (Cambra), e de sua mulher D. (Maria) Nunes de Pinho, senhora da honra de Soveral (Lafões). A honra de Soveral, identificada nas inquirições de D. Afonso III ("*de Soveral que est hereditas militum de avoenga*") nos finais do séc. XIII estava aparentemente englobada na honra de Pinho. As inquirições de 1288 dizem que a freguesia de S. João de Pinho, com excepção de alguns casais, era toda honrada e pertencia aos netos de D. Nuno Peres de Pinho, não nomeados. Embora não se possa afirmar que todos os Pinho tenham a mesma origem, a mais antiga família com o chamadouro "de Pinho" tem solar na antedita honra de Pinho (então Pio ou Piño), no julgado de Lafões (hoje concelho de S. Pedro do Sul), honra essa muito próxima das honras de Vila Maior e de Moldes, pertencentes respectivamente às famílias com o chamadouro "de Tavares" e "de Fonseca". Sobretudo no século XIII realizaram-se várias alianças matrimoniais entre estas três famílias e os Avellar/Soveral. Nas inquirições dionísias já o padroado da igreja de S. João de Pinho era repartido entre os "*milites de Pino et de Afonseca*". Nas inquirições afonsinas de 1258 a honra de Pinho, tal como a de Soveral, era inteiramente de fidalgos. Nas mesmas inquirições dá-se como principal senhor da honra de Pinho Nuno Peres "de Pinho", o mesmo que no reinado (1223-1248) de D. Sancho II doou vários casais ao mosteiro de Santa Cruz de Lafões. De Nuno Peres foi filho João Nunes "de Pinho", cujos filhos possuíam a honra de Pinho (pelo menos parte) em 1288. Nesta mesma época tinha aqui bens Fernando Martins "de Pinho" certamente também neto de Nuno Peres e filho de um virtual Martim Nunes, o qual Fernando Martins casou com D. Sancha "de Taboadelo" e foram pais de Martim Fernandes de Pinho (pai de D. Maior Martins casada com Lourenço Mendes de Fonseca) e de João Fernandes de Pinho, pai de D. Tereza Anes (casada com Estêvão Peres "de Avellal") e parece que também de Gonçalo Anes "de Pinho" e de Lourenço Anes "de Pinho". De D. Nuno Peres de Pinho parece ainda filha a desconhecida mulher de João Gonçalves de Macieira, senhor da honra de Macieira, no julgado de Cambra. Essa filha, D. (Maria) Nunes de Pinho, nascida cerca de 1200, terá herdado a quinta honrada de Soveral, na freguesia honrada de S. João de Pinho, na qual sucedeu sua filha D. Estevainha Anes. Esta D. Estevainha casou com Martim Esteves de Avelar, senhor das honras de Avellar e da Lapa, sendo pais de Pedro Martins, que de sua mãe herdou a honra de Soveral, sendo por isso dito Pedro Soveral. Este Pedro era portanto um dos netos (no sentido genérico, porque na verdade

era bisneto) de D. Nuno Peres de Pinho que nas inquirições de 1288 se diz que tinham a freguesia honrada de S. João de Pinho. O antedito João Gonçalves "de Macieira" foi senhor da honra de Maceira. Nas inquirições de 1288 verifica-se que em Macieira havia então uma honra, quintã e paço, com apenas cinco casais, que era de Afonso Paes, provavelmente dos "de Cambra". Não podia ser a mesma. Mas junto, no lugar chamado Paço, havia também a "quinta velha" que tinha sido de Henrique Magro e então era de mosteiros e de fidalgos, não nomeados. Este Henrique é certamente Henrique Fernandes o Magro, filho do conde D. Fernando Afonso de Toledo e de sua mulher D. Urraca Gonçalves de Marnel, dita filha de Gonçalo Viegas de Marnel, grande proprietário aqui. Aquele Henrique Fernandes casou com D. Ouroana Raimundes de Portocarreiro, herdeira desta linhagem, nascida cerca de 1140/50, com geração nos Portocarreiro, que expressamente são referidos como sucessores nas inquirições de 1284 ("*a aldeia da Paazos tragem-na os Portocareyro por onrra*"). Pela idade da mulher, Henrique Fernandes não terá nascido antes de 1110. O que significa que sua mãe, D. Urraca Gonçalves de Marnel, não podia ter nascido antes de 1070. O que, como já avisa Pizarro, implica que não podia ser filha, como dizem os LL, de Gonçalo Viegas de Marnel, que já governava Montemor em 1017, mas sim sua bisneta, filha de seu neto paterno Gonçalo Eriz de Marnel, que entre muitos outros bens possuía Macieira, e de sua mulher Onega Romarigues. Urraca seria portanto irmã de Paio Gonçalves de Marnel, documentado entre 1103 e 1145, que seria co-proprietário com sua irmã do paço, quintã, aldeia e freguesia de Macieira de Cambra. Este Paio, de resto, como propõe Almeida Fernandes, casou com Chamoia Soares, que justamente doou em 1109 ao mosteiro de Pedroso a quarta parte de Macieira ("*villa prenominata Maçaria*") que lhe vinha de seus pais e avós (aqui por sogros e avós do marido). Deste Paio Gonçalves de Marnel, que nasceu lá para 1070, foi ainda irmão Fernando Gonçalves, documentado entre 1134 e 1162, a quem se atribui nesta última data a conquista de Beja, e que casou com Maria Nunes, documentada em 1148, que Mattoso propõe filha de Nuno Soares de Grijó e também casada com Monio Ozores de Cabreira. E deste Fernando Gonçalves e sua mulher Maria Nunes sabe-se que foi filho Mendo Fernandes, documentado entre 1128 e 1174, que esteve com D. Afonso Henriques no cerco de Guimarães, e Elvira Fernandes, que se julga casada com Mendo Veegas "Tiçon". Mas provavelmente tiveram mais um filho Gonçalo ou uma filha casada com um Gonçalo, que proponho como pais de João Gonçalves chamado "de Macieira" por ser co-senhor da quintã de Macieira, em cujos paços devia viver, partilhando a honra com os Portocarreiro. Esta ligação também se indicia pelo casamento do filho de Estevaínha Anes de Macieira, Pedro Martins de Avellar, dito Pedro Soveral, com uma dama duriense desta linhagem, D. Maria Lourenço de Portocarreiro, que assim era sua parente, pois seriam ambos 4<sup>os</sup> netos de Gonçalo Veegas de Marnel. Esta minha proposta, conjugada com a proposta de Mattoso segundo a qual aquela Maria Mendes era filha de Nuno Soares de Grijó, vem, por outro lado, finalmente explicar porque os descendentes do Martim (Esteves) de Avelar em epígrafe eram padroeiros de Grijó, coisa que Sottomayor Pizarro não conseguiu resolver.

1.1.1.1. **Martim Martins de Avelar**, ca 1242 - ca 1310, senhor da honra de Avelar. & ca 1290 **Aldonça Esteves de Teote**, -1334/, que em 1322 estava casada 2<sup>a</sup> vez com Afonso Rodrigues Ribeiro, com quem nesse ano doou os seus direitos de padroado sobre a igreja de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Válega. A 19.12.1334 Aldonça Esteves doou com seus filhos (D. Sancha e os filhos do 2<sup>o</sup> casamento) bens à Sé do Porto. O conde D. Pedro diz que Aldonça Esteves era filha de Estêvão Peres "de Cooes" e de sua mulher Urraca Martins, filha esta de Martim Afonso "de Neuho".

1.1.1.1.1. **Sancha Martins de Avelar**, ca 1291-1340/, filha única do tardio casamento do pai, que sucedeu na honra de Avelar, em UI, em cuja quintã instituiu morgadio e capela no seu testamento (Livro 1<sup>o</sup> das Capelas da Comarca de Esgueira, f. 260). Em 1334 abdicou, com seu marido e seus meios-irmãos, dos seus direitos de padroado sobre a igreja de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Válega, o que confirmou em 1335. Em 1334 doou, com sua mãe e seus meios-irmãos, bens à Sé do Porto. Faleceu viúva depois de 16.12.1340, data em que pagou 100 libras ao testamenteiro do marido. & /1329 **Martim Gonçalves de Paiva**, - 1340, documentado como escudeiro em 1298 e como cavaleiro em 1317. Em 1331 fez partilha dos bens paternos com sua irmã. Em 1339 consta da lista dos padroeiros de Mancelos, como cavaleiro, mas já tinha falecido nos finais de 1340. O conde D. Pedro chama-lhe Martins Gonçalves "de Paña".

1.1.2. **Pedro Martins de Avelar**, dito **Pero Soveral** ou Pedro Martins de Soveral, o 1<sup>o</sup> deste nome, ca 1243 - 1322,

*meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes (1287), vassalo do rei D. Dinis, senhor das honras de Soveral e da Lapa, padroeiro do mosteiro de Grijó, onde jaz, etc.* Em 1284 testemunhou um acordo sobre o senhorio de Góis. Documenta-se com seu pai, tio e irmão em 1288 e 1293 numa questão relativa à igreja de Sanfins de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup>, a cujo padroado diziam ter direito. Em 1296, juntamente com seu irmão Fernão, testemunha as partilhas entre D. Vataça e D. Constança. & ca 1274 **D. Maria Lourenço de Portocarreiro**, ca 1252-/1322, *senhora da quintã de Goim (Lousada)*, já viúva de Martim Esteves Buval. Era irmã de Rui Lourenço de Portocarreiro, cavaleiro documentado entre 1297 e 1311, que foi trisavô paterno da 1<sup>a</sup> condessa de Viana (do Alentejo). Esta Maria Lourenço de Portocarreiro seria assim parente do marido, como ficou dito, pois era filha de Lourenço Anes de Portocarreiro e de sua 2<sup>a</sup> mulher Guiomar Rodrigues de Lanhoso; neta paterna de João Henriques de Portocarreiro e de sua mulher Maior Viegas Coronel (de Sequeira); e bisneta de Henrique Fernandes de Toledo, o *Magro*, referido atrás, portanto trineta de Urraca Gonçalves de Marnel de quem propomos acima que seja sobrinho-neto João Gonçalves "de Macieira". Portanto, quer Pedro Martins de Soveral quer sua mulher D. Maria Lourenço de Portocarreiro eram 4<sup>os</sup> netos de Gonçalo Eriz de Marnel.

1.1.2.1. **Martim Peres de Soveral**, *cavaleiro de Avelar, ca 1276 - 1343, senhor das honras de Soveral e da Lapa, padroeiro do mosteiro de Grijó, onde jaz, foi por sua mulher senhor honra de Vila Chã (Argoncilhe - Feira), da aldeia de S. Tiago de Lourosa, da freguesia da Lavandeira e da aldeia de Bretall, tudo na Terra da Feira, "natural" de Grijó e Mancelos (lista de 1339).* Em 1322 fez partilhas com os irmãos dos bens de Goim. Por testamento de 10.7.1343 deixou ao mosteiro de Grijó o casal da Herdade, no julgado do Vouga, para rezarem missa no aniversário da sua morte. & ca 1309 **Guiomar Anes de Frazão** (Farazom), filha herdeira de João Garcia de Frazão e neta de Pedro Garcia de Frazão. As Inquirições de D. Dinis dizem deste: "*A casa de Pero Garcia de Farazom, de vila chaam, he provado que a virom honrada des que sse acordam as testemunhas e de ouvida de longe com essa villa de villa chaam que nom entrava hy o mordomo ... e dizem as testemunhas que ora novamente estendeu Pero Garcia esta honra e meteu hy Dragincilhu, Seizedello, Alderiz, Botas, Ordonhy, Ramir, Moinhos, Silvares e o casal de Lavadoiros em que ha bem ssetenta ou oytenta casaes*". Este Pedro Garcia de Frazão, ao que tudo indica, era neto ou bisneto de Pedro Pais da Maia, alferes-mor do reino (1147-1169) e senhor da honra de Frazão, e devia também descender dos de Marnel, de quem viria a honra de Vila Chã. O conde D. Pedro apenas refere de Martim Peres de Soveral e sua mulher tinham um filho, que não nomeia.

1.1.2.1.1. **Fernão Peres de Soveral**, *ca 1310 - 1369/, sucessor de seu pai, instituiu o morgado e capela de S. Theotónio de Sernancelhe (1369), foi alcaide-mor de Celorico da Beira (5.3.1359, sendo aqui referido como Fernão Soveral, vassalo d'el rei, confirmado depois por D. Fernando, sendo aqui referido como Fernando do Soveral, cavaleiro fidalgo da sua Casa) e cavaleiro da Ordem de Cristo (/1359).* Não aparece na lista de Grijó (1365), pelo que terá doado ou vendido os seus direitos de padroado. & ca 1353 **Maior Soares**, se é que não há confusão. Com efeito, esta não pode ser a homónima que foi filha de Soeiro Gonçalves de Alfanje, como dizem as genealogias. Esta Maior Soares casou de facto com um Fernando Soveral, mas trata-se de outro, que viveu quase um século antes, o Fernão Soares dito Soveral que refiro em outra obra.<sup>4</sup> Com efeito, este Fernando Soveral já estava casado com Maior Soares a 15.1.1269 quando em Celorico da Beira ambos venderam a D. Afonso III bens que tinham em Santarém. É o seguinte o teor da carta: "*Noverint universi quod ego Fernandus Soveral et uxor meã Maior Suerii facimus cartam venditionis et firmitudinis vobis donno Alfonso dei gratia Regi Portugalie et Algarbii de nostris quinionibus de casis quos habemus in villa de Santarena ubi vocatur Sesarigo anta sanctam Eream parvam, et ipse case fuerunt de Suerio Gundisalvi de Alfansi patre mei Maioris Suerii. Vendimus vobis domine nostros quiniones de ipsis nostris casis pró precio quod de vobis accepimus, scilicet centum et quinquaginta marabitanos de XV solidis pro marabitano, quia tantum nobis et vobis placuit et de precio nichil remansit in debito pro dare. In cujus rei testimonium mandavimus inde vobis fieri hanc cartam per Didacum Dominici nostrum tabellionem in Celorico. Et rogavimus júdice et concilium ipsius loci quod presentem cartam sigillo concilii Celorici facerent sigillari. Facta carta XV<sup>o</sup> die mensis Jenuarii, Era M<sup>a</sup> CCC<sup>a</sup> VII<sup>a</sup>. Testes: Menendus Gomeci et*

*Johannes Martini judices Celorici, Dominicus Guedaz, Stephanus Gunsalvi, Dominicus Roderici, Martinus Johannis scutifer. Et ego Didacus Dominici vester publicus tabellio in Celorico, hiis omnibus interfui hanc cartam manu propria scripsi t honc signum meum ibi feci in testimonium. Et nos judices de Celorico rogati Fernando Soveral et uxore sua Maiore Suerii hanc presentem cartam sigilli nostri munimine facimus communiri".* Este Soeiro Gonçalves de Alfanje devia ser descendente do Estêvão Soares de Alfanje cuja filha, Exâmea Esteves, casou nos finais do séc. XII com Estêvão Peres de Aboim, irmão do célebre D. João Peres de Aboim, 1º senhor de Portel.

1.1.2.1.1.1. **João Fernandes de Soveral**, ca 1355-1420/, 2º morgado de S. Theotónio de Sernancelhe. & ca 1390 **Estefânia de Souza**, ca 1367-, que julgo filha de D. Mem Peres, deão da Sé de Lamego, em memória de quem o cónego Fernão de Soveral, neto desta D. Estefânia, deixou em testamento a obrigação de missas. Como nesta época o nome Souza não seria usado por alguém que não pertencesse a esta grande linhagem, julgo que D. Mem Peres, n. lá para 1320/30, poderia ser, nesta hipótese, filho natural de D. João Peres Portel de Souza, irmão mais novo de outro homónimo que já tinha falecido novo em 1325. O D. João Peres mais novo, que terá n. cerca de 1280, parece que não casou e terá falecido lá para 1340.

1.1.2.1.1.1.1. **Gaspar de Soveral**, ca 1392-1460/, 3º morgado de S. Theotónio de Sernancelhe, etc. & ca 1425 **Maria de Teive**, c. g. conhecida.<sup>5</sup>

1.1.2.1.1.2. **Gil Martins de Frazão (Farazom)**, -/1365, que também se documenta como Gil Martins de Avelar, *senhor da honra de Vila Chã* (Argoncilhe - Feira), que terá sucedido nos restantes bens que vinham de sua mãe. Na lista dos padroeiros de Grijó de 1365 é referido como pai (já tinha falecido) dos filhos que seguem.

1.1.2.1.1.2.1. **Vasco Gil**

1.1.2.1.1.2.2. **Diogo Gil**, que provavelmente é o Diogo Gil Farzam (Frazão), vassalo de D. João I, que a 27.5.1385 lhe doou o lugar da Lagea, os casais de Requião e o casal de Gonçalo de Frades, tudo no termo de Guimarães, com suas rendas.

1.1.2.1.1.2.3. **Filha**, referida apenas na dita lista como "*outra sua hirmaa*".

1.1.2.1.2. **João Peres de Avelar**, -1340 (*batalha do Salado*) s.g. O conde D. Pedro chama-lhe Juan del Avellal e diz que não teve filhos.

1.1.2.1.3. **Sancha Peres de Soveral**, -1322/, *freira no Convento de Arouca*. O conde D. Pedro não a refere.

1.1.2.1.4. **Estêvão Peres de Avelar**, *cavaleiro*, ca 1285 - 1354/, *com testamento de 11.9.1354*, *co-senhor da honra e quintã de Macieira da Sarnes*. & ca 1319 **Tereza Anes de Pinho**, possivelmente irmã do Gonçalo Anes de Pinho que com seu irmão Lourenço Anes tinham comedia em Grijó em 1365. O conde D. Pedro diz que Estêvão Peres de Avelar casou com D. N. Anes de Pinho, filha de João Lourenço de Pinho, com filhos que não nomeia.

1.1.2.1.4.1. **Mécia Peres de Avelar**, ca 1325-ca 1354 & ca 1349 (foi a 1ª mulher) **Rodrigo Anes de Sá**, *cavaleiro*, *senhor (20.4.1357) e alcaide-mor (23.5.1367) do castelo de Gaia*, *embaixador a Roma*, etc. Tinha comedia em Grijó em 1365. D. Fernando I confirmou-lhe as rendas, direitos e castelo de Gaia e o escambo que fez com Beatriz Aires sobre a quintã de Sá. Fernando Moreira de Sá Monteiro, especialista na linhagem dos Sá, atribuiu ao casamento com Mécia Peres o filho sucessor, João Rodrigues de Sá, camareiro-mor de D. João I (1386), e as filhas que seguem à 2ª (na verdade 3ª) mulher Beringeira Anes do Vale, não aceitando o casamento de Rodrigo Anes de Sá com Cecilia Colonna. Mas não há razões para duvidar da tradição, inclusive com expressão heráldica, de que Rodrigo Anes de Sá casou com Cecília

Colonna e esta foi mãe de João Rodrigues de Sá. Nem para colocar em causa o testemunho do poeta Sá de Miranda (1481-1558), homem sisudo e circunspecto, pouco dado a fantasias, que o afirmava e se dava com os primos Colonna, em Itália, em casa dos quais esteve e com quem se correspondeu. Tanto mais que na época em que viveu o poeta era facto assente na corte portuguesa de que João Rodrigues de Sá era filho de uma Colonna, como se verifica no testemunho do insuspeito e em geral certíssimo *Livro de Linhagem do Século XVI*, que sobre o assunto diz: "*Rodrigue Annes de Saa filho de Joaõ Afonso de Saa foy casado com (espaço em branco) Colona, filha de (espaço em branco) Colona, fidalguo ytaliano, de quem veo Joaõ Rodriguez de Saa camareiro moor del rey Dom Joaõ da Boa Memorja e alcaide moor do Porto*". Escrito na primeira metade de Quinhentos, este nobiliário de autor desconhecido, mas certamente um grande fidalgo da corte, reflecte fielmente a cultura genealógica da época, ao mais alto nível, até porque só trata das grandes famílias próximas do rei. As genealogias tardias acrescentaram depois várias informações sobre os nomes próprios da mulher e sogro de Rodrigo Anes de Sá, mas a divergência dessas informações acentua a sua falta de credibilidade. Algumas dizem-na filha de Giacomo Colonna e neta de Pietro Sciarretta Colonna, o que é um anacronismo. Pietro Sciarretta morreu em 1356 e foi senador de Roma a 2.6.1338, pelo que não terá nascido depois de 1300 (o que concorda com a cronologia do pai, senador em 1308). Cecília Colonna nasceu cerca de 1337, pelo que, quando muito, seria filha e não neta de Pietro. Seria, portanto, irmã do cardeal Agapito Colonna, que em 1371 teve a dignidade de bispo de Lisboa, tendo antes sido nuncio a Portugal e Castela. Contudo, Frey Jerónimo de Espanha (século XVII) diz que Rodrigo Anes foi casado pelo bispo Agapito Colonna, tio da noiva, acrescentado que ela foi baptizada Maria Ana e aos 10 anos, no crisma, mudou o nome para Cecília, como sua avó. Mas não há nenhuma Cecília Colonna que pudesse ser sua avó, muito menos se fosse filha de Giacomo Colonna e, portanto, sobrinha de Agapito. O mais provável é que Cecília (nome em que a tradição mais converge, tenha ou não sido obtido no crisma) fosse filha de Giovanni Colonna, um filho natural de Giacomo Sciarra Colonna, portanto meio-irmão de Pietro Sciarretta Colonna. Este Giovanni Colonna foi cônego e depois abandonou a vida religiosa para casar em 1331 com Orsina Orsini, viúva de Pandolfo, conde dell'Anguillara. Tendo Cecília casado em 1354, como veremos, e nascido cerca de 1337, podia perfeitamente ser uma das filhas mais novas deste casamento. Agapito, nascido cerca de 1325, seria seu primo-direito mais velho e talvez pudesse então ser dito seu tio ou tomado como tal, uma vez que nessa época o tratamento de tio era muito abrangente. Por outro lado, sendo Cecília filha de um filho natural, que ainda por cima não teve nenhum cargo em Roma nem nenhum título de qualquer tipo, a sua alegada "importância" seria bem menor. E assim se compreende melhor que Rodrigo Anes pudesse ter voltado como embaixador a Roma em 1377. O fracasso do seu casamento com Cecília, não sendo ela irmã de Agapito e de Stefano, não teria prejudicado as suas relações com eles, que certamente a terão culpado a ela do incumprimento dos votos matrimoniais. De resto, esse Giovanni, filho natural, excônego, sem cargos, relativamente pobre, cabe melhor na simples designação de Colona, fidalgo italiano, como diz o LLXVI, cujo autor porventura saberia o nome de Pietro Sciarretta Colonna e que ele era senador. E a dita Cecília Colona sua alegada avó, de que fala Frey Jerónimo, neste caso poderia ser a desconhecida mulher de Francesco Orsini, pai da dita Orsina, portanto avô materno de Cecília. O certo é que Rodrigo Anes de Sá se documenta casado com Mécia Pires de Avellar até finais de 1353. Provavelmente já antes conhecera Cecília Colonna em Avinhão, onde se aceita que tenha sido enviado em 1348 e onde então estava o cardeal Giovanni Colonna, ou



em Roma, onde também se aceita que tenha sido enviado e onde parece que voltou em 1377. É assim plausível que, viúvo, tenha tratado logo com os Colonna, provavelmente com o bispo Agapito, o seu casamento com Cecília. Este casamento poderia ter-se consumado no início de 1354, tendo o filho João Rodrigues de Sá nascido nos finais deste ano, o que concorda com o facto de ainda ser escudeiro em 1376 e de só ter falecido em 1425, teria então 70 anos de idade. João Rodrigues seria assim menor de idade quando aparece com seu pai na lista de Grijó de 1365, como parece evidente pela forma como vem referido: "*Item Rodrigue Annes de Saa cavalleiro e sua mulher. Item duas suas filhas. Item Joham Rodriguez seu filho doutra molher*". Este texto, de resto, é fundamental, **pois só pode ser entendido se Rodrigo Anes tivesse casado três vezes**, a última das quais com a que era sua mulher nesse momento (1365), de que não teve filhos. De outra teve as duas filhas, e de outra teve o filho. Se as filhas e o filho fossem da mesma mulher, a redacção nunca seria como está. Bem como, se o filho fosse da 1ª mulher e as irmãs da segunda, nunca ele viria referido depois delas. Portanto, as filhas foram da 1ª mulher, Mécia Peres de Avelar. Logo, João Rodrigues só podia ser filho da mulher do meio, justamente Cecília. E Rodrigo Anes estava então (1365) casado com a 3ª mulher, Berengueira Anes do Vale, de quem não tinha filhos. É também verosímil a informação de que Cecília, pouco depois de ter tido o filho no Porto, foi a Itália e não voltou. Rodrigo Anes teria assim conseguido o divórcio (ou mesmo anulação do casamento), tendo casado pela 3ª vez em 1364 ou 5, ainda com Cecília viva, pois Beringela Anes do Vale, a 3ª mulher, documenta-se quer como sua mulher quer como sua viúva. Mas o filho de Cecília não terá aceitado como válido o 3º casamento do pai, e só assim se justifica que, após a morte dele, João Rodrigues se refira à madrasta Beringela Anes do Vale como a "*molher que se diz que foy do dito Rodrigueannes meu Padre*". **Não há outra justificação** para João Rodrigues tratar a madrasta nestes termos, tanto mais que ela se documenta de facto como mulher de seu pai. Acresce que esta Berengueira Anes do Vale só casou depois de 1363, ou neste ano, pois na lista de Pedroso (1363) ainda aparece solteira ("*Item Gonçalo Anes do Vale, filho de Joham Affonso do Valle; item Berengueira Anes do Vale suua irmã*"). Sendo que nesta mesma lista também aparece Rodrigo Anes de Sá com seu filho João Rodrigues e uma filha, claramente viúvo ("*Item Rodrigo Anes de Saa; item Joham Rodriguez seu filho; item outra ssua filha a q. não sabyamos o nome*"). Salvo erro de transcrição, não era só o nome da filha que não sabiam em Pedroso, mas também que eram duas e não uma, como se vê em Grijó e se sabe. Sendo que a falta de conhecimento em Pedroso se estende também ao facto de não saberem (ou não se darem ao trabalho de destringer) que as filhas eram de outro casamento, como se vê em Grijó. De qualquer forma, fica claro que as filhas não podiam ser de Berengueira Anes do Vale, que não teve geração. Logo, até pela cronologia, só podiam ser filhas de Mécia Peres. Enfim, se é certo que as genealogias italianas não dão conta do casamento de uma Colonna com Rodrigo Anes de Sá, também é verdade que essas mesmas genealogias não enumeram os filhos do referido Giovanni Colonna. Nem, de resto, dão conta do casamento de outras italianas nobres da mesma época com nobres peninsulares, como é o caso de Grandiana Visconti, filha dos senhores de Milão, com o catalão Ramón de Vilaragut, cerca de 1333, bem documentado nas fontes aragonesas e desconhecido na genealogia italiana. O importante é que este casamento é possível e não há portanto razões sérias para duvidar das informações quinhentistas que o garantem. As circunstâncias em que decorreu esse matrimónio são de molde a criar alguma névoa sobre os pormenores, e o pouco tempo que Cecília terá estado no Porto justifica perfeitamente que não tenha deixado rasto documental.

Mas o facto essencial (de que a mãe de João Rodrigues era Colonna) não é seriamente negável. Pelo contrário, uma análise inteligente da documentação existente aponta inegavelmente nesse sentido. E estou em crer que uma competente investigação em Roma certamente o comprovará. Portanto, não digo que este casamento com a Colonna esteja provado ou documentado. Digo, sim, que não há razão séria para negar informações genealógicas que datam pelo menos do séc. XVI e outras informações diversas, igualmente antigas, que apontam para que a mãe de João Rodrigues era Colonna. Por outro lado, como vimos, o texto de Grijó só pode ser entendido se Rodrigo Anes tivesse casado três vezes. Finalmente, alguém é capaz de explicar cabalmente, de outra forma, a razão por que João Rodrigues de Sá chama à madrasta, que sabemos legalmente casada com seu pai, a "*mulher que se diz que foy do dito Rodrigueannes meu Padre*"? Não prova isto, ainda que indirectamente, a lenda da fuga da mãe Colonna para Itália, e consequente anulação do casamento, com a óbvia consequência de o pai poder casar outra vez e o filho nunca aceitar esse facto?

1.1.2.1.4.1.1. **Constança Rodrigues de Sá, 1350-**, referida (mas não nomeada) na lista de Pedroso de 1363 e de Grijó de 1365.

1.1.2.1.4.1.2. **Aldonça Rodrigues de Sá, 1353-1422/**, já era abadessa do mosteiro de Rio Tinto em 1384. Relacionada com **Martim Afonso de Souza**, "*o da Batalha Real*", 2º senhor de Mortágua, 5º senhor da Torre de Stº Estêvão, etc. Terá sido este o 1º a ordenar o escudo de armas dos Souza ditos do Prado, um esquartelado das armas reais de Portugal e de Leão/Castela (por via dos Manoel). As mais antigas pedras de armas com esta composição parecem ser as de seus netos Luiz Álvares de Souza, 3º senhor de Baião, no seu túmulo na igreja de S. Francisco, no Porto, e D. Frei Gonçalo de Souza, em Dornes e no seu túmulo, hoje no Museu Arqueológico do Carmo, e na igreja de Dornes.<sup>6</sup>

1.1.2.1.4.2. **Martim (Martinho) de Avelar -/1354**, *sepultado Stª Mª da Várzea (Lafões)*, *co-senhor da honra e quintã de Macieira de Sarnes*. Deve ter casado com a filha de um Gonçalo Anes (de Frazão?), dado o prenome e patronímico de um dos filhos.

1.1.2.1.4.2.1. **Constança Martins de Avelar**, *co-senhora da honra e quintã de Macieira de Sarnes*. & **Gomes Fernandes de Almeida** e parece que só tiveram uma filha, Leonor Gomes de Almeida, "*dona do mº d arouca*", a quem a 10.10.1385 D. João I autorizou que deixasse ao dito mosteiro "*a qujtaa que chama maceyra de sarnes e out bees que ficaram p morte de gomes frz d almeida e de costança mjz do aueellar se padres*"

1.1.2.1.4.2.2. **Gonçalo Anes de Avelar**, *-/1403*, *co-senhor da honra e quintã de Macieira de Sarnes*, que deixou a seu irmão Lourenço.

1.1.2.1.4.2.3. **Lourenço Martins de Avelar**, *-ca 1403*, *escudeiro*, *co-senhor da honra e quintã de Macieira de Sarnes*, que lhe deixou o irmão e que ele, por testamento 4.9.1403 deixou a Rodrigo Anes de Sá, cónego da Sé de Braga, acima. Quando fez o testamento morava em Vila Chã, provavelmente com seus primos Vasco Gil ou Diogo Gil, referidos acima. Alternativamente, sua mãe podia ser Frazão e ter herdado bens em Vila Chã. & **Inez Afonso (da Maia?)**, de quem era viúvo, s.g., senhora da quintã de Pousadela, que fora de Rui da Maia.

1.1.2.1.4.3. **Pedro Esteves de Avelar**, *-1354/ sg*, *senhor da quinta do Pingo*, *escudeiro de*

*Rodrigo Anes de Sá, com testamento de 11.8.1354.*

- 1.1.2.1.5. **Rui Peres de Avelar, 1287 -1352/**, que em 1352 fez doação das comedorias, pousadas, etc., como descendente dos padroeiros do mosteiro de Moreira. O conde D. Pedro diz que casou, mas não nomeia a mulher nem filhos, que podem ser os seguintes:
- 1.1.2.1.5.1. **?Álvoro Peres de Avelar, ca 1315-**, virtual pai de:
- 1.1.2.1.5.1.1. **?Pedro Álvares de Avelar, ca 1338 -**, freire e comendador-mor da Ordem de Avis, cargo que ocupava a 17.1.1367 quando é testemunha no testamento de D. Pedro I. A 16.2.1389 foi legitimado por carta real seu filho Diogo Peres de Avelar, havido em mulher solteira que não é nomeada.
- 1.1.2.1.5.1.2. **?Diogo Álvares de Avelar**, comendador da Chouparia na Ordem de Santiago.
- 1.1.2.1.5.1.3. **?Álvoro Peres de Avelar, ca 1350-**, que era criado e escudeiro de D. João I quando a 30.5.1384 este rei lhe deu os bens móveis e de raiz que Rui Lopes, filho de Lopo Simões, tinha em Lisboa, por andar em deserviço.
- 1.1.2.1.5.2. **?Diogo Peres de Avelar, ca 1318 - 1388/**, vassalo de D. João I, que a 6.3.1384 lhe doou os bens móveis e de raiz que eram de Gil Peres da Guarda, que andava em deserviço, e a 11.6.1385, em tença, as rendas da judiaria, açougagem, portagem, oitavas, mordomado e colheita da cidade da Guarda, tal como tinha Álvaro Gil Cabral. Devia ser alcaide-mor de Vila Maior e pouco depois tomou o partido da rainha D. Beatriz, pois a 24.6.1388 o mesmo rei doou a Afonso Rodrigues da Fonseca, seu vassalo, a quintã de Arefiga, no termo da Covilhã, com todas as suas pertenças e direitos, que perdera Diogo Peres de Avelar, "*que era nosso uasallo e se ora foe pa castella terra de nossos emjgos alçando se por castella com a nossa vila de villa mayor*".
- 1.1.2.2. **Fernão Martins de Avelar, dito Fernão Soveral, ca 1242-1296/**, vassalo, documenta-se em 1288 com seu pai e irmãos na questão sobre o padroado da igreja de Sanfins de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup>. Em 1296, juntamente com seu irmão Pedro, testemunha as partilhas entre D. Vataça e D. Constança. & (1<sup>a</sup> vez) **Mécia Afonso de Sobrado (a)**, morgada de St<sup>a</sup> Margarida de Lamego. & (2<sup>a</sup> vez) **Maria Guilherme de Santarém (b)**, que ainda vivia no séc. XIV. Teve um filho de **Maria Anes Velho**, filha de João Pires Velho, senhor de Pedregães, trovador, embaixador e conselheiro de D. Dinis. O conde D. Pedro só lhe indica como mulher D. Maria Guilherme de Santarém, a quem dá o filho Pedro.
- 1.1.2.2.1. **(a) Pedro Martins de Soveral, morgado de St<sup>a</sup> Margarida de Lamego**, sepultado em túmulo armoriado no claustro da Sé de Lamego. & (1<sup>a</sup> vez) **Marinha Martins de Alvellos (a)**, ama de leite de D. Guiomar de Barredo, filha de João Mendes de Briteiros e neta do rei D. Afonso III. Era irmã de D. Vasco Martins de Alvellos, bispo do Porto (1328-42) e de Lisboa (1342-44), 1<sup>o</sup> morgado de Medelo (Lamego), por instituição a 28.4.1317 em Coimbra de seu tio D. Geraldo Domingues, bispo de Évora. De D. Vasco Martins existe um selo de 1330 onde, além da emblemática religiosa, se mostram dois escudos, cada um dos quais contendo duas faixas onçadas, que não devem ser as armas então usadas pelos Alvellos, mas sim as dos Medelo, sua varonia. Pedro Fernandes & (2<sup>a</sup> vez) **Constança Fernandes Çatorinho (b)**.
- 1.1.2.2.1.1. **(a) D. Afonso Pires, ca 1295-28.11.1372, bispo do Porto (26.10.1355), instituidor do morgadio de Balsemão (10.8.1361)**, onde jaz, com estátua jacente (*imagem*). Do bispo D. Afonso Pires existem dois selos de 1361: um com a sua figura de prelado, e



outro, tirado de um anel, com as suas armas, mas infelizmente muito gasto, pelo que não é possível ver as peças, que certamente eram as armas dos Soveral/Avelar. A matriz sigilar é referida no seu espólio, tendo sido certamente destruída, como era costume. Do seu espólio consta também um peitoral de seda (teliz) com as suas insígnias e dois escudos de madeiras com as suas armas, tudo obviamente desaparecido. Do seu espólio há referência a outras peças com a sua heráldica, sendo de destacar um “*vaso dourado com folhetas douradas e huum scudo no meogoo com strelas en campos chãaos ao traves*”, **que parece descrever as armas dos Avelar/Soveral**. Como D. Afonso Peres, cónego do Porto, teve confirmação a 8.7.1342 pelo bispo de Lamego do padroado das igrejas que se encontravam neste bispado e que lhe deixara em testamento D. Guiomar de Barredo, que o diz seu colaço (o que leva o nascimento de D. Afonso Pires para cerca de 1295, pois esta D. Guiomar não podia ter nascido depois desta data). A 13.4.1342, no seu couto de Lumiares, D. Guiomar de Barredo, neta do rei D. Afonso III, como refere, faz seu testamento, onde nomeia seu testamenteiro Afonso Peres, seu colaço e cónego no Porto, e deixa-lhe, em sua vida, todos os padroados e colheitas e serviços de todas as igrejas que tinha e era padroeira. Este Afonso Peres não se pode confundir com outro Afonso Peres que era clérigo de D. João Mendes de Briteiros e sua mulher D. Urraca Afonso (pais da dita D. Guiomar de Barredo) quando a 24.4.1319 foi por eles apresentado como abade de S. João de Figueira, pois este já tinha falecido a 5.8.1333 quando por sua morte foi substituído na dita igreja. O Afonso Pires em epígrafe foi ainda cónego da Sé do Porto (antes de 1322), cónego da Sé de Lamego, por solicitação de seu tio o bispo D. Vasco Martins a Clemente VI (20.8.1343) e reitor de Stª Marinha de Zêzere. Por sua morte, em Balsemão, ficou seu testamenteiro e herdeiro no morgadio e capela de Stª Mª na igreja de S. Pedro de Balsemão seu sobrinho Afonso Martins de Pumares, deão da Sé do Porto, referido adiante. O vínculo foi instituído por testamento de 10 de Agosto de 1361 (documento que se perdeu) e determinava que devia ser administrado preferencialmente por clérigos da família.

1.1.2.2.1.2. (a) **João Pires**, s.g.

1.1.2.2.1.3. (b) **Margarida Pires**, ca 1318 -1348, & ca 1336 **Martim Gil**, cavaleiro de Pumares, senhor de Pumares. A 13.4.1342, Martim Gil, cavaleiro, e Fernão Martins, seu sobrinho, testemunham uma procuração de D. Guiomar de Barredo feita em Caria a seu mordomo Martim Anes de Resende. Como se refere acima, na mesma data, no seu couto de Lumiares, D. Guiomar de Barredo, neta do rei D. Afonso III, como refere, fez seu testamento, em que igualmente testemunha Martim Gil, cavaleiro de Pumares. Neste testamento Martim Gil recebe 100 libras; Margarida Peres, sua mulher, é contemplada com 200 libras por seu casamento, e Violante Gil, filha do mesmo Martim Gil, com 50 libras. Martim Gil era filho de Gil Martins, cavaleiro de Podentes, que em Janeiro de 1327 recebeu da rainha, testamenteira de seu pai, 25 libras por morte deste, neto paterno de Martim Martins, cavaleiro de Podentes, vassalo (r. 1297), - /1327, e bisneto do célebre alcaide de Leiria (1245) Martim Fernandes, dito de Podentes, de Urgezes ou ainda de Leiria, documentado em 1255 como “*miles*” (cavaleiro) de Podentes, e de sua 2ª mulher Chamoá Gomes Ribeiro. Este Martim Fernandes era filho de Fernão Pires de Urgezes, senhor da honra de Urgezes, que em 1220 trazia em préstamo seis casais reguengos na freguesia de Urgezes, e seu irmão outros tantos, sendo aí referidos com o apelativo Salvadores, e de sua 2ª mulher Sancha Pires, de Podentes, filha de Pedro Martins, cavaleiro de Podentes, e neta de Martim Viegas de Ataíde e sua 2ª mulher Elvira Rodrigues, de Podentes.

1.1.2.2.1.3.1. **Gil Martins**, ca 1335-1392/, cavaleiro e senhor de Pumares, alcaide-mor

de Leiria e Castelo Mendo. & 1ª vez ca 1360 **Aldara Gonçalves (a)**. & 2ª vez ca 1385 **Aldonça Martins Cochofel (b)**, ca 1358-, *senhora de Nogueira de Resende e de Luzelos*, (já viúva s.g. de Fernando Afonso de Oliveira), que era irmã do Gil Martins Cochofel que a 5.6.1383 era alcaide-mor do castelo de Óbidos. Este Gil Martins Cochofel, cavaleiro, testemunhou nas Cortes de Coimbra de 1385 contra a legitimidade do casamento de D. Fernando I com D. Leonor Telles. Terá, assim, acabado por abraçar a causa do mestre de Avis, embora a 15.9.1384 andasse em "deserujço", data em que o mestre, por isso, doou a Bartolomeu Sanches todos os bens móveis e de raiz de "*gil mjz cuchufel*". A 20.9.1404 D. João I legitimou-lhe uma filha, Constança, havida em Maria de Pampilhosa, sendo ambos solteiros. Eram ambos filhos de Martim Gil Cochofel, senhor de Nogueira de Resende, nascido cerca de 1325 e falecido depois de 11.7.1386, data em que D. João I doou a "*martim gil cuhufel nosso scudeiro*", de livre e pura doação para si e seus descendentes, umas casas que tinha "*a par dos açougues de cojmbra em que soyam star os presos*". Segundo Gaio, apesar da sua habitual confusão, a origem dos Cochofel está num Gil Fernandes de Portocarreiro, o Colchafria, que pela onomástica e cronologia só podia ser um filho de Fernão Gonçalves de Portocarreiro, o Cochafria, embora o conde D. Pedro apenas lhe aponte dois filhos (Martim Esteves e Afonso Fernandes). Diz Gaio que este Gil Fernandes casou com Aldonça Gomes de Barbedo e foram pais de Martim Gil de Nogueira, o Colchafria, que casou com Constança Aires Cazavel, e foram pais de Aldonça Martins, *senhora de Nogueira*, casada com Gil Martins de Pumares (a quem chama erradamente Cochofel, confundindo-o com o cunhado homónimo). Na verdade, Aldonça Martins é que era Cochofel e irmã de Gil Martins Cochofel. Parece, assim, que o nome-alcunha Colchafria (referido pelo conde D. Pedro, pois Gaio diz Cochafria), ou já era ou evoluiu para Cuhufel/Cuchufel/Cochofel.

1.1.2.2.1.3.1.1. (a) **Senhorinha Gil (de Pumares)**, ca 1361-/1400, & **Gonçalo Anes de Buarcos**. Foram pai de Joana Gonçalves de Buarcos casada com Diogo Afonso de Figueiredo, sendo estes pais de Diogo Afonso de Figueiredo, clérigo que foi morgado de Balsemão.

1.1.2.2.1.3.1.2. (b) **Gonçalo Martins Cochofel**, ca 1386-, *senhor de Nogueira de Resende e morgado de Balsemão*. Entrou na posse do morgadio de Balsemão em 1433, após demanda com seu sobrinho-neto Diogo Afonso de Figueiredo, e que deixou a seu sobrinho homónimo.

1.1.2.2.1.3.1.3. (b) **Fernão Martins Cochofel**, ca 1388-ca 1434, *cavaleiro, escudeiro de linhagem, senhor da honra de Luzelos, etc, sepultado em Balsemão*. & ca 1434 **Constança Anes Pacheco**, ca 1418-, *senhora da quintã do Outeiro, em Alvelos (Lamego)*. Destes foi filho Gonçalo Martins Cochofel, nascido ca 1435 e falecido antes de 1516, morgado de Balsemão em sucessão a seu tio homónimo. Este Gonçalo casou duas vezes, a 1ª cerca de 1458 com Leonor Pinto, c.g. nos morgados de Balsemão (o neto

destes, Luiz Pinto, morgado de Balsemão, tira carta de armas em 1514), e a 2ª vez cerca de 1485, teria 50 anos de idade (documenta-se já casado em 20.7.1488), com Briolanja Pinto, falecida antes de 11.5.1528, data do inventário de seus bens, senhora da torre da Lagariça, que ficou viúva antes de 15.12.1516, data em que requer ficar na posse dos bens de seus filhos mais novos, então com 21 e 20 anos de idade. O filho deste 2º casamento, João Pinto, senhor da torre da Lagariça e capitão da terra de Aregos, nascido ca 1488, tirou carta de armas em 1538. C.g. nos Pinto da torre da Lagariça.

1.1.2.2.1.3.1.4. (b) **Gil Martins Cochofel**, ca 1389-, e já casado em 1416 quando teve sentença para pagar anualmente três libras pelos casais do Botulho, prazos do Cabido de Viseu, que tinham sido de seu sogro Afonso Fernandes, cavaleiro de Molelos.

1.1.2.2.1.3.2. **Afonso Martins de Pumares**, deão da Sé do Porto, clérigo fidalgo, referido como tal quando a 26.3.1389 D. João I lhe legitimou os filhos Afonso Martins e Vasco Afonso, havidos em Maria Anes, mulher solteira. Foi testamenteiro de seu tio o bispo D. Afonso Pires e 1º morgado de Balsemão, vínculo instituído pelo dito bispo. A 16.2.1374 (*TT - Sé de Lamego, Autos civeis, 1, 52*), com confirmação do núncio papal Tiago de Narbona, Afonso Martins, testamenteiro do bispo e administrador da capela, ficou, nessa condição, na posse de todos os pertences existentes em Balsemão e afectos à capela instituída pelo bispo. dos quais se apresenta neste diploma o respectivo inventário. Parece ter-lhe sucedido indevidamente na administração do morgadio um abade da Régua, pois Alão diz que Diogo Afonso de Figueiredo foi clérigo e morgado de Balsemão e que o "*tirou por demanda a hu Abb.e da Regoa q individamente a trazia*". Este Diogo era neto materno de Senhorinha Gil de Pumares, sobrinha-neta do bispo. Por sua vez, este clérigo Diogo Afonso de Figueiredo perdeu o morgadio em 1433 para seu tio-avô Gonçalo Martins Cochofel, referido acima.

1.1.2.2.2. (a) **D. Inez Fernandes (de Soveral)**, de quem existe uma matriz sigilar armoriada, do séc. XIII, de bronze dourado a ouro fino (inventariada pelo marques de Abrantes, conforme se refere acima, onde vai a imagem), com um escudo português carregado com três faixas, cada uma delas carregada com três estrelas de seis pontas, ou seja, as armas dos Soveral/Avelar). As armas nesta matriz são rodeadas por leões rompantes, que o marquês de Abrantes atribui à mãe ou ao marido (cujas armas seriam um escudo partido, o 1º de negro com um leão de prata armado e lampassado de vermelho e o 2º de vermelho com três faixas de ouro). Mas, como o próprio marquês de Abrantes reconhece, seria a primeira vez que apareceria o escudo de uma dama medieval em que as armas do marido não constassem do 1º quartel. Por outro lado, noutras matrizes sigilares desta época os meios lóbulos que rodeiam o escudo muitas vezes são ocupados por peças heráldicas que remetem para linhagens de ascendência relativamente remota e por via feminina, como é, por exemplo, o caso dos Correa com as águias dos Aguiar/Guedão nos ditos meios lóbulos. Assim, aqueles leões deveriam remeter para uma ascendência de D. Inez, que seria ainda solteira quando foi feita a matriz. E essa linhagem provavelmente era, como já ficou dito, a dos Avelar originais, da honra de Avelar. D. Inez & **João Guilherme de Santarém**, vassalo de D. Dinis, irmão de sua madrastra, s.g. conhecida. O conde

- D. Pedro apenas diz que casou em Santarém, sem indicar o nome do marido nem filhos.
- 1.1.2.2.3. **(a) Lourenço Martins**, *cónego das sés de Palência e de Coimbra*, documentado como tio de D. Afonso Pires.
- 1.1.2.2.4. **(a) Fernão Martins**, documentado como tio de D. Afonso Pires.
- 1.1.2.2.5. **(N) João Fernandes**, *cavaleiro, leg. a 3.12.1295*, havido em Maria Anes Velho e adoptado por seu avô materno.
- 1.1.2.3. **João Martins de Avelar**, que o conde D. Pedro dá como primogénito (dando em 2º lugar o irmão Pedro, acima) e chama Juan del Avellal. & *Inez Pires do Vale*.
- 1.1.2.3.1. **Guiomar Anes de Avelar**, a única filha que dá o conde D. Pedro. & *Estêvão Martins Carpinteiro*.
- 1.1.2.3.1.1. **Pedro Esteves Carpinteiro**, *comendador-mor da Ordem de Calatrava*, sendo mestre da ordem seu tio D. João Nunes do Prado, este mandado degolar por D. Pedro I de Castela e tido por filho da infanta D. Branca, quando senhora do mosteiro de Lorvão, e de Pedro Esteves Carpinteiro, embora esta infanta, depois senhora do mosteiro das Huelgas, em Burgos, onde jaz, não o refira nem no seu testamento (15.4.1321) nem na inúmera documentação que dela ficou. O conde D. Pedro não filia Pedro Esteves Carpinteiro em Estêvão Martins.
- 1.1.2.3.1.2. **Leonor Esteves Carpinteiro**, a única filha que dá o conde D. Pedro. & *Gonçalo Garcia Estramboz*.
- 1.1.2.4. **Constança Martins de Avelar & Aires Gomes de Gondar**. Nas inquirições de 1288 diz-se que este Aires Gomes fez uma honra em S. Vicente de Sousa, no julgado de Felgueiras, que o rei mandou devassar.
- 1.1.2.4.1. **Gonçalo Gomes de Gondar & Maria Martins de Santarém**.
- 1.1.2.5. **Guiomar Martins de Avelar**, a quem o conde D. Pedro não dá marido nem filhos.
- 1.1.3. **Estêvão Dias de Avelar**, *ca 1221-ca 1270*, *senhor das honras de Mouriz e co-senhor da de Macieira de Sarnes*, que o conde D. Pedro confunde com seu pai homónimo, a quem atribui como 2ª mulher a mulher deste, não reparando nem na cronologia nem que, assim, os filhos desse pretenso segundo casamento estavam a usar o nome da madrasta... Além de que assim ficaria com dois filhos do mesmo nome (Martim Esteves), o que, não sendo impossível, não é normal. Estêvão Dias & *ca 1247 Sancha Gonçalves de Milheirós*, filha de Gonçalo Pires de Milheirós, cavaleiro, senhor da honra de Milheirós (Maia), neta de Pedro Fernandes de Milheirós, e bisneta de Fernão Pires "de Milheirós", *ca 1130-*, senhor desta honra, de quem terá tirado o nome. Estes Milheirós são certamente descendentes de Soeiro Formarigues "de Grijó" e é por eles que os descendentes deste Estêvão tinham padroado no mosteiro. Aliás, como refiro em "*Ascendências Visienses*", é por estes mesmos Milheirós que Gonçalo Garcia de Figueiredo e seu filho Aires Gonçalves também aí tinham comedoria. Possivelmente, aquele Fernão Pires de Milheirós, o 1º deste nome, era filho de Pedro Soares de Grijó, documentado entre 1104 e 1136, e de sua mulher Maria Rabaldes, com quem casou antes de 16.7.1129. De qualquer forma, o direito de padroado em Grijó deve em alguma altura ter sido doado, uma vez que, nesta linha, só a descendência do mestre da Ordem de Cristo D. Frei Martim de Avelar ali tinha comedoria em 1365, sendo dito "*per bem fazer*", o que entendo como a apresentação da razão por que seus filhos aí tinham padroado, portanto devido a importantes doações que o mestre teria feito ao mosteiro.
- 1.1.3.1. **Urraca Esteves de Avelar**, *ca 1248-*, *que herdou a quintã de Mouriz, ou boa parte dela, e aí ter vivido com seu marido e filhos*. & **João Gonçalves**, *cavaleiro de Maçada, 1230/-*. Devia ser irmão do Afonso Gonçalves de Maçada que nas inquirições de D. Dinis de 1284 é referido como tendo sido inquiridor e partidador do rei D. Afonso no julgado de Cambra, juntamente com Tomé Fernandes de Cabanões, certamente cunhado deste Afonso, conforme se diz adiante. Dizem algumas genealogias (mas não o conde D. Pedro) que João Gonçalves era filho de Gonçalo Anes do Vinhal, trovador que consta

no *Cancioneiro da Biblioteca Vaticana*, e neto de João Gomes do Vinhal e sua mulher Maria Pires de Aguiar, nascida cerca de 1165. De Urraca Esteves e seu marido devem ser filhos os seguintes:

- 1.1.3.1.1. **(Urraca) Anes de Maçada**, ca 1266-, & **Estêvão Fernandes de Urrô**, seu primo, *senhor da honra de Urrô*, filho legitimado por carta real de D. Dinis de Fernão Simões de Urrô, clérigo.
- 1.1.3.1.1.1. **Lopo Esteves de Urrô**, *escudeiro, senhor das quintãs, honras e coutos de Urrô, Pereira e Mouriz*. A 24.9.1384 Lopo Esteves de Urrô, escudeiro, viu confirmadas pelo rei as suas quintãs de Urrô, Pereira e Mouriz, no julgado de Aguiar de Sousa, que já eram dos avós e de seu tio João Anes ("*suas qijntaas e os coutos dellas e honrras foram sempre coutados e onrrados e priujllegiados E que se costumou sempre em tempo de seu padre e de seus auos e de seu tio Johan eannes e dos outros ante del*").
- 1.1.3.1.2. **João Anes de Maçada**, ca 1267-, *senhor da honra e quintã de Mouriz*, que nas notas ao conde D. Pedro se diz que estava sepultado no mosteiro de Cête, com um escudo com suas armas e o seguinte leiteiro: "*Hic jacet corpus Joanis de Maçada. Ejus anima requiescat in pace*". Terá herdado a quinta de Mouriz, que ficou para seu sobrinho Lopo Esteves de Urrô, referido atrás, pois é certamente este o tio João Anes que ele invoca. Dadas as circunstâncias, não teve filhos, pelo menos legítimos.
- 1.1.3.2. **Martim Esteves de Avelar**, que também se documenta como Martim Esteves Freire e mesmo Martim Esteves Freire de Avelar (o conde D. Pedro diz *Martim Estevez del Avellal, llamado el Freyre, muy buen Cavallero*), ca 1250 - 1305/, *cavaleiro e mordomo-mor de D. João Fernandes de Lima*, de quem foi procurador quando em 1300 este trocou Portel por Évora Monte e Maфра. Testemunhou uma carta régia de 5.4.1305. Como já ficou dito, nas inquirições de 1288 partilhava a honra de Macieira de Sarnes com Afonso Lourenço. & **D. Maria Martins**, ca 1265 - /1345, que ainda vivia a 28.1.1332, sendo seus bens em Rio de Mouro repartidos pelos seus filhos e netos em Agosto de 1345.
- 1.1.3.2.1. **D. Frei Martim (Martins) de Avelar**, ca 1282 - 1364/, *mestre da Ordem de Avis (1357-63)*, que em 1364 passou a Castela. D. Pedro I fez a 6.3.1361 este D. Frei Martim do Avelar, "*honrrado relegioso e honesto*", "*meestre da cavalaria da nossa hordem davjs*", seu procurador a Castela para firmar as pazes com D. Pedro de Aragão. O conde D. Pedro diz apenas que morreu em Lisboa, o que se compreende, pois morreu antes de D. Frei Martim ser mestre. A sua descendência tinha comedoria em 1365 no mosteiro de Grijó, sendo dito "*per bem fazer*", o que entendo como a apresentação da razão por que seus filhos aí tinham padroado, portanto devido a importantes doações que o mestre teria feito ao mosteiro. Em 1345 os bens de sua mãe são partilhados por seu irmão Lourenço Martins de Avelar (e seus filhos) e por os seus herdeiros, alguns representados pelo seu tutor e curador, Lourenço Gomes, e por Tereza Fernandes, "*molher que ffoy de Martim do Auelaal*". Significa isto, por um lado que Martim do Avelar já tinha então professado, portanto com autorização da mulher, tendo então filhos menores; por outro, que os filhos, ou pelo menos parte deles, eram da 1ª mulher. Com efeito, & a 1ª vez com **Constança Esteves** e & a 2ª vez com a antedita **Tereza Fernandes**. Teve ainda pelo menos um filho bastardo em **Mor Mendes**, mulher casada, filho esse então já nascido mas naturalmente não considerado nas partilhas, pois só foi legitimado em 1387. Antes de entrar na Ordem de Avis, Martim do Avelar foi alvazil-geral de Lisboa (1326-7, 1331-2), juiz do rei nesta cidade (1335) e alvazil do crime (1344), professando entre finais de 1344 e inícios de 1345. Já na Ordem de Avis, foi mordomado-mor da rainha D. Beatriz (1354, 1358), de quem foi um dos testamenteiros.
- 1.1.3.2.1.1. **Lourenço Martins de Avelar**, ca 1330 - /1.9.1384, que em 1345 ainda era menor. Como filho que foi do mestre de Avis aparece em primeiro lugar, entre os cavaleiros e escudeiros de geração, na lista dos naturais de Grijó de 1365. Com outros cavaleiros, foi intimado a comparecer a 29.6.1365 como "herdeiro" de Grijó, para defender os interesses de todos os "naturais" daquele cenóbio. É certamente o homónimo que foi alcaide-mor de Santarém (1367) e que teve de D. Fernando mercê



dos castelos de Linhares e Castelo Mendo. A 5.4.1364, sendo cavaleiro e vassalo do ainda infante D. Fernando, teve confirmação real de um morgadio em Torres Vedras, constituído por casa, prazos e herdades, por direito de sua mulher, que D. Dinis confirmara a Estêvão da Guarda, avô dela. & a 1ª vez com **Maria Anes**, sepultada em S. Francisco de Lisboa. & a 2ª vez com **Sancha Dias da Guarda**, -/1.9.1384, *herdeira do dito morgadio*, filha de Diogo Esteves da Guarda, alvazil-geral de Lisboa, e de Beatriz Esteves, e neta de Estêvão da Guarda, escrivão de D. Dinis e do Conselho de D. Afonso IV, a quem D. Dinis doara a dita casas, prazos e herdades em Torres Vedras, de juro e herdade, e que este com autorização real instituíra em morgadio. Deste casamento não vingou geração, como se diz na doação real do morgado de Torres Vedras a João Fernandes Pacheco a 1.9.1384: "*declaramos seer apropriado huu moorgado que he em torres uedras e bens delle que vagou por morte de sancha diaz molher que foe de lourenço martinz do auellar que ella auja e posuya no dicto logo de torres uedras, o qual moorgado e beens delle el rrey dom denjs nosso bisauoo o qual deus perdoe dera a esteuam da guarda seu vassallo e do seu conselho pera elle e pera todos seus descendentes lidimos emquanto durasem E ora Sancha diaz sua neta lidima morreo sem descendentes herdeiros*". A 8.11.1386 D. João I concedeu a Sancho Gomes de Avelar, seu vassalo, "*testameteiro dado p nos ao testamento de l.ço miz do auellar seu primo Ja passado*", o foro de um moinho na Ribeira do Alviela, no termo de Santarém, que pertencia à capela instituída pelo dito Lourenço Martins de Avelar, que era de more azeite, sem pagar nada à coroa, e que agora queria passar a moer pão, pelo que passava a pagar.

- 1.1.3.2.1.1.1. **Tereza Lourenço de Avelar**, que aparece, solteira, na lista de Grijó de 1365, logo depois dos filhos de Branca do Avelar, mas sem indicação de que seria filha de Lourenço Martins de Avelar, como proponho, dado o patronímico e cronologia. Podia ser filha do 1º ou do 2º casamento, neste último caso falecida solteira antes de 1.9.1384. Em qualquer dos casos, ou foi freira ou morreu solteira, provavelmente nova.
- 1.1.3.2.1.2. **Leonor Martins de Avelar**, menor em 1345, que parece ser a homónima que recebeu de Fruilhe de Souza (mulher de Fernão Sanches, filho do rei D. Dinis), as terras de Alcoentre, das quais a 1.5.1395, por morte desta Leonor, o Cabido de Viseu tomou posse. Faleceu portanto solteira e, embora aquele documento o não refira, deve ter sido freira, razão porque não consta na lista de Grijó.
- 1.1.3.2.1.3. **Gil Martins de Avelar**, menor em 1345, que aparece, entre os cavaleiros e escudeiros de geração, na lista dos naturais de Grijó de 1365, logo a seguir a Tereza Lourenço de Avelar (sua proposta sobrinha), mas sem a indicação de ser filho do mestre. Contudo, foi sucessor de seu pai nos prazos da Colegiada de Stª Marinha do Outeiro de Lisboa. Documenta-se como escudeiro e depois cavaleiro, *natural* dos mosteiros de Grijó e Pedroso. & **Francisca Peres**. Tinham bens em Lisboa e no termo de Alenquer. Em 1363 Lopo Martins da Portagem escambou um casal de herdade em "Areul", termo de Lisboa, que comprara a Gil Martins de Avelar e sua mulher Francisca Peres por todas as herdades e vinhas que Martim Domingues, prior de Stª Marinha do Outeiro tinha em Ribatejo e em Alperiate, acima do pinhal que foi de D. Loba. Devem ser pais do Fernão Martins de Avelar, escudeiro, presente numa procuração do concelho de Santarém de 2.8.1383.
- 1.1.3.2.1.4. **Branca de Avelar**, ca 1338-1371/, *senhora da quintã de Oeiras*, que, embora não conste nas partilhas de 1345, se documenta na lista de 1365 como filha do mestre, logo a seguir a seu irmão mais velho Lourenço Martins de Avelar, de quem é dita irmã, junto com seu marido e os dois filhos de ambos, estes não nomeados. A 16.6.1357,

sendo referida como "*branca do aueellar*" e o marido como "*nuno martjnz de guões*", D. Pedro I fez-lhes mercê da quinta do reguengo de Oeiras, que D. Fernando I confirmou. A 21.2.1371 o mesmo rei confirmou-lhe, a ela e aos filhos, a coutada de uma herdade na vila de Moura que fora do marido. Com efeito, a 5.4.1369 D. Fernando I, dizendo-o seu vassalo, deu ao marido carta de coutada para uma sua herdade em Moura e seu termo & ca 1352 **Nuno Martins de Góis**.

1.1.3.2.1.4.1. **Pedro Nunes de Góis**, apenas referido como "*huum filho*" na lista de Grijó.

1.1.3.2.1.4.2. **Beatriz Nunes de Góis**, ca 1353 -, apenas referido como "*hua filha*" na lista de Grijó de 1365. & ca 1372 **Gonçalo Viegas de Ataíde**, ca 1325-1391/, vassalo de D. João I. A 11.6.1391 D. João I confirmou a "*gonçallo viegas de taide nosso uasallo e a briatiz nunez sua molher*" o couto de todas as herdades que tinham em Moura e que foram de seu sogro e pai Nuno Martins, a quem as coutara D. Fernando I. Gonçalo Viegas de Ataíde, que teve o nome do avô paterno, era tio-avô do 1º conde de Atougua.

1.1.3.2.1.4.2.1. **Nuno Gonçalves de Ataíde**, ca 1373 -, criado de D. João I e senhor do couto de Moura. A 13.2.1417 D. João I confirmou a a Nuno Gonçalves de Ataíde, seu criado, o couto das herdades de Moura que seu pai Gonçalo Viegas lhe dera e que fora de seu avô Nuno Martins de Góis. A 11.3.1437 seus filhos Pedro, Gonçalo e Beatriz têm de D. Duarte a confirmação do couto de Moura que fora de seu bisavô Nuno Martins de Góis. Nuno Gonçalves de Ataíde & **Mécia de Meira**.

1.1.3.2.1.4.2.2. **Branca Nunes**

1.1.3.2.1.4.2.3. **Catarina de Ataíde**, ca 1387-. & **Diogo Lopes de Souza**, ca 1386-1451/, mordomo-mor de D. Duarte, 1º senhor de juro e herdade de Miranda do Corvo (1397), leg. a 3.1.1398, c.g. conhecida.

1.1.3.2.1.4.2.4. **Beatriz de Ataíde**, ca 1388-. & 1ª vez **Rui Gomes de Azevedo**, ca 1380-/1440/, alcaide-mor de Alenquer. Há vários indivíduos deste nome nesta época, pelo que a identificação de cada um deles pode ser difícil. Mas este é o alcaide-mor de Alenquer cuja viúva casou com Nuno de Góis. A 30.7.1440 D. Afonso V privilegiou Nuno de Góis, criado de D. João I, concedendo-lhe todos os privilégios que o seu antecessor Rui Gomes de Azevedo, criado de D. João I, tinha para todos os seus lavradores, caseiros e bens, para além de todos os seus bens e alcaidaria da vila de Alenquer, uma vez que casara com a mulher deste. E 5.3.1456 a D. Afonso V nomeou Gonçalo Gomes de Azevedo (filho deste Rui Gomes), fidalgo da sua Casa, para o cargo de vedor dos vassalos régios das vilas de Alenquer, Vila Verde, Arruda, Povos, Castanheira e Vila Franca, em substituição de Nuno de Gois, que renunciara, tendo já a 3.2.1456 nomeado Gonçalo Gomes de Azevedo, fidalgo da sua Casa, para o cargo de alcaide-

mor da vila de Alenquer, em substituição de Nuno de Gois, por o rei não querer que este exerça mais o cargo. *O Livro de Linhagens do Séc. XVI* não o filia, e trata-o em "Mais Azevedos". Gaio diz que era filho de um Diogo Gomes e neto de Gonçalo Gomes de Azevedo, o alferes-mor de D. Afonso IV na batalha do Salado (1340). Mas sabe-se, documentalmente, que este Gonçalo Gomes de Azevedo em 1365 só tinha uma filha, como aparece na lista das comedorias do mosteiro de Grijó. Parece-me que este Rui Gomes de Azevedo terá já sucedido na alcaidaria de Alenquer a seu pai, sendo portanto filho do Álvaro Gonçalves de Azevedo que teve mercê desta alcaidaria-mor de D. Fernando I (3, 74). Sendo assim, dados os patronímicos de Rui Gomes e de Álvaro Gonçalves, este seria certamente filho bastardo de Gonçalo Gomes de Azevedo e por essa razão não aparece na lista de Grijó. Foram pais de Gonçalo Gomes de Azevedo, fidalgo do Conselho de D. Afonso V, alcaide-mor de Alenquer (3.2.1456), etc., c.g. conhecida. Beatriz de Ataíde & 2ª vez **Nuno (Vasques) de Góis, ca 1379-/1456/**, alcaide-mor de Alenquer (30.7.1440 - 3.2.1456), criado de D. João I, cavaleiro, vedor dos vassallos régios das vilas de Alenquer, Vila Verde, Arruda, Povos, Castanheira e Vila Franca, etc.<sup>7</sup>

- 1.1.3.2.1.5. **Vasco Martins de Avelar, ca 1344-**, beneficiado no 1º codicilo ao testamento da rainha D. Beatriz com 300 libras, não consta nem nas partilhas de 1345 nem na lista de Grijó (1365). É certamente o Frei Vasco Martins de Avelar que em 1374 pertencia à Ordem da Trindade. Portanto, não aparece em Grijó porque então já era freire. E era criança muito pequena em 1345.
- 1.1.3.2.1.6. **João Martins de Avelar, ca 1345-**, beneficiado como o irmão Vasco no 1º codicilo ao testamento da rainha D. Beatriz com 300 libras, não consta também nem nas partilhas de 1345 nem na lista de Grijó (1365). Pela mesma razão do irmão, não aparece em Grijó porque devia ter seguido a vida religiosa. E era recém-nascido em 1345.
- 1.1.3.2.1.7. **(N) Sancha Martins de Avelar**, que aparece, entre os cavaleiros e escudeiros de geração, na lista dos naturais de Grijó de 1365, mesmo antes de Lourenço Martins de Avelar, o Moço, e que propomos que seja sua irmã inteira, portanto bastarda do mestre, mas que não foi legitimada.
- 1.1.3.2.1.8. **(N) Lourenço Martins de Avelar, o Moço, ca 1340 - 1387/**, legitimado por carta real de 24.10.1387, como filho de "dom martinho do auellar meestre que foe da cavalaria da ordem d aviz e de moor mendez molher casada". É certamente o "Lourenço Martinz do Avellal o Moço", como aparece na lista de Grijó de 1365, sem indicação do pai e muito depois do seu meio-irmão homónimo. O Moço seria justamente para se distinguir dele. E é também certamente o Lourenço Martins de Avelar, escudeiro, vassalo do rei e morador em Lisboa que se documenta na última década do séc. XIV casado com **Maria Lopes**, filha de Lopo Martins da Portagem, tabelião de Lisboa (1352-1363), almoxarife da Portagem (1371-82), regedor (1382) e corregedor (1385) de Lisboa, contador do rei (1392), etc., e de sua 1ª mulher Maria Migueis.
- 1.1.3.2.2. **João Martins de Avelar, - /1332, freire da Ordem de Santiago.** Em 1322 esteve presente no capítulo da sua ordem realizado em Alcácer do Sal. O conde D. Pedro chama-lhe *Juan del Avellal*,

*Freyre de Sãtiago*, e diz que não teve filhos. Foi nas casas de seu irmão Martim do Avelar, em Lisboa, onde vivia com a sua mãe, que fal. João de Avelar, segundo notícia de 28.1.1332.

- 1.1.3.2.3. **Joana Martins de Avelar**, referida nas partilhas de 1345. Deve ser esta, portanto, que o conde D. Pedro chama D. Sancha e diz que & com **Martim Gil de Penha**, *senhor da quintã de Penha Darga*.
- 1.1.3.2.4. **Tereza Martins de Avelar**, ca 1286 - /1363, que a 14.2.1323, com seu irmão Martim, fizeram troca de alguns bens, dando ele bens na Terra de Santa Maria e ela o quinhão dos bens que havia comprado e herdado de sua avó, D. Teresa, em Rio de Mouro, termo de Sintra. & a 1ª vez com **Lourenço Martins Buval (a)**, - ca 1361, *vassalo de D. Pedro I, alcaide-mor de Penamacor (12.8.1357) e de Lisboa (3.12.1360)*, que em 1327 testemunhou as doações feitas por Fernão Sanches a seu irmão o rei D. Afonso IV. Era filho de D. Maria Lourenço de Portocarreiro, referida acima como mulher de Pedro Martins de Avelar, dito Pero Soveral ou Pedro Martins de Soveral, e de seu 1º marido Martim Esteves Buval. Tereza Martins de Avelar & a 2ª vez com **Vasco Raimundes (b)**, - /1363. A 8.3.1363, na quinta de César, foi feita partilha entre João Lourenço Buval, por si e em nome de Martim Lourenço, prior de Viana, de Rui Lourenço, comendador-mor de Avis, seus irmãos, e de João Fernandes de Almeida, filho de Maria Vasques, sua irmã, através de instrumentos e de cartas de venda que mostrou, Leonor Martins, casada com Gonçalo Peixoto, Maria Lourenço e Leonor Vasques, monjas de Arouca, suas irmãs, dos bens que ficaram de Lourenço Martins Buval e de Teresa Martins, pai e mãe dos sobreditos. As duas monjas tinham procuração da abadessa de Arouca, datada de 26.2.1363, para partirem os bens que lhes ficaram da parte de Lourenço Martins Buval, de Teresa Martins, sua mulher, e de Vasco Raimundes, todos já falecidos. Como é evidente, aquela Maria Vasques (casada com Fernão Fernandes de Almeida) e Leonor Vasques, monja em Arouca, eram meias-irmãs de João Lourenço Buval, filhas de Vasco Raimundes. Aliás, o conde D. Pedro refere Maria Vasques e seu marido e uma irmã, que não nomeia mas diz ter sido monja em Arouca.
- 1.1.3.2.4.1. **(a) João Lourenço Buval**, -1372, *guarda-mor de D. Pedro I*, de quem recebeu a 8.6.1357 as rendas da alcaidaria do Porto. A 1.4.1365 D. Pedro I coutou-lhe a quinta de Pecenas, em Évora, e a quinta de Chacoteca, no termo de Samora Correia, que lhe ficaram por morte de Fernão Gonçalves Cogominho, certamente um dos seus sogros. Aparece, entre os cavaleiros e escudeiros de geração, na lista dos naturais de Grijó de 1365, juntamente com três filhos de uma sua mulher e uma filha de outra sua mulher, todos não nomeados. Já no reinado de D. Fernando, foi alcaide-mor de Lisboa e teve confirmação da coutada das suas quintas no termo de Évora. Um dos seus filhos deve ser o Lourenço Martins Buval que 1381-2 estava casado com **Mor Vasques**.
- 1.1.3.2.4.2. **(a) Martim Lourenço Buval**, prior de Viana /1363.
- 1.1.3.2.4.3. **(a) Rui Lourenço Buval**, comendador-mor da Ordem de Avis (1362).
- 1.1.3.2.4.4. **(a) Leonor Martins Buval**, & (1ª vez) /1363 **Gonçalo Peixoto**, certamente o cavaleiro homónimo que aparece na lista de Grijó de 1365, com um filho, não nomeado, pelo que seria criança. & (2ª vez) **Vasco Martins do Vale**, que fez testamento a 5.1.1439, no qual diz querer ser sepultado em Grijó.
- 1.1.3.2.4.5. **(a) Maria Lourenço de Portocarreiro**, abadessa de Arouca (1365-88).
- 1.1.3.2.4.6. **(b) Maria Vasques**, -/1363. & **Fernão Fernandes de Almeida**.<sup>8</sup> Maria Vasques e seu marido foram pais de João Fernandes de Almeida, alcaide-mor de Castelo-Mendo, que aparece na lista de Pedroso de 1363.
- 1.1.3.2.4.7. **(b) Leonor Vasques de Avelar**, abadessa de Arouca (1390-1400).

- 1.1.3.2.5. **Lourenço Martins de Avelar**, ca 1288-1345/, que foi copeiro-mor da Casa da rainha D. Beatriz. & **Beatriz Añes**, ca 1290-/1357, castelhana, colaça da rainha Dona Beatriz.
- 1.1.3.2.5.1. **Maria Lourenço de Avelar**, ca 1326-, já & em 1345 com **Martim de Oliveira**, certamente o homónimo que foi alcaide-mor de Évora antes de 1358. Foram pais de Mem de Oliveira, *natural* do mosteiro de Pedroso em 1363.
- 1.1.3.2.5.2. **Martim de Avelar**, ca 1327-, que em 1345 estava & com **Leonor Martins**.
- 1.1.3.2.5.3. **Leonor Martins de Avelar**, solteira em 1345, que o conde D. Pedro diz s.g.
- 1.1.3.2.5.4. **Branca Lourenço de Avelar**, solteira em 1345. Não pode ser confundida com sua tia Branca de Avelar, referida atrás, mulher de Nuno Martins de Góis. Esta Branca, tal como aliás todos os irmãos e o pai, não tinham comedoria em Grijó.
- 1.1.3.2.5.5. **Tereza Lourenço (ou Martins) de Avelar**, solteira em 1345. Foi freira no convento de St<sup>a</sup> Clara de Santarém. A rainha D. Beatriz chama-a Teresa Martins quando lhe deixa 100 libras no seu testamento. Como já referi, os filhos de Lourenço Martins de Avelar, e ele próprio, não tinham comedoria em Grijó, pelo que não pode ser esta a Tereza Lourenço de Avelar aí referida em 1365.
- 1.1.3.2.5.6. **Joana Lourenço (ou Martins) de Avelar**, solteira em 1345. Foi freira no convento de St<sup>a</sup> Clara de Santarém. A rainha D. Beatriz chama-a Joana Martins quando lhe deixa 100 libras no seu testamento.
- 1.1.3.2.5.7. **Beatriz Martins de Avelar**, solteira em 1345.
- 1.1.3.2.5.8. **Gomes Lourenço de Avelar**, 1336-1374/, *cavaleiro, vassalo e guarda-mor de D. Pedro I e seu embaixador a Inglaterra, senhor de juro e herdade de Cascais e do seu castelo (8.4.1770) e alcaide-mor de Tavira por D. Fernando I*. Teve ainda de D. Fernando a quinta de Marim, no termo de Faro (14.3.1369). O conde D. Pedro não o refere. Documenta-se que seu filho Sancho Gomes era primo de Lourenço Martins de Avelar (o filho legítimo do mestre, acima), pelo que tudo se conjuga (parentesco, sucessão, patronímico, cronologia e ligações) para ser o Gomes Lourenço que se documenta filho menor do Lourenço Martins que leva por pai em 1345. Gomes Lourenço de Avelar começou por ser clérigo. Aos 17 anos era cônego prebendado da Sé de Lisboa e raçoeiro (tinha ração) da igreja de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Sintra. A rainha D. Beatriz solicitou então uma dispensa de idade para ele poder aceder a um canonicato e a uma prebenda em Coimbra, a que o Papa acedeu a 31.8.1353, para quando tivesse 20 anos. A 6.12.1363 Gomes Lourenço de Avelar, clérigo, foi apresentado por D. Pedro I como abade de S. Tiago da Torre de Moncorvo. A 3.5.1364 era já cônego prebendado de Coimbra, raçoeiro de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Sintra e abade de S. Tiago da Torre de Moncorvo, além de familiar e comensal do infante D. Fernando, quando foi beneficiário de um pedido ao Papa do rei D. Pedro e do dito infante sobre a tesouraria de Coimbra e a posse de um canonicato e prebenda na Sé de Lisboa. Abandonou depois a vida religiosa e foi guarda-mor do infante D. Fernando (futuro rei) e fronteiro de Cidade Rodrigo. Por desentendimentos com o rei, em 1373 refugiou-se em Castela e esteve com o Papa na guerra que este mantinha na Península Itálica, e perdeu os seus bens, nomeadamente Cascais, que D. João I devolveu ao filho. Mas já em 1374 o Papa solicitou à coroa portuguesa a devolução a Gomes Lourenço de Avelar das terras que perdera pelos serviços que lhe prestara. Não se sabe se chegou a regressar ou morreu em Roma. Também não se sabe o nome da sua mulher, embora se saiba que foi sepultada na Sé de Lisboa.
- 1.1.3.2.5.8.1. **Sancho Gomes de Avelar**, ca 1360-1438, *escudeiro, vassalo de D.*

*João I, senhor de juro e herdade de Cascais e seu castelo (20.9.1384), senhor de juro e herdade da quinta de Marim (19.3.1384), tudo em sucessão a seu pai, e senhor de umas casas na Alcáçova de Lisboa. A 8.11.1386 D. João I concedeu a Sancho Gomes de Avelar, seu vassalo, "testameteiro dado p nos ao testamento de l.ço miz do auellar seu primo Ja passado", o foro de um moinho na Ribeira do Alviela, no termo de Santarém, que pertencia à capela instituída pelo dito Lourenço Martins de Avelar, em que ele sucedera, que era de moer azeite, sem pagar nada à coroa, e que agora queria passar a moer pão, pelo que passava a pagar. Foi também juiz do civil de Lisboa (1404-7). & /1404 **Guiomar Gonçalves de Azevedo**.*

1.1.3.2.5.8.1.1. **Inez Gomes de Avelar, sucessora.** A 11.3.1452 D. Afonso V doou a Inez Gomes de Avelar, mulher de Pedro Lourenço de Almeida, cavaleiro da sua Casa e almotacémor, uma tença anual de 6.000 reais de prata. & **Pedro Lourenço de Almeida, -1460/, almotacémor do reino, senhor da quinta de Vila Corça**, no termo de Viseu, em frente da qual D. Afonso V lhe coutou um rio, tendo sucedido na quinta de Marim (1445) e na capela instituída por Lourenço Martins de Avelar (6.9.1448 e 15.4.1457). Teve uma tença anual de 4.358 reais de prata (17.7.1450). S.g.

1.1.3.2.5.8.1.2. **João Gomes de Avelar, -1457, solteiro, s.g.**

1.1.3.2.5.8.1.3. **Guiomar Gomes de Azevedo, freira no mosteiro de Tarouquela.**

1.1.3.2.5.8.1.4. **Leonor Gomes de Azevedo, -1457/ & Álvaro Rodrigues Valente, senhor da Louzã, -1457.** Destes foi filha Maria de Azevedo, criada por sua tia Inez Gomes de Avelar, que a perfilhou por carta real de 11.3.1460 e escritura de 9.5.1457, e que foi sua herdeira (escritura de 8.11.1457), vindo a casar com Duarte de Almeida, o "Decepado". C.g. conhecida.

1.1.3.2.5.9. **Martim ou Martinho de Avelar**, criança em 1345.

1.1.3.2.5.10. **(N) Guiomar Martins de Avelar, ca 1312-**, que parece filha de Lourenço Martins, mas ilegítima, pois não consta na lista de 1345. Teria, de resto, nascido ainda o pai era solteiro, sendo bem mais velha do que seu propostos meios-irmãos. Algumas genealogias, nomeadamente Gaio, dizem que casou com Gonçalo Anes de Macedo e era filha do Martim Esteves de Avelar que aqui leva como avô. Mas estas duas coisas são cronologicamente incompatíveis. Na verdade, se casou com Gonçalo Anes de Macedo não podia ser filha de Martim Esteves, pois este nasceu cerca de 1250 e o antedito Gonçalo nasceu cerca de 1300, com filhos nascidos entre 1335 e 1340. Portanto, para ter filhos nesta cronologia Guiomar Martins não era certamente filha mas sim neta de Martim Esteves. & **Gonçalo (Anes) de Macedo**, dado como pai de Martim Gonçalves de Macedo, que esteve com D. João I em Aljubarrota. A 27.5.1385 D. João I doou a este Martim Gonçalves de Macedo a aldeia e os direitos reais de Outeiro de Miranda, a dízima da portagem de Bragança, as aldeias de Algoselho e Pindelo no termo Miranda e vários bens em Miranda. Nesta doação o rei refere que doa a Martim Gonçalves de Macedo, seu vassalo, pelo muito serviço que dele

recebeu, todos os bens móveis e de raiz que tinha em Portugal Martim Afonso de Seixas, nomeadamente em Miranda e seu termo, que morrera em deserviço. Todas estas doações são para si e seus sucessores, de livre e pura doação. Martim Gonçalves de Macedo casou com Catarina Anes, morgada de S. Braz de Vila Real, que, já viúva, fez uma escritura a 22.2.1433 no tabelião João Anes. Era filha de João Pires, escolar, que instituiu um morgado com capelas, rendas e hospital (morgadio de S. Braz de Vila Real), cuja administração foi a 2.12.1472 confirmada a seu bisneto João Teixeira de Macedo, fidalgo do Conselho (10.7.1476), alcaide-mor de Montalegre (6.2.1484) contador da comarca de Trás-os-Montes (antes de 28.11.1472), senhor da quinta e direitos reais de Macedo (30.5.1484), etc., c.g. conhecida. Gaió dá ainda a Guiomar Martins de Avelar e seu marido Gonçalo Anes de Macedo mais dois filhos: João Gonçalves de Macedo, sem geração, e Fernão Esteves de Macedo, sendo este pai do Rui Fernandes de Macedo que em 1353 instituiu um morgadio em Macedo de Cavaleiros. Como é evidente, o antedito Martim Gonçalves de Macedo não podia cronologicamente ter um sobrinho que instituiu um morgadio em 1353. Nem aquele Fernão Esteves de Macedo pode ser o avô paterno do João de Macedo que a 15.4.1518 teve carta de armas para Macedo, onde consta como filho de Gonçalo de Macedo e neto de Fernão Esteves de Macedo. Nem, aliás, Fernão Esteves de Macedo tem patronímico para ser filho de Gonçalo Anes. Há, portanto aqui confusão. O filho João Gonçalves de Macedo, que é dado sem geração, é que devia ser avô do Fernão Esteves de Macedo mais tardio (avô do antedito João de Macedo). Assim, João Gonçalves de Macedo podia ter sido pai de Estêvão Anes de Macedo, e este pai de Fernão Esteves de Macedo e possivelmente também de Gonçalo Esteves de Macedo, clérigo, cujo filho Vasco Gonçalves de Macedo, era abade de Santiago de Parada, no bispado de Tui, quando tirou ordens de epístola em Braga a 18.9.1451, junto com seu filho Vasco de Macedo. O antedito Fernão Esteves de Macedo é o documentado pai de Gonçalo de Macedo, que foi almoxarife da alfândega do porto de Bragança. Deste Gonçalo foi filho João de Macedo, fidalgo da Casa Real, que teve carta de armas para Macedo a 15.4.1518, como filho de Gonçalo de Macedo e neto de Fernão Esteves de Macedo, do tronco desta linhagem (9, 61; e 6 de Místicos, 168). Este João de Macedo tirou ordens menores a 1.7.1461 em Ervededo. A 15.1.1481 D. Afonso V nomeou João de Macedo, escudeiro do infante D. João, para o cargo de almoxarife da alfândega do porto de Bragança, em substituição de seu pai Gonçalo de Macedo, que morrera, que D. João II confirmou a 20.5.1482. A 26.9.1483 foi alcaide-mor de Outeiro de Miranda. E a 16.7.1483 foi nomeado vedor dos vassallos de Bragança. A 26.6.1483 teve carta de privilégio de fidalgo, havendo sobre ele muita documentação, pelo menos até 1506. Teve vários filhos, legitimados por cartas reais. E deste João de Macedo parece meio-irmão o Rui Gonçalves de Macedo, escudeiro de D. João II, morador em Pedrido (onde terá casado com Maria Fernandes), com geração nos Macedo daí e de Melres, e Inez de Oliveira, 1ª mulher de Rui Dias de Góis, com geração nos Macedo de Alenquer.<sup>9</sup>

- 1.1.3.3. **Elvira Esteves de Avelar**, ca 1251-, sepultada na matriz de Azambuja. & /1270 com **Rui Fernandes de Tavares ou Rolim**, ca 1245-, sepultado *ib.*, "pretor" e alcaide-mor e senhor de Azambuja, que com a dita sua mulher a 17.5.1272 deram foral à sua vila de Azambuja (Forais Antigos de LN, 10v). O conde D. Pedro di-lo filho de Fernão Gonçalves de Tavares, alcaide-mor e senhor de Azambuja, e de sua mulher D. Oroana Godinez, e neto de Gonçalo Fernandes de Tavares, também alcaide-mor, e de sua mulher D. Maria Rool ou Rolim, filha herdeira de D. Rolim. Esta D. Maria Rol seria assim a 1ª mulher do alcaide-mor de Azambuja Gonçalo Fernandes, nascido cerca de 1190, que se documenta casado entre 1251 e 1255 com Gontinha Fernandes, vizinha de Lisboa, tendo ele falecido em 1255 ou 1256 e ela casado 2ª vez antes de 1258 com D. João Lopes de Ulhoa, de quem foi 1ª mulher, vindo a falecer em 1260. O pai, D. Rolim, é seguramente

o Raolino a quem D. Sancho I doou em Fevereiro de 1200 uma vila de Vila Franca: "*In Dei Domini, & caeteris. Ego Sancius Dei gratia Portugaliae Rex una cum filio meo Rege Dono Alfonso & caeteris filiis ac filiabus meis, facio Cartam donationis & perpetuae firmitudinis vobis Raolino & omnibus Flandresibus tam presentibus quam futuris, qui morantur in Villa Franca, damos vobis hanc villam & caeteris*". Esta Vila Franca é portanto doada a Raolino/Rolim e aos povoadores flamengos que aí viviam, que certamente estão na origem do nome Vila Franca, pois eram então genericamente considerados Francos. Mas nada obriga a considerar que Raolino/Rolim também fosse flamengo ou sequer franco. Como se percebe numa confirmação de D. Afonso II de 20.2.1218, esta Vila Franca foi fundada (certamente pelos tais flamengos) no termo de Azambuja e por ela veio entretanto a ser absorvida, aliás tal qual mais ou menos na mesma época aconteceu com Xira e Vila Franca, como digo adiante, só que neste caso juntaram os nomes. Já Duarte Galvão, na sua Crónica de D. Afonso Henriques, duvida que este D. Rolim possa ser o Childre Rolim, aqui conhecido por D. Xira ou D. Cira/Sira, cavaleiro bretão que, indo em cruzada à Terra Santa, ajudou D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa (1147) e por cá ficou, e a quem este rei doou Azambuja e a terra que veio a ser Vila Franca de Xira, a que então foi dado o nome Cornagua, por ser povoada por gente da Cornualha. Este D. Xira/Cira/Sira é também tratado pelo conde D. Pedro como progenitor dos Soares de Albergaria, sem o relacionar com o antedito D. Rolim, dizendo-o casado com D. Maria Paes, neta sucessora de D. Paio Delgado, cavaleiro de Coimbra que também esteve na conquista de Lisboa e aí fundou a Albergaria de S. Mateus, junto ao Poço de Borratém, instituindo o morgadio com o mesmo nome e cuja cabeça da instituição era a ermida que existia defronte do actual beco dos Surradores. Parece evidente que o cavaleiro bretão Childre Rolim, aqui conhecido por Xira/Cira/Sira, na sequência da conquista de Lisboa foi recompensado por D. Afonso Henriques com o senhorio de Azambuja e outra terra que nomeou Cornagua, tendo nesta última terra fundado um castelo ou torre que ficou conhecida por *Turris Xirae*, ou seja, torre de Xira, em torno da qual nasceu a vila e concelho de Xira, tendo no seu termo nascido também uma povoação chamada Vila Franca (que por isso se chamou Vila Franca de Xira), sendo no foral de 1206 fundidas numa única administração, como detalho adiante. Parece também evidente que aquele Raolino é o Rolim Xira filho primogénito deste Xira Rolim e sucessor de Azambuja, que em 1200 teve mercê da vila de Vila Franca que uma comunidade de flamengos fundara na sua terra de Azambuja. E que deste Raolino/Rolim Xira foi filha sucessora a antedita D. Maria Rolim/Rool que casou com Gonçalo Fernandes (de Tavares). O outro filho (mais novo) de Xira/Cira/Sira Rolim e D. Maria Paes chamou-se Martim Xira (ou Martim Sira, como é referido por exemplo no *Cancioneiro da Ajuda*), nascido cerca de 1175, e sucedeu à mãe no morgadio da Albergaria de S. Mateus. Por morte do 1º marido, com os filhos menores, D. Maria Paes ficou certamente na posse de Azambuja e Xira, senhorios que compartilhou com seu 2º marido D. Fernando Ermiges, com quem terá casado cerca de 1182. Sem aparentemente ter tido geração, pelo menos masculina, deste 2º casamento, D. Maria Paes terá falecido dez anos depois, cerca de 1192, ainda relativamente nova, com cerca de 40 anos. Então, já seus filhos do 1º casamento tinham atingido a maioridade, e terá sido feito um acordo de partilhas, ficando o mais velho, D. Rolim, com Azambuja, o mais novo, Martim Xira, com o morgado da Albergaria de S. Mateus, e o viúvo D. Fernando Ermiges (e eventual filha do casal) com Xira. Uns seis anos depois, lá para 1198, D. Fernando Ermiges casou 2ª vez com D. Fruilhe Ermiges, sua prima, vindo ele a falecer entre 1204 e 1212. Deste 2º casamento de D. Fernando Ermiges não falam o conde D. Pedro nem outras genealogias, que atribuem ao seu casamento com D. Maria Paes os filhos que necessariamente são de D. Fruilhe Ermiges. Resulta deste equívoco, desde logo, que dão Soeiro Fernandes a casar com uma sobrinha-neta! Com efeito, ao darem Soeiro Fernandes como filho de Fernando Ermiges e D. Maria Paes, não podem evitar este contra-senso, pois ele casou com uma bisneta de D. Maria Paes e seu 1º marido. Sendo que a isto se junta uma impossibilidade cronológica, uma vez que o filho de Soeiro Fernandes e de sua alegada sobrinha-neta não pode ter nascido antes de 1265. Ora, os filhos do 1º casamento de D. Maria Paes nasceram entre 1170 e 1175, pelo que Soeiro Fernandes, se fosse filho de D. Maria Paes, não podia ter nascido depois de 1190, quando na verdade nasceu depois de 1203. Antes de explicar os fundamentos que levam à conclusão de que D. Fernando Ermiges casou 2ª vez com D. Fruilhe Ermiges, vejamos quem era o próprio D. Fernando. O conde D. Pedro diz apenas que foi o 2º marido D. Maria Paes, que era um fidalgo da terra de Limia e



irmão D. Airas Vasques, bispo de Lisboa. D. Airas Vasques, bispo de Lisboa (1241, com confirmação papal de 1 e 3 de Março de 1244), nascido de facto em Limia (Ourense) e falecido no mosteiro de S. Vicente de Fora a 6.10.1258, é uma figura bem estudada e documentada. Era sobrinho do arcebispo de Compostela D. João Aires, em cujo cabido fora arcediogo (*quodam extraneo, archidiacono familiari suo*) e que o nomeou bispo de Lisboa. Julga-se que tenha sido religioso agostinho em São Vicente de Fora, embora isso não seja certo. Foi feito bispo pelo tio em 1241 e a carta de confirmação papal foi dada a 1 e 3 de Março de 1244. Viveu a guerra civil, com a deposição de D. Sancho II e a ascensão ao trono de seu irmão D. Afonso. Fundou a Colegiada de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Marvila, em Santarém, a 25.11.1244, e no ano seguinte assistiu ao Concílio de Lyon, tendo aí defendido, com um discurso brilhante, o rei D. Sancho, a quem os demais prelados portugueses queriam ver deposto. Manteve-se fora de Portugal até à morte de D. Sancho, só então regressando. Acompanhou então D. Afonso III na conquista do Algarve. Decretou novas constituições para o governo da sua diocese e delimitou as paróquias do seu bispado. Consagrou a igreja do mosteiro de Alcobaça a 29.9.1252, um século depois de se ter iniciado a construção. Em 1256 esteve nas Cortes de Leiria. Faleceu no mosteiro de São Vicente de Fora, em 1258, com testamento (Chancelaria de Afonso III, 3, 32v e 33), ficando aí sepultado. Sabe-se que fora arcediogo de Compostela por duas cartas de Gregório IX, datadas de 23 e 28 de Junho de 1239, segundo as quais teria sido Airas Vasques, nessa qualidade, quem trouxera o pólio de Roma para João Aires, acompanhado por seu sobrinho João Peres. No testamento de D. Airas Vasques são referidos: Fernando Mendes, *consubrino nostro*, a quem deixa os livros de Direito, Sancho Peres, *nepoti nostro*, e Rodrigo Peres, *nepoti nostro*. Existe também outra personagem importante no seu testamento, um afilhado seu, João Peres de Ourense (*filiolo nostro*), que é também seu sobrinho, irmão dos dois anteriores. Aquele Fernando Mendes, pela diferença entre *nepoti* e *consubrino*, era certamente casado com uma sobrinha, que se desconhece. Mas, dados os patronímicos, nesta época ainda rigorosos, D. Fernando Ermiges e D. Airas Vasques só podiam ser meio-irmãos por parte da mãe. Mas que eram pelo menos meio-irmãos não há dúvidas, pois os referidos sobrinhos, beneficiados no testamento do bispo, são filhos de D. Pedro Ermiges, irmão mais velho de D. Fernando Ermiges. Para além da questão do patronímico, acresce a questão cronológica, pois o bispo D. Airas era muito mais novo do que D. Pedro Ermiges e D. Fernando Ermiges. Não podem, assim, restar dúvidas de que D. Airas era seu meio-irmão, de um 2º casamento da mãe comum. Ora, D. Pedro e D. Fernando eram filhos de D. Ermígio Mendes (de Baião) e de sua mulher D. Examea Paes da Maia, como diz o Livro Velho. Esta D. Examea Paes é dada como filha de D. Pedro Paes da Maia, que foi alferes-mor de Portugal (1147-69) e de Leão (1171-1187), o que é anacrónico, além de desconforme com o patronímico. Na verdade, D. Examea Paes não era filha mas sim irmã de D. Pedro Paes, como bem se explica, mas que aqui não cabe. Portanto, esta D. Examea, nascida cerca de 1130, casou a 1ª vez entre 1145 e 1150 com D. Ermígio Mendes e a 2ª vez cerca de 1169 com um irmão do arcebispo de Compostela D. João Aires que necessariamente se chamava Vasco Aires. D. Ermígio Mendes era o filho primogénito do conhecido D. Mendo Bofinho, também dito D. Mem Paes (de Baião). Já em 1123 D. Mendo Bofinho e seu filho Ermígio venderam, por 25 maravedis, as suas propriedades no lugar da Estela (hoje freguesia rural da Póvoa de Varzim) ao mosteiro de Tibães, e em 1140 D. Afonso Henriques anexou ao dito mosteiro de Tibães a "*villa Menendi*" ou de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> da Estela. D. Mendo Bofinho documenta-se numa doação em Março de 1141 de D. Alfonso VII de Castela a Domingo Perez de Segovia, onde confirma, entre outros rico-homens, com seu filho Ermígio (*Melendus Bofin confirmat, Ermigius filius eius confirmat*). O conde D. Pedro só aponta a D. Mendo Bofinho uma mulher (D. Sancha Paes) e um filho (Pedro Mendes de Azevedo), embora o Livro Velho lhe dê também como filho D. Ermígio Mendes, sendo que este se documenta, como ficou dito. Possivelmente o conde D. Pedro excluiu D. Ermígio pois apercebeu-se da dificuldade cronológica dele ser irmão de Pedro Mendes de Azevedo. Dificuldade que atinge as raízes do absurdo quando o mesmo Livro Velho diz que D. Pedro Ermiges, filho de D. Ermígio e neto de D. Mendo Bofino, casou com D. Tereza Paes Curbo, irmã de sua avó! Embora Pedro Mendes de Azevedo (o 1º a quem o conde D. Pedro chama Azevedo) não se documente como filho de D. Mendo Bofinho, tudo indica (o patronímico e a sucessão no couto de Azevedo) que a informação do conde D. Pedro e do Livro Velho estejam correctas. Mas, de facto, as cronologias de Pedro Mendes e de seus filhos dificilmente permitem

que Pedro Mendes tenha nascido antes de 1145/50. Por outro lado, D. Sancha Paes Curbo, que casou depois de 1155 (ou 1563) em segundas núpcias com D. Egas Afonso de Ribadouro, e ainda dele teve pelo menos 6 filhos, não podia ter nascido antes de 1130. Assim, D. Ermígio Mendes, que já se documenta a confirmar com seu pai em 1123, não podia de facto ser filho de D. Sancha Paes nem, portanto, irmão inteiro de Pedro Mendes de Azevedo. Esta cronologia, por outro lado, revela que D. Mendo Bofinho casou com D. Sancha Paes muito tardiamente, teria já cerca de 70 anos, e que teve um primeiro casamento, com mulher que se desconhece, cerca de 1100/5, do qual nasceu pelo menos D. Ermígio. E é bem possível que, neste quadro, D. Ermígio Mendes tenha falecido antes do pai, o que ajudaria a explicar a razão por que Pedro Mendes herdou o couto de Azevedo, se bem que, como muitas vezes acontece nesta época, nem sempre o primogénito herdava os mais emblemáticos bens da família, se é que o couto de Azevedo então o era. Sendo que D. Ermígio Mendes, que viveu na Galiza, herdou aí os bens da terra de Limia que comprovadamente D. Mendo Bofinho tinha. Como já salientam autores seiscentistas como D. António Suarez de Alarcón, a mulher de D. Pedro Ermiges, D. Tereza Paes Curbo, tem de ser filha de outro D. Paio Curbo, possivelmente um filho homónimo do outro D. Paio Curbo, portanto irmão de D. Maria Paes. Não pelo facto desta D. Maria Paes ser avó de D. Pedro Ermiges, que não era, nem até pela cronologia, mas sobretudo porque um irmão de D. Maria Paes, D. Gonçalo Paes Curbo, casou com D. Ximena Paes da Maia, irmã da mãe de D. Pedro Ermiges. Temos, assim, uma conjugação de casamentos, que até poderão ter ocorrido na mesma ocasião: o de D. Mendo Bofinho com D. Maria Paes Curbo, o do irmão desta, Gonçalo Paes Curbo, com D. Ximena Paes da Maia, e o da irmã desta, D. Examea Paes da Maia, com D. Ermígio Mendes, filho do 1º casamento de D. Mendo Bofinho. Posteriormente, D. Pedro Ermiges (filho de D. Ermígio e D. Examea) virá a casar com D. Tereza Paes Curbo, sobrinha da 2ª mulher do avô e sobrinha (por afinidade) de uma irmã de sua mãe. Voltando a D. Fernando Ermiges, 2º marido de D. Maria Paes e por ela senhor de Xira, vemos assim que era filho de D. Ermígio Mendes (de Baião) e de sua mulher D. Examea Mendes da Maia; neto paterno de D. Mendo Bofinho, senhor em Limia e do couto de Azevedo, e neto materno de D. Paio Soares da Maia, senhor da Maia. A razão por que parece evidente o seu 2º casamento com D. Fruilhe Ermiges resulta directamente do facto de esta se documentar em 1212 senhora de Xira, juntamente com seu filho (menor) João Fernandes. Como veremos, não houve nenhuma doação de Xira, pelo que a única forma de D. Fruilhe e seu filho estarem na posse deste senhorio é através do seu casamento com D. Fernando Ermiges, que teria ficado com este senhorio de sua 1ª mulher D. Maria Paes, como vimos. E quem era esta D. Fruilhe Ermiges, que D. Sancho I trata como parente? Em 1206 D. Fruilhe Ermiges teve de D. Sancho I, que a diz "*multum naturalis nostra*", as "*hereditate*" que este rei tinha em Cira. Em 1212, esta mesma D. Fruilhe Ermiges, juntamente com seu filho João Fernandes, aparentado agir como sua tutora, pelo que ele seria ainda menor, deram foral à vila e concelho de Xira. Eram então senhores de Xira e também da vizinha povoação de Vila Franca de Xira. Diz o foral: "*mandamos que morem os moradores de xira ensembra com os de vila franca nosa poboraçon*". Mas também várias vezes se refere no foral a essa povoação de Vila Franca como "*vila franca de xira*", pelo que, na verdade, a designação já existia em 1212, sendo que a partir desta data se unem numa única unidade administrativa. Em 1218 a dita D. Fruilhe Ermiges doou à Ordem do Templo todas as suas "*hereditatem de Cira*", portanto as que D. Sancho I lhe doara. Além disso, doou o que ainda tinha de seu (ou viesse a ter), quer em Portugal, quer em Leão e Castela. Entende-se que já não seria muito, provavelmente por já ter dotado os filhos. Diz que o faz pela sua alma, a de seu marido e a de seus filhos e parentes. Infelizmente não nomeia nem o marido nem os filhos. Tendo tudo em conta, nomeadamente a certeza que foi casada com um Fernando, dado o patronímico do filho, e a referência ao que tinha em Leão e Castela, é certo que se trata da D. Fruilhe Ermiges filha de D. Ermígio Menendez de Ribadouro, governador de Penafiel, D. Fruilhe essa que o Livro Velho diz que casou com um fidalgo de Leão e se documenta que teve pelo menos uma filha, D. Maria Fernandes, falecida antes dela e sepultada em Vila Boa do Bispo, o que, pelo patronímico da filha, nos revela que esta D. Fruilhe também casou com um Fernando, como tudo refiro em outro estudo.<sup>10</sup> As genealogias posteriores, juntando estas duas informações, criaram um virtual "*D. Fernão de Leão*" como marido de D. Fruilhe Ermiges de Ribadouro. Mas, na verdade, pode ter havido um erro de cópia no Livro Velho entre *Leon* e *Limia*. E portanto o Livro



Velho dizer que D. Fruilhe casou com um fidalgo de *Limia* e não de *Leon*. Se bem que é preciso não esquecer que, na época em que D. Fruilhe casou, *Limia* (e a *Galiza*) pertenciam ao reino de *Leão*, então sob a coroa de D. Alfonso IX, que só faleceu em 1230. De facto, a *Galiza* foi então integrada no reino de *Leão* e era portanto correcto, de uma perspectiva portuguesa, dizer que D. Fernando Ermigues era, genericamente, um leonês. Assim como se entende perfeitamente a referência que D. Fruilhe faz, na doação aos templários, dos seus bens nos reinos de Portugal, *Leão* e *Castela*, sem referir a *Galiza*. Acresce que D. Fernando Ermigues (de *Baião*) e D. Fruilhe Ermigues (de *Ribadouro*) eram parentes próximos, descendentes de D. Soeiro Mendes da *Maia*, o *Bom* (ele bisneto e ela trineta), do conde D. Nuno Vasques de *Celanova* (ambos trinetos) e de D. Egas Gondesendes de *Baião* (ambos 5<sup>os</sup> netos). Por morte de D. Fernando Ermigues, ocorrida antes de 1212, ficaram na posse de *Xira* sua viúva D. Fruilhe e seu filho João Fernandes, que então seria menor, como ficou dito. Quando em 1206 D. Fruilhe teve mercê das herdades que o rei tinha em *Xira*, nada impede que D. Fernando Ermigues ainda estivesse vivo. Como já ficou dito acima, não é crível que Soeiro Fernandes tivesse casado com uma sobrinha-neta e, portanto, que fosse filho de D. Maria Paes. Soeiro Fernandes não nasceu antes de 1203, devendo ter nascido cerca de 1204/5. Ora, seus alegados meios-irmãos Raolino/Romim *Xira* e Martim *Xira/Cira/Sira* nasceram entre 1170 e 1175. Facilmente se vê que, com uma diferença de idade de cerca de 35 anos, não eram certamente filhos da mesma mãe. Mas 1204/5 não é tardio para D. Fruilhe, como 2<sup>a</sup> mulher de D. Fernando Ermigues, tendo este nascido cerca de 1150, casado 2<sup>a</sup> vez cerca de 1198 e falecido entre 1204/5 e 1212, ano em que sabemos que D. Fruilhe já estava viúva, tendo esta nascido cerca de 1181/2. Se de facto João Fernandes ainda era menor de idade em 1212, como parece, então Soeiro Fernandes bem pode ser seu irmão mais novo. O conde D. Pedro, tendo a informação de que Soeiro Fernandes era filho de D. Fernando Ermigues e desconhecendo o 2<sup>o</sup> casamento deste, deu-o como filho de D. Maria Paes, mesmo que isso obrigasse a que tivesse casado com uma sobrinha-neta. Mas a solução que resulta desta análise é bem mais crível. **Além de que vem explicar a heráldica dos Soares de Albergaria (imagem)**. Diz ainda o conde D. Pedro que D. Fernando Ermigues teve dois filhos (que erradamente atribuiu a D. Maria Paes, como vimos), Ermígio Fernandes e Soeiro Fernandes, cavaleiros que estiveram na batalha de *Azinhaga*, cerca de *Santarém*, e que este último casou com D. Sancha Martins de *Lisboa* ou de *Bulhões*, que era neta materna do antedito Martim *Xira/Sira* e sucessora no morgadio da *Albergaria* de S. Mateus, sendo pais de Estêvão Soares de *Albergaria*, o Velho, o 1<sup>o</sup> deste nome, alcaide-mor de *Lisboa*, que sucedeu como 7<sup>o</sup> morgado da *Albergaria* de S. Mateus. Na verdade, Soeiro Fernandes casou duas vezes, a primeira das quais cerca de 1243 com D. (Maria) Fernandes *Alão*, da qual teve pelo menos dois filhos: Martim Soares e D. João Soares *Alão*, bispo de *Silves* (1297-1310) que em 1283 foi apresentado como prior da igreja de S. Miguel de *Sintra* e depois foi cônego da *Sé do Porto*. Instituiu a 31.8.1308 a capela e morgadio de St<sup>o</sup> *Eutrópio* e seu hospital na igreja de S. Bartolomeu de *Lisboa*, e foi sepultado na capela de S. Mateus, também em *Lisboa*, sendo depois trasladado para a de St<sup>o</sup> *Eutrópio* quando esta ficou concluída. Nomeou para administrador o bispo de *Lisboa* D. Domingos *Jardo* e, por morte deste, seu neto (dele instituidor) *Gonçalo Mendes*, e por morte deste o clérigo seu parente mais próximo. Na falta de parente clérigo, sucederia o parente mais próximo. Sucedeu no morgadio e capela de St<sup>o</sup> *Eutrópio* Lopo Soares de *Albergaria*, fidalgo, 9<sup>o</sup> morgado da *Albergaria* e capela de S. Mateus, por ser o parente mais próximo e o antedito *Gonçalo Mendes* ter nomeado na respectiva administração seu pai ou avô (ambos chamados Estêvão Soares de *Albergaria*), que parece ser o Lopo Soares, vassalo de D. Fernando I, feito alcaide-mor do castelo de *Mourão* a 10.3.1376. O antedito Martim Soares casou com *Tereza Pires*. Sua filha *Sancha Martins Alão* casou com João Esteves de *Gaia*, escudeiro, vivendo ambos no termo de *Lisboa* em 1344, quando fizeram doação ao hospital de St<sup>o</sup> *Eutrópio* de umas casas herdadas do bispo D. João Soares *Alão*, tio de *Sancha* e irmão daquele Martim Soares. Documenta-se também que em 1339 aquela *Sancha Martins* tinha um irmão chamado João Martins. Sendo certo que esta geração de Martim Soares, irmão do bispo, se extinguiu, pois de outra forma Lopo Soares de *Albergaria* não podia ser o parente mais próximo quando sucedeu. Soeiro Fernandes casou 2<sup>a</sup> vez cerca de 1264 com *Sancha Martins* de *Lisboa*, também dita *Sancha Martins* de *Bulhão*, 6<sup>a</sup> morgada da *Albergaria* de S. Mateus, em *Lisboa*, neta materna do antedito Martim *Xira*, 4<sup>o</sup> morgado da *Albergaria* de S. Mateus, etc. Deste casamento nasceu cerca de 1265

Estêvão Soares de Albergaria, considerado o 1º deste nome. Contudo, parece certo que Soeiro Fernandes, quando cerca de 1264 teve o morgadio da Albergaria de S. Mateus por sua 2ª mulher, acrescentou ao nome "da Albergaria" ou, pelo menos, passou a ter este chamadouro. Sobre as armas dos Soares de Albergarias há o consenso de que foram ordenadas depois da batalha de Ourique, quando D. Afonso Henriques ordenou as dele, usando por isso os mesmos escudetes besantados, em bordadura, e a cruz, floreada, de vermelho em campo de prata. Como não encontraram na ascendência Soares de Albergaria outro candidato possível, atribuíram esse feito a D. Paio Delgado, apesar de as crônicas nunca referirem a presença deste cavaleiro na batalha de Ourique. Só que, sabe-se agora, Paio Delgado era da linhagem dos Rebolo, com outras armas, e a sua restante descendência não usou as armas Soares de Albergaria, mas justamente as dos Rebolo. Já no séc. XVII alguns autores defendiam que as armas Soares de Albergaria vinham pela varonia, por D. Fernando Ermiges. D. António Suarez de Alarcón (séc. XVII) entendia que tinham sido ordenadas na mesma batalha de Ourique por D. Pedro Paes da Maia, então alferes-mor de D. Afonso Henriques. Só que se esqueceu ou não sabia que D. Pedro Paes só foi alferes em 1147, portanto 8 anos depois de Ourique, além de que julgava que D. Fernando Ermiges era neto (materno) de D. Pedro Paes, quando na verdade era seu sobrinho. Mas, desde logo, não é crível que alguém tivesse usado para ordenar as suas armas as peças centrais que D. Afonso Henriques escolheu para ordenar as suas. Depois, 1138, data da batalha de Ourique, parece uma data demasiado recuada para o uso de armas tão elaboradas como a dos Soares de Albergaria, nomeadamente com o recurso a bordadura. Sendo que, sobre tudo isto, não se vê na varonia dos Soares de Albergaria ninguém (que só podia ser D. Mendo Bofinho ou seu filho D. Ermígio Mendes) com posição suficiente para D. Afonso Henriques dar semelhante privilégio, partido da hipótese, a meu ver inadmissível, que esse privilégio podia ter sido dado a alguém. Sendo de salientar que, ainda por cima, o timbre dos Soares de Albergaria é o dragão, justamente o mesmo timbre das armas reais, ainda que em posição diferente. Esta singularidade, das duas, uma: ou aponta para um uso dos timbres associados à Heráldica, enquanto representação conjunta, para muito antes do que se julga, ou remete a ordenação das armas dos Soares de Albergaria para uma época bem posterior. Ora, eu julgo que as armas dos Soares de Albergaria foram ordenadas por Soeiro Fernandes, na 2ª metade do séc. XIII. E de facto remetem para as armas reais, mas por outra razão, que inexplicavelmente passou despercebida a todas as genealogias, quando aquilo que a sua ordenação pretendia era justamente salientar a sua ascendência a D. Afonso Henriques! Com efeito, por sua proposta mãe D. Fruilhe, Soeiro Fernandes era trineto legítimo do conde D. Sancho Nunes de Celanova e de sua mulher D. Tereza Afonso, filha natural de D. Afonso Henriques. Parentesco que os reis bem conheciam, pois já na confirmação de Xira a D. Foilhe Ermiges, em 1206, D. Sancho I salientava que ela era "*multum naturalis nostra*". O que é natural, pois D. Sancho I era afinal tio-bisavô de D. Fruilhe. Não sendo de estranhar esta diferença de grau entre dois contemporâneos. Embora em 1206 D. Sancho I tivesse 52 anos e D. Froilhe cerca de 24, esta era bisneta de D. Tereza sempre por via feminina, ou seja: sua mãe D. Sancha Pires nasceu cerca de 1166 (faleceu depois de 1212), sua avó a condessa D. Fruilhe Sanches nasceu cerca de 1150, e sua bisavó D. Teresa Afonso nasceu cerca de 1134, portanto 20 anos antes de seu meio-irmão D. Sancho I. O conde D. Pedro diz que D. Afonso Henriques teve esta filha D. Tereza Afonso em D. Elvira Galtér e que, portanto, era irmã inteira de D. Urraca Afonso, casada com D. Pedro Afonso de Lumiares. Mas esta D. Urraca é bem mais tardia, ainda se documentando casada em 1212. D. Tereza Afonso foi certamente a primeira das filhas naturais de D. Afonso Henriques, ainda solteiro, e seria irmã inteira mais velha de D. Afonso, nascido em 1135, que foi grão-mestre da Ordem de S. João de Jerusalém (1203-6). Muito se tem escrito sobre esta D. Tereza Afonso, a célebre filha que o Livro Velho, o Livro do Deão e o conde D. Pedro dizem que D. Afonso Henriques tirou ao conde D. Sancho Nunes de Celanova, seu marido, para dar em casamento a D. Fernão Mendes de Braganças. Alguns estranham esta história, algo anedótica de facto, esquecendo-se, talvez, que D. Fernão Mendes tinha o poder suficiente para retirar ao domínio português praticamente Trás-os-Montes inteiro, entregando-o a Leão e Castela. E que D. Afonso Henriques pode, de facto, ter sido obrigado a usar a sua filha natural para impedir isso mesmo, conseguindo ao mesmo tempo, com a doação em dote, manter de vez o território no domínio nacional. Isto mesmo, de resto, diz Mattoso. A propósito, andam também muito enganadas as genealogias

quando dão os filhos de D. Pedro Fernandes de Bragançãos como sendo do seu casamento com a condessa D. Fruilhe Sanches. Basta ver que seu neto D. Fernão Fernandes já era adulto em 1168 para perceber que isso é cronologicamente impossível. De resto, o episódio da nata nas barbas, como é conhecido, e a anulação do casamento de D. Tereza Afonso com o conde D. Sancho Nunes, casando este com D. Tereza Mendes (de Ribadouro) e ela com D. Fernão Mendes de Braganção, terá acontecido cerca de 1154, já os filhos de D. Pedro Fernandes de Bragançãos tinham nascido todos. Foi depois de D. Tereza Afonso casar com D. Fernão Mendes de Braganção que a única filha que teve do conde D. Sancho Nunes, D. Fruilhe Sanches, veio a casar com D. Pedro Fernandes de Bragançãos, que entretanto se tornara enteado de D. Tereza Afonso. E deste 2º casamento de D. Pedro só nasceu uma filha, D. Sancha Pires. Como já referi, D. Fruilhe também foi a única filha do casamento do conde D. Sancho Nunes com D. Tereza Afonso. Porque os outros dois filhos que também dão a este casamento, o conde D. Vasco Sanches de Celanova e D. Urraca Sanches, são muito anteriores e necessariamente fruto de um 1º casamento do conde. Com efeito, D. Vasco Sanches nasceu cerca de 1127 e sua irmã D. Urraca Sanches nasceu antes, pois é mãe do conde D. Mem Gonçalves de Souza, nascido o mais tardar em 1140. Portanto, o conde D. Sancho Nunes casou três vezes, a 1ª com mulher que se desconhece, a 2ª com D. Tereza Afonso e a 3ª com D. Tereza Mendes (de Ribadouro), de quem teve Nuno Sanches de Barbosa. Desta conjugação de circunstâncias, a que se junta o facto de os irmãos de D. Fruilhe Ermiges não terem descendência e, aparentemente, o mesmo acontecer com os seus restantes filhos, resultou que Soeiro Fernandes seria, quando tardiamente casou, o único descendente D. Teresa Afonso. Ao ordenar as armas de uma nova linhagem, Soeiro Fernandes foi por isso buscar os símbolos (os escudetes besantados, a cruz e o dragão) de seu 4º avô D. Afonso Henriques, dando-lhe uma ordenação diferente. Sendo aqui de salientar que, em representações coevas, os reis D. Sancho II e D. Afonso III, seus contemporâneos, aparecem também com a cruz floreada. Aparentemente, se considerarmos que a nova linhagem apenas começou com o filho, Estêvão Soares de Albergaria, teria mais lógica se fosse este a ordenar as novas armas. Mas contra esta hipótese está o facto de Estêvão Soares de Albergaria ser, por sua mãe, por quem afinal vinha o morgadio da Albergaria, descendente de uma família ilustre, que hoje sabemos ser a dos Rebolo, que deram o Papa João XXI, e de quem justamente vinha o morgadio da Albergaria de S. Mateus. É muito provável que já D. Paio Delgado (Delgado era certamente uma alcunha) usasse as armas dos Rebolo (três relobos furados), que também usou o Papa. Sendo por isso também muito provável que se fosse Estêvão Soares de Albergaria a ordenar as armas tivesse, por exemplo, usado esses três rebolos furados com a bordadura das quinas. Por outro lado, a fixação do patronímico Soares dá a Soeiro Fernandes o inegável papel de fundador da linhagem. Sendo que é igualmente muito provável, como já ficou dito, que, após o seu 2º casamento (tardio), Soeiro Fernandes passasse a usar o nome de Albergaria, como senhor do morgado por sua mulher, funcionando assim, de facto, como o 1º Albergaria. Família que tem, desde o seu início, um altíssimo estatuto, até agora na verdade inexplicado. Não sendo desta forma de estranhar que famílias como os Cunha e os Mello, quando cruzaram com os Soares de Albergaria, passassem a acrescentar às suas armas, nas respectivas linhas-chefe, a bordadura das quinas. A propósito das armas reais, muito se tem escrito sobre o significado das suas peças, sempre com raiz em interpretações posteriores imaginadas por clérigos, em geral ignorantes dos verdadeiros significados heráldicos e que, portanto, encontravam para tudo justificações piedosas e religiosas. Estou convicto, porém, que os escudetes significavam os condados ou as “partes” que constituíam o novo reino de Portucale, e que o serem semeados de besantes de prata significava realeza. Com efeito, muitos reis peninsulares anteriores a D. Afonso Henriques tinham por assinatura um rectângulo cheio nos cantos, nos quais se abria um círculo (em termos heráldicos, um besante de prata), tendo no centro uma cruz. É assim possível que os besantes de prata tivessem ganho o significado de realeza. O facto de os escudetes besantados terem sido ordenados em cruz, pode ter várias justificações, desde logo a de ser uma das ordenações clássicas de cinco peças na Heráldica. É evidente que o facto de se tratar de um rei cristão em luta contra os mouros é uma razão suficiente. Sendo que já o conde D. Henrique podia ter usado os mesmos escudetes em cruz (com o mesmo significado), tendo-lhe D. Afonso Henriques apenas acrescentado os besantes (sinal de realeza).

1.1.3.3.1. **Pedro Rodrigues** (Rolim ou de Azambuja), *alcaide-mor e senhor de Azambuja*, & *Tereza*

**Rodrigues da Nóbrega**, filha de Rui Fernandes da Nóbrega, cavaleiro doc. em 1254-65.

1.1.3.3.1.1. **Gonçalo Rodrigues**, *alcaide-mor e senhor de Azambuja*. & **Leonor Esteves**, que as genealogias dizem filha de Estêvão Esteves Carrilho, de Évora.

1.1.3.3.1.1.1. **Leonor Gonçalves**, *senhora de Azambuja*, & **Lopo Pires Palha**, *alcaide-mor do castelo de Azambuja*.

1.1.3.3.1.1.1.1. **Urraca Fernandes Rolim**, *senhora de Azambuja*, que perdeu para seu primo Lopo Álvares de Azambuja, referido adiante, por ter, com seu marido e filhos, seguido o partido de Castela contra o mestre de Avis. Diz D. João I, quando dá o senhorio e morgado de Azambuja ao dito Lopo Álvares, que é "*notorio a nos que o dicto alvaro gonçalluez de moura e a dicta orraca fernandez e seus filhos mayores de sete annos specialmente pero rodriguez mayor filho que os sobreditos ham ao qual dicto moorgado auya de ficar despois da morte da dicta orraca fernandez sua madre, som em deserviço nosso e destes regnos correndo a terra e roubando e teendo uoz e bando del rrey de castella e levantando se com o castelo de Moura (...)*". Urraca Fernandes & **Álvaro Gonçalves de Moura**, *senhor de Moura (4.1.1400), Portel e Stº Aleixo, alcaide-mor de Évora, Monção, Melgaço e Azambuja, meirinho-mor de Entre Tejo e Guadiana, c.g. conhecida*.

1.1.3.3.1.2. **Lopo Rodrigues**

1.1.3.3.1.3. **Pedro Rodrigues**

1.1.3.3.1.4. **Beatriz Rodrigues** & /1338 **Martim Fernandes de Cambra**, *cavaleiro (r. 1306) - /1340*.

1.1.3.3.1.4.1. **Afonso Martins**, menor em 1340.

1.1.3.3.1.5. **Alda Rodrigues** & **Gil Martins Barreto**.

1.1.3.3.1.5.1. **Beatriz Gil Barreto** & **Paio Rodrigues de Novais**.

1.1.3.3.2. **Estêvão Rodrigues**, *ca 1272-*, *alcaide-mor de Azambuja, vila em cuja matriz foi sepultado*. & com uma irmã (talvez de nome **Beatriz**) do cónego João Anes de Coruche e de Pedro Anes de Coruche, como se depreende no testamento de seu filho, que lhes chama tios e de quem herdou umas casas à Porta do Mar, em Lisboa. João Anes Coruche ou de Coruche foi reitor de Santiago de Torres Novas (1362), cónego das Sés de Évora (1362), e Lisboa (1363) e testamenteiro de seu sobrinho João Esteves, "o Privado". Deste parecem ainda irmãos um homónimo que foi reposteiro-mor (1325-34) e vedor da Casa de D. Afonso IV e vedor dos testamentos pelo rei em Lisboa (1334), e Estêvão Anes Coruche, *escrivão do rei (1325-37), prior de S. João da Praça (1337), e raçoeiro na igreja de Stª. Mª da Alcáçova de Santarém (1341-4)*.

1.1.3.3.2.1. **João Esteves**, "*o Privado*", *ca 1315-1372, camareiro-mor e tesoureiro de D. Afonso IV, reposteiro-mor de D. Pedro I, do Conselho de D. Fernando, alcaide-mor de Lisboa e de Azambuja (3.5.1371), senhor de Montargil, co-senhor da quinta da Panasqueira, senhor de juro e herdade das quintãs de Verdinha (Tojal, Santarém, 22.4.1364), Paradela (Bouças, Porto, 30.9.1364) e Muge (15.11.1368) e das aldeias de Roalde (Bouças, Porto, 30.9.1364) e de Francos (ib, 31.7.1369), etc. Fez testamento em Lisboa a 16.9.1372, só aberto a 31.10.1375, no qual instituiu morgadio e capela na*

igreja do Salvador, em Lisboa, onde jaz e onde seu sobrinho o cardeal D. João haveria de fundar o adjacente mosteiro do mesmo nome. Faleceu pouco depois de Setembro de 1372, data do testamento, pois em Junho de 1373 sua viúva já estava casada. & ca 1354 **Inez Migueis (a)** (1ª mulher), referida como sua mulher no testamento, então já falecida, natural do Porto e irmã de uma Margarida Migueis. & 1368 (2ª vez) **Violante Lopes de Albergaria (b)**, ca 1341-1384/, que deixou umas casas à capela do Salvador, filha de Lopo Soares de Albergaria. 9º morgado da Albergaria de S. Mateus e 4º morgado do Hospital de Stº Eutrópio, em S. Bartolomeu de Lisboa (17.3.1387), etc., e de sua mulher Mécia Rodrigues de Vasconcellos (ou de Meira). Foi Lavanha (séc. XVII) quem primeiro veio com a informação de que Violante Lopes de Albergaria tinha casado três vezes, a primeira das quais com Álvaro Vasques de Góis<sup>11</sup>, também dito de Pedra Alçada. Mas isso não é possível. O casamento de Violante Lopes de Albergaria com João Esteves o Privado não está directamente documentado, mas indirectamente está mais do que suficientemente sustentado, não só pela doação que ela fez à capela do Salvador, acima referida, e pela sucessão aldeias de Francos e de Roalde e nas quintãs de Paradela e Muge de João Esteves o Privado, como digo adiante, mas também porque deste casamento há uma neta chamada Violante Lopes de Távora, sem que esta tivesse outra razão para este prenome e sobretudo patronímico, mormente nesta conjugação, que não fosse o facto de ser neta de Violante Lopes de Albergaria. Já o seu 3º casamento, como veremos, está plenamente documentado. Ora, este 3º casamento realizou-se antes 20.6.1373, e Álvaro Vasques de Góis ainda vivia a 17.3.1378, quando teve mercê da jurisdição de Pedra Alçada. Portanto, se Álvaro Vasques de Góis casou com alguma Violante Lopes, o que não parece (Álvaro Vasques só deixou bastardos), não foi com esta. Esta Violante Lopes de Albergaria casou 2ª vez com Rui Pereira, com geração, tendo o casal sucedido a João Esteves nomeadamente nas aldeias de Francos e de Roalde e nas quintãs de Paradela e Muge, por mercês de 17 e 20.6.1373, tendo Rui Pereira já falecido a 8.9.1384 quando Violante Lopes teve confirmação daquelas doações por D. João I. Violante Lopes e seu 2º marido Rui Pereira tiveram também confirmação do senhorio de Montargil, que a 29.7.1427 passou à filha por mercê de D. João I. Deste 2º casamento foi filha, parece que única, Tereza Novais, que casou a 1ª vez, aparentemente sem geração, com Álvaro Gonçalves de Freitas, vedor da fazenda de D. João I, já falecido a 20.10.1419, quando D. João I confirmou a Tereza Novais, sua viúva, a venda que ela tinha feito ao conde D. Afonso (futuro duque de Bragança) de umas terras que lhe doara sua mãe Violante Lopes de Albergaria, depois da morte de seu pai Rui Pereira, as quais terras ambos tinham tido por mercê de D. Fernando I. A saber: as terras, casas e casais da freguesia de Breito e Figueiredo e S. Martinho de Lançós e Rio de Ave e a quintã que chamam Santo Tirso de Riba de Ave, com sua torre, vinhas, herdades, direitos, jurisdições, horas, foros, etc., que tudo vendeu por 1.100 coroas de bom ouro. Tereza Novais casou 2ª vez com Pedro Rodrigues de Moura e foram avós de D. Rolim de Moura, senhor de Azambuja, a quem a 5.2.1500 D. Manuel I confirmou o senhorio de Montargil, que passou depois ao filho D. Rodrigo de Moura (CMI, 15, 158), continuando na sua descendência, mais tarde condes de Azambuja.

1.1.3.3.2.1.1. (a) **Beatriz Anes**, ca 1355/8-/1440, a única filha referida, com seu marido, no testamento de seu pai, que outorgam. & /9.1372 com **Estêvão Vasques Filipe**, - 1415/, anadel-mor de besteiros (doc. a 2.6.1385) e anadel-mor de besteiros do conto (doc. a 4.6.1393). S.g. A. 10.5.1432 D. João I confirmou a doação de Beatriz Anes, viúva de Estêvão Vasques Filipe, "por não ter filho, nem filha, nem neto, nem

*bisneto, nem herdeiro que seus bens pudesse herdar contra sua vontade*", que fez de uma série de bens a seu sobrinho Rui Pires de Távora, "*filho lídimo de Pero Lourenço de Távora e de Beatriz Esteves, sua boa irmã*", deserdando Vasco Filipe, filho (legitimado) de Estêvão Vasques Filipe, a quem anteriormente (1427), tinha deixado os mesmos bens.

- 1.1.3.3.2.1.2. **(b) Beatriz Esteves** depois chamada **D. Beatriz Anes de Albergaria**, ca 1369-1451/, referida por sua irmã, acima, de quem devia ser afilhada e daí o mesmo prenome. É referida como Beatriz Esteves com seu marido já em 1409 no testamento do cardeal D. João, adiante, que a diz sobrinha de seu pai. Foi aia de D. Afonso V e mais tarde, possivelmente após a morte da irmã, passou a chamar-se Beatriz Anes de Albergaria. Com efeito, a 22.4.1440 D. Afonso V doou vitaliciamente a Dona Beatriz Anes de Albergaria, Dona régia, dona honrada de boa linhagem e criação, mulher de Pedro Lourenço, criado do rei D. João I, uma tença anual no valor de 36.762 reais de pratas, a partir de 1440, para sua aposentação (CAV, 20, 82). A 15.4.1451 o mesmo rei doou a D. Isabel da Guerra, donzela da sua Casa, filha de Álvaro Pires de Távora, do seu Conselho, que está com Beatriz Anes de Albergaria, sua avó, que foi aia régia, uma tença anual de 10.995 reais, até ser desembargado o seu casamento e apesar de ter mantimento e cevada (CAV, 37, 27). Finalmente, a 2.3.1459 o mesmo rei doou a Violante Lopes de Távora, mulher de Martinho Afonso de Sousa, uma tença anual de 8.000 reais de prata, a retirar da tença anual que pertencia a Beatriz Anes de Albergaria, sua mãe, que lhe deixara (CAV, 36, 251). D. Beatriz & ca 1383 **Pedro Lourenço de Távora**, vassalo de D. Fernando I, criado e reposteiro-mor de D. João I, 1º senhor de juro e herdade de S. João da Pesqueira e Ranhados (12.7.1381, confirmado a 10.6.1382, com seu irmão Rui, este s.g., em atenção aos serviços de seu falecido pai), com todos os seus termos, rendas, pertenças, pão, vinho e azeite e todos os outros frutos, "*pera todos seus sucessores filhos lidimos herdeiros de djr.to que delles descendesem p.r linha djr.ta*", reservando para si toda a jurisdição cível e crime. O dito seu irmão Rui Lourenço de Távora não teve geração (as genealogias tardias dizem que foi franciscano), e ainda se documenta a 7.5.1386, quando, com seu irmão Pedro Lourenço, ambos referidos como vassalos, teve mercê das rendas e direitos de Alfândega da Fé e, só para si, das rendas e direitos de Penaguião. Mas já teria falecido (ou recolhido à vida religiosa) quando a 21.10.1391 Pedro Lourenço teve mercê dos direitos, rendas e tributos de Mogadouro, Alfândega da Fé e Mirandela. Foi a pedido de Pedro Lourenço de Távora que a 7.10.1385 Martim Afonso da Granja, dito aí seu parente, teve mercê de juro e herdade das honras de Lordelo e Galegos. No mesmo ano, a 5 de Novembro, já referido como reposteiro-mor, Pedro Lourenço, pelos seus "*stremados sujços*", teve de juro e herdade a terra entre Tua e Pinhão. Já antes, a 25.3.1384 teve mercê o senhorio de juro e herdade de Favaios e Alijó (Eligoo). E a 15.4.1385 teve confirmação dos senhorios de S. João da Pesqueira e Ranhados, bem como do couto de S. Pedro das Águias. E a 29 de Outubro do mesmo ano teve o senhorio de juro e herdade das ditas honras de Lordelo e Galegos. A 3.7.1387 teve o senhorio de juro e herdade de Aguiar de Sousa, enquanto seu outro



irmão, Martim Lourenço de Távora, então escudeiro de João Afonso Pimentel, teve o senhorio de juro e herdade do reguengo de Louredo. A 27.12.1395 Pedro Lourenço teve confirmação dos senhorios de Mogadouro, Favaios, Lordelo, Galegos, Távora, Paradela, Lugo, couto de S. Pedro de Águias, Várzea e Soutelo. Pedro Lourenço de Távora faleceu antes de 27.4.1421, data em que seu filho Álvaro Pires de Távora, reposteiro-mor de D. João I, teve deste rei confirmação das terras que tinham sido de seu pai. Pedro Lourenço era filho de Lourenço Pires de Távora e de sua mulher Alda Gonçalves (de Moraes), que sendo viúva teve a 15.9.1384 carta real das graças, mercês e terras de seu marido. Logo a 16 de Abril do ano seguinte (1385) D. João I doou a "*Alda g. çilz mulher que foe de l. ço priz de tauora*", pelos serviços que dela e de seus filhos recebera e esperava receber, o senhorio de juro e herdade das terras e lugares da Ribeira e de Samudães e a colheita e rendas de Lamego. No dia anterior, o mesmo rei confirmou a Rui Lourenço, escudeiro, a seu irmão Pedro Lourenço e à mãe de ambos, as mercês, privilégios e liberdades que eles tinham dos reis anteriores, bem como as suas quintãs, terras, lugares e bens que eram coutados, e as suas honras e jurisdições, dando-lhes ainda todos os bens dos moradores de S. João da Pesqueira, Ranhados e S. Pedro de Águias que se provasse que estavam contra ele (o rei). Parece que o 1º a usar o nome Távora foi Lourenço Pires de Távora, o velho (nascido no início do séc. XIV e fal. antes de Julho de 1381), como diz o conde de Barcelos D. Pedro (c. 1285-1354), seu contemporâneo, que com ele começa a família. Na verdade, antes dele não se documenta ninguém com o nome Távora. Frei Bernardo de Brito (1569-1617) e João Baptista Lavanha (1550-1624) acrescentaram-lhe muito depois uma ascendência duvidosa, recorrendo o primeiro a documentação manifestamente falsa. Mas é aceitável admitir que este 1º Lourenço Pires de Távora fosse filho de um Pedro Anes, neto de um João Esteves, bisneto de um Estêvão Pires e trineto de Pedro Ramires. Este Pedro Ramires (*Petrus Ramiriz*) documenta-se bem, mas normalmente dito Pedro Ramires de São João da Pesqueira. Nas inquirições de D. Afonso III (1258) são referidos dois descendentes deste Pedro Ramires: D. André, prelado da igreja de S. João da Pesqueira, e D. Mateus, prelado da igreja de Trevões, sendo na generalidade referidos "*outros muitos que descendem da geração de Pedro Ramires de S. João da Pesqueira*", que "*têm, hão e possuem muitas casas e vinhas em S. João da Pesqueira e nos seus termos, e não fazem qualquer foro ao rei*", por as terem herdado do dito Pedro Ramires. De facto, explica-se na dita inquirição que Pedro Ramires tinha na região de S. João da Pesqueira (incluía o rio Távora) várias terras reais emprazadas e que D. Afonso Henriques lhe quitou o foro de todas elas. O mosteiro de S. Pedro das Águias (Tabuaço) tinha terras dessas, que tivera de "*D. Estêvão de S. João e outros que descendem da geração de Pedro Ramires*". Os inquiridores dizem que viram a carta de quitação de D. Afonso Henriques, que estava no mosteiro, datada de 1133 (ainda era infante). Pedro Ramires, portanto, terá nascido no início do séc. XII ou final do séc. XI, tendo sido foreiro do rei, o que indica que originalmente não tinha grande estatuto nem deveria descender dos Maia por varonia, como quer o referido Frei Bernardo de Brito, que o faz

filho de Ramiro Pinioniz, neto de Pinion Rausendiz, bisneto de Rausendo Ermiges e trineto de Ermigio Albôaçar. Acrescentando, com documentação falsa, que este Rausendo Ermiges e seu irmão Tedo fundaram o referido mosteiro de S. Pedro das Águias. Mas as inquirições afonsinas já referidas são categóricas em dizer que o mosteiro era padroado do rei. O que não impede que os ascendentes de Lourenço Pires de Távora não tenham feito várias doações ao mosteiro, como aliás ficou dito. Não é portanto aceitável o entroncamento nos Maia, embora a cronologia o permita. Com efeito, Ermigio Albôaçar terá nascido entre 936 e 950, teve de sua filha Toda Ermiges netos que nasceram a partir de 1009. Se bem que com margem folgada, Ermigio Albôaçar podia ser trisavô por varonia de alguém nascido nos finais do séc. XI. Mas os documentos aduzidos por Frei Bernardo de Brito para lhe dar esta ascendência são manifestamente falsos, como se sabe. De resto, não se documenta nenhum Rausendo Ermiges e os LL só dão a Ermigio Albôaçar uma filha, a dita Toda Ermiges, a única, aliás, que refere Mattoso.

- 1.1.3.3.2.1.2.1. **D. Tereza de Távora**, ca 1384-1466/, que ainda criança foi a 2.9.1387 contractada para casar com o que viria a ser de facto seu marido. A 4.4.1431 este contracto foi confirmado por D. Duarte e ainda a 10.1.1466 por D. Afonso V. A 11.2.1439 D. Afonso V confirmou a doação a Rui Vasques Pereira, criado e cavaleiro da Casa Real, e a D. Teresa, sua mulher, da tença de 500.000 libras, que havia recebido por seu casamento, a ser paga pelas rendas do porto de Valença, até perfazer 875 coroas de ouro de justo peso (refere carta de D. Duarte 24.3.1438). A 17.4.1453 D. Afonso V confirmou a carta de privilégio a D. Teresa, mulher de Rui Vasques Pereira, isentando os seus lavradores do lugar de Cemudães de pagar coimas e lhes tomarem as suas roupas e bestas (inserta carta de D. João I de 28.3.1425). A 22.9.1462 o mesmo rei doou à mulher e herdeiros de Rui Vasques Pereira a tença anual de 14.285 coroas de ouro, até perfazer as 875 coroas de ouro que lhe foram dadas como dote de casamento por D. João I. & ca 1400 *Rui Vasques Pereira*, ca 1380-/1462, cavaleiro da Casa Real, filho mais novo de João Rodrigues Pereira, rico-homem, e sua mulher D. Maria da Silva. Este João Rodrigues Pereira sucedeu a seu pai Rui Vasques Pereira como senhor de juro e herdade de Baltar e Paços, no julgado de Aguiar de Sousa, e de Arco de Baúlhe, em Basto, tendo sido o 1º senhor de juro e herdade de Cabeceiras de Basto nesta linhagem, com seu mero e misto império e sua jurisdição cível e crime, rendas, foros, tributos, censos e pensões, incluindo a terra de Calvos e o Arco de Baúlhe, por troca que fez, com autorização real de 3.11.1385, com seu primo o condestável Nuno Álvares Pereira, pela terra e jurisdição de Baltar. Sem geração.
- 1.1.3.3.2.1.2.2. **Lourenço Pires de Távora**, ca 1386-/1409, solt. s.g.

- 1.1.3.3.2.1.2.3. **D. Isabel de Távora**, *abadessa do mosteiro de Santa Clara de Santarém*, não referida nas genealogias. Documenta-se como abadessa desde 1435 pelo menos até 1771. A 19.6.1450 D. Afonso V deu-lhe uma tença de 2.000 reais de prata. Em 1468 D. Tereza de Távora, acima, refere-se a sua irmã abadessa de St<sup>a</sup> Clara de Santarém.
- 1.1.3.3.2.1.2.4. **Álvaro Pires de Távora**, *ca 1390-1.11.1474*, que sucedeu a seu pai e na enorme herança e grande poder e prestígio dos Azambuja. Foi "*criado*" e reposteiro-mor de D. João I, do Conselho de D. Afonso V (r. de 1444), senhor de S. João da Pesqueira, Mogadouro, Ranhados Miranda, Alfândega da Fé, etc. (27.4.1421, confirmado a 20.11.1433 e a 7.10.1449), senhor de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Avinhoso (1.4.1448) e do pinhal e couto de Almada (18.5.1413 e 22.3.1453), alcaide-mor e senhor de Miranda (r. de 20.4.1463 e 29.4.1466), senhor de S. Tiago de Sanhoane (r. de 19.7.1469), senhor de Penas Róias (2.2.1457, por compra a Rui Gonçalves Alcoforado, referido adiante) senhor de Entre-Tua-e-Pinhão (r. de 1450), e ainda senhor Favaios, Lordelo e Galegos (14.6.1463), Távora, Paradela, Lugo, couto de S. Pedro de Águias, Várzea e Soutelo, tudo terras que a 7.3.1475 teve seu filho "*como tiveram seu pai e avô*". Teve ainda os direitos da moeda antiga de Caminha e Vila Nova de Cerveira (20.11.1433). Da herança do cardeal D. João teve nomeadamente o morgadio e capela de S. Lourenço e o padroado do mosteiro do Salvador, com a obrigação de viver na Estremadura, morgadio que depois passou a seu irmão Martim de Távora, certamente por não cumprir as condições estabelecidas. Segundo o epitáfio tardio do seu túmulo em S. Pedro das Águias, Álvaro Pires de Távora faleceu em Mogadouro a 1.11.1474, o que parece certo, uma vez que se documenta que já tinha morrido a 4.3.1475. & a 1<sup>a</sup> vez **D. Inez da Guerra**, meia-irmã do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra, e a 2<sup>a</sup> vez (com dote a arras de 18.6.1432) **D. Leonor da Cunha**, filha de Álvaro da Cunha, senhor de Pombeiro da Beira (filho da rainha D. Leonor Telles), c.g. conhecida de ambos os matrimónios.
- 1.1.3.3.2.1.2.5. **Rui Pires de Távora**, herdeiro de sua tia Beatriz Anes em 1432, como se diz acima. Ainda vivia a 3.11.1434 quando Pedro Afonso Sanhudo, seu "*criado*" e escudeiro, foi substituído no cargo de escrivão dos contos de Lisboa.
- 1.1.3.3.2.1.2.6. **Martim de Távora**, *ca 1394-/4.10.1475*, *meirinho-mor de D. Afonso V (21.4.1445)*, *do seu Conselho (r. de 17.10.1462)*, seu "*criado*" e *fidalgo*, como é referido quando este rei a 20.5.1441 lhe dá uma tença anual de 25.000 reais de prata até perfazer as 2.500 coroas de ouro que lhe deu em dote de casamento. Sucedeu no morgadio e capela de S. Lourenço e no padroado do mosteiro do

Salvador, como ficou dito. & 1441 **Beatriz de Ataíde**, "criada" da rainha, que já sua viúva recebeu a 4.10.1475 uma tença anual de 10.000 reais de prata. Destes foi filha única D. Catarina de Távora, que casou com D. Pedro de Noronha, c.g. nos condes dos Arcos.

1.1.3.3.2.1.2.7. **D. Violante Lopes de Távora**, ca 1396-1455/, que 17.2.1448 morava em Santa Maria com seu marido, quando o filho de ambos Pedro de Souza tirou ordens menores em Braga. Estava viúva a 1.5.1455 quando recebeu do rei uma tença anual de 10.000 reais de prata. A 2.3.1459 teve uma tença anual de 8.000 reais de prata, a retirar da tença anual que pertencia a Beatriz Anes de Albergaria, sua mãe, que lhe deixara, como já ficou dito. & **Martim Afonso de Souza**, - /1455, fidalgo do Conselho, vedor das obras de Trás-os-Montes (12.1.1440), senhor da torre de Stº Estêvão (Chaves), onde também viveu, etc. Foi legitimado por carta real de 22.1.1405, esteve na tomada de Ceuta (1415) como capitão de um galeão do Porto, era cavaleiro da Casa do conde de Barcelos (futuro 1º duque de Bragança) quando foi nomeado vedor das Obras de Trás-os-Montes, e da Casa Real e do Conselho de D. Afonso V quando este rei lhe deu, a 23.4.1450, uma tença de 20.000 reais de prata. C.g. conhecida.

1.1.3.3.2.2. **Afonso Esteves de Azambuja**, ca 1317- ca 1393, cavaleiro, vassalo (1372) e reposteiro-mor de D. Fernando I (1374-78), provedor da capela do Salvador e senhor de juro e herdade de Salvaterra de Magos, de Çacarabotom (sic) a da lezíria da Atalaia, senhorio em que sucedeu o filho em 1393. É documentado como irmão no testamento de João Esteves, que com ele foi sepultado na capela do Salvador, da qual também era provedor, como diz seu filho o cardeal. Aparece geralmente apenas como Afonso Esteves, mas na carta de confirmação dos senhorios ao filho aparece como "afom stez dazambuja". Também Fernão Lopes (I, 167) o refere como Afonso Esteves de Azambuja. Sucedeu a seu irmão, nomeadamente no morgado e capela do Salvador, e foi senhor de juro e herdade de Salvaterra de Magos, da lezíria do Romão e do campo de Sacarabotão (1384) e ainda a herdade e lezíria da Atalaia, no dito termo (1.6.1493). Fora vassalo de D. João Afonso Tello e capitão de uma galé da armada que se perdeu em Sevilha. Parece ainda que esteve no cerco de Lisboa e foi embaixador de D. João I a Roma. & com **Maior (Mor) Anes**, já viúva do vedor da fazenda Pedro Afonso Mealha, que no testamento do cardeal seu filho se diz que deixou bens à capela do Salvador. Uma genealogia manuscrita da Casa de Vila Nova de Cerveira, bem assim como Alão e outros, identificam este Afonso Esteves de Azambuja com o Afonso Esteves que se documenta pai da Constança Afonso casada com o Mestre João das Leis, sendo estes pais do alcaide-mor de Lisboa Afonso Anes Nogueira. Mas isso é erro, embora a confusão seja compreensível, pois este Afonso Esteves também teve um filho bispo D. João. Na verdade, o pai de Constança Afonso já tinha falecido a 2.11.1354, data em que fizeram partilhas, por morte de Afonso Esteves, os filhos D. João, bispo de Évora, e sua irmã Maria Afonso, mulher de Mestre Gonçalo das Leis. A 27.10.1362 fez testamento Maria Afonso, mulher que foi do Mestre Gonçalo das Leis, irmã de D. João e de Constança Afonso, mulher de João

das Leis. Deixou dois capelães que cantem por sua alma e do marido em Santo Elói para o que deixou a quinta de Azeitão para os manter e que proverá seu sobrinho Afonso filho do bispo seu irmão e sendo falecido a cada um dos filhos de Constança Afonso sua irmã, varão linha direita, deixa outros dois capelães em Santa Cruz de Lisboa que cantem pelas almas de seu pai e mãe e irmã Clara Afonso e Fernão da Veiga seu marido e para os manterem deixou o lugar da Charneca e o lugar de Aqualva, estes provará o filho varão de Constança Afonso por linha direita e fique em sua pessoa este morgado como o de Azeitão. Outrossim deixou os casais de Alperiate com a quinta da Ribeira de D. Garcia deixa que mantenham sete pobres com certos vestidos e porções o que prouver os capelães de Santa Cruz proverá as merceeiras. Deixou a sua prima Maria Anes o casal do Faião com o olival da Torre com condição que mande cantar no Lumiar e à filha de Vasco Lourenço a courela de Unhão que chamam das Oliveiras e uma casa. Deixou a vinha de Benfica que é em a Braçal ao vigário e merceeiras de Santa Cruz e cantarão 12 aniversários com missas em certos dias. Foi seu testamenteiro João das Leis seu cunhado. E a 4.4.1372 fez um codicilo ao testamento esta Maria Afonso, mulher que foi do Mestre Gonçalo das Leis, em que instituiu sua irmã Constança Afonso, mulher de Mestre João das Leis, como sua testamenteira com plenos poderes. O antedito D. João Afonso foi bispo de Évora de 1352 a 1355 e instituiu uma capela e morgado na igreja de S. Lourenço de Lisboa em que nomeou seu sobrinho Afonso Anes Nogueira, que em criança usou o nome de Afonso Esteves (do avô materno). Com efeito, a 28.10.1368 foi passada carta de aforamento a Pedro Afonso, morador no Pé da Serra, termo de Sintra, do Castanhal na Serra de Sintra pertencente ao morgado do bispo D. João, feita por Martim Afonso, morador em Sintra, procurador de Mestre João das Leis, provedor dos bens de seu filho Afonso Esteves, a quem pertence o morgado feito pelo bispo D. João, seu tio. Nesta igreja de S. Lourenço de Lisboa já Mestre João das Leis (referido adiante com mais detalhe) possuía a capela e morgado de St<sup>a</sup> Ana, que incluía o padroado da dita igreja, instituída por seu tio Mestre Pedro Nogueira, e terá sido por isso que aí o bispo D. João instituiu novo morgado e capela para o sobrinho. Mas a documentação revela que Afonso Anes Nogueira possuía ainda uma capela na mesma igreja instituída por sua antedita tia Maria Afonso e outra instituída pelo bispo de Évora D. Afonso Diniz. Este D. Afonso Diniz foi bispo da Guarda (1346-7) e de Évora (1347-52) e físico (médico) e astrólogo de D. Afonso IV, e tudo aponta para que tenha sido também filho de Afonso Esteves, apesar do patronímico. Fica-se no entanto sem perceber se se trata de capelas e morgados distintos ou do mesmo, com novas dotações. Neste último caso, a capela e morgado iniciais teriam sido instituídos pelo bispo D. Afonso Dinis e sucessivamente acrescentados com novos vínculos por D. João Afonso e Maria Afonso. O parentesco de D. Afonso Diniz fica documentado, por exemplo, num instrumento de aforamento de 28.8.1399 de duas vinhas "mortas", umas oliveiras em São Simão e uma herdade no lugar de Boca de Asno, termo de Almada, feita por Afonso Nogueira (filho de Afonso Anes Nogueira e futuro arcebispo de Lisboa), procurador do morgado do bispo D. Afonso de Évora, seu tio, a Fernão Gomes, mercador. E há muita documentação que os junta, como por exemplo um instrumento de posse de 10.11.1395 de umas casas situadas na Alcáçova de Lisboa, freguesia de Santa Cruz, pertencentes aos morgados do bispo D. Afonso Dinis, D. João e Maria Afonso, os quais possuía Rui Nogueira e por sua morte passaram para seu irmão Afonso Nogueira (filhos de Afonso Anes Nogueira, este último já referido acima). Como quer que seja, o Afonso Esteves de quem descendia esta gente não era o Azambuja, com quem erradamente tem andado confundido.

1.1.3.3.2.2.1. **João Afonso (de Azambuja)**, ca 1340-1385, cavaleiro, cuja morte em

combate pelo mestre de Avis, em Torres Vedras, Fernão Lopes descreve (I, 167).

1.1.3.3.2.2.1.1. **Álvaro Afonso**, *deão da Sé de Coimbra*, a quem o cardeal D. João chama sobrinho, nomeia testamenteiro, deixa bens, nomeia administrador da capela do Salvador e manda fazer um *"monumento de pedra com seu arco"* na igreja de Azambuja e para aí trasladar sua mãe (do cardeal) e avós.

1.1.3.3.2.2.2. **D. João Esteves (de Azambuja)**, *falecido a 22.1.1415 (Bruges) cardeal (3.6.1411, por Gregório XII), arcebispo de Lisboa (1402), bispo de Coimbra (1398), do Porto (1390) e de Silves (1389), bacharel em Degredos, do desembargo do régio de 1384 a 1395 e do Conselho de D. João I*. Dele existe um selo heráldico de 1394 com as suas armas, um escudo com quatro bandas (**imagem**), inventariado pelo marquês de Abrantes, portanto as armas dos Azambuja, que mais tarde esquartelaram com um castelo. Está sepultado no mosteiro do Salvador, em Lisboa, que fundou, adjacente à igreja de S. Salvador. A 26.6.1393 sucedeu ao pai em Salvaterra de Magos, Çacarabotom (sic) e lezíria da Atalaia, com a condição de depois da sua morte estes senhorios não ficarem para a Igreja. Foi ainda senhor de Aveiras de Baixo, que D. João I a 1.7.1391 lhe fez mercê de elevar a vila, separada de Santarém, dando-lhe a respectiva jurisdição, e senhor do morgado e capela do Salvador e do padroado da igreja de S. Salvador de Lisboa (1.7.1391), que deixou em testamento de 20.4.1409, por indicação que ficara de seu pai, a Álvaro Pires de Távora, acima, se este casasse e vivesse na Estremadura, caso contrário ficaria para o irmão de Álvaro que cumprisse estas condições. Fundou o mosteiro do Salvador e em Roma o mosteiro de S. Jerónimo. A sua sepultura no Salvador teve o seguinte epitáfio: *"Aqui jaz o muyto honrado senhor dom joam esteves, arcebispo de Lisboa e cardeal de Roma. Varam sabedor e virtuoso, em Bolonha solenizou a sepultura de Sam Domingos, em Roma fundou o mosteyro de Sam Jeronimo e em Lisboa este em que se mandou sepultar"*. A 1.7.1391 D. João I doou-lhe o padroado da igreja de S. Salvador de Lisboa, dizendo que *"dom joham bispo do porto do nosso conselho nos dise que johan stevez seu tio jaz sepultado na nossa igreja de sam salvador que he na nossa muj noble leal cidade de lixboa em hua capella que edificou na dicta igreja e esso meesmo quer hordenar huu morgado dos seus beens nos pedia por mercee que pera a dicta capella e moorgado ser mjlor e mais noble lhe desemos pera sempre o nosso padroado da dicta igreja de sam saluador que o ouuesse ele e os seus herdeiros"*.



1.1.3.3.2.2.2.1. **(L) Rodrigo Anes**, legitimado por carta real de 9.4.1393, como filho de D. João, arcebispo de Lisboa, e Constança Anes, mulher solteira. Deve ser o Rodrigo Anes, certamente clérigo, que era contador do arcebispo quando a 23.7.1410 teve sentença real contra si por querer que os pescadores e mordomos e confrades dos hospitais do Corpo de Deus fossem pagar as respectivas rendas a sua casa, excomungando os que não o faziam.

- 1.1.3.3.2.2.2. **(N) Catarina Afonso**, cujos filhos o cardeal D. João deixou sucessores no morgadio, no caso de os Távora não cumprirem as disposições testamentárias. & a 1ª vez com **Gonçalo Anes**, e foram pais de um Diogo e de um Afonso, clérigos, que herdaram do cardeal respectivamente os bens móveis e de raiz de Vale do Paraíso e de Aveiras de Baixo. Um Afonso Gonçalves a 7.3.1415 solicitou a abertura do testamento do avô, o cardeal, pelo que deve ser aquele Afonso. E a 15.1.1434 D. Duarte doou ao conde de Vila Real o casal do Resio, acima de Vila Nova da Rainha, termo de Alenquer, "*que soya trazer afonso gonçalluez neto do cardeal de lixboa*". Catarina Afonso & a 2ª vez com **Rui Gomes de Azevedo**, que com sua mulher teve o senhorio de Salvaterra de Magos, Çacarabotom (sic) e lezíria da Atalaia, por doação do cardeal, confirmada pelo rei a 26.11.1396. Deste 2º casamento nasceram, pelo menos, um filho e uma filha, esta casada com um Diogo Fernandes.
- 1.1.3.3.2.2.3. **Catarina Esteves**, - /1372, *freira em Stª Clara de Lisboa*, documentada como irmã no testamento de João Esteves, onde se diz que já tinha falecido.
- 1.1.3.3.2.2.4. **Gonçalo Esteves**, ca 1325-, *cevadeiro-mor do Infante D. Fernando*, documentado como irmão no testamento de João Esteves. É certamente o que o Livro de Linhagens do séc. XVI e uma genealogia manuscrita da Casa de Vila Nova de Cerveira dizem que foi privado e camareiro-mor de D. Pedro I e pai da Maria Gonçalves que segue, a quem a dita genealogia chama chamam Maria Gonçalves Pestana. Tendo em conta esta onomástica, é possível que Gonçalo Esteves tenha casado com uma Pestana.
- 1.1.3.3.2.2.4.1. **Lourenço Gonçalves**, *alcaide-mor de Salvaterra (11.10.1372)*.
- 1.1.3.3.2.2.4.2. **Maria Gonçalves**, ca 1350- , & **João Afonso de Brito**, o Velho, ca 1348- ca 1390, *cavaleiro, morgado de Stº Estêvão de Beja*. A 24.8.1384 D. João I doou para sempre a João Afonso de Brito todos os bens móveis e de raiz que Estêvão Anes o Moço e sua mulher tinham em Beja, que perderam por seguirem D. Beatriz. João Afonso de Brito era irmão inteiro de Rodrigo Afonso de Brito, vassalo de D. João I. A 16.4.1386 D. João I doou a Rodrigo Afonso de Brito, seu vassalo, a herdade de pão que tinha no termo da Cacela, para sempre, para si e seus descendentes. E a 20.11.1388 o mesmo rei doou a Rodrigo Afonso de Brito, seu vassalo, uma adega que tinha em Tavira, na rua do Alfeioçom, para sempre, para si e seus descendentes. Eram ambos meios-irmãos (mais novos) de Martim Dade (segundo o conde D. Pedro) e de Maria Afonso de Brito, que herdou o morgadio da Torre de Évora e casou com Vasco Martins de Mello, alcaide-mor de Beja (17.11.1372), do Conselho e guarda-mor de D. João I, senhor de juro e

herdade de Arraiolos (29.8.1385), de Alvito, Vila Nova, Vila Ruiva, Vilalva, Vila de Frades, Vidigueira e S. Cocovado (7.6.1367), senhor de Água de Peixes, etc., com geração conhecida, todos filhos de Martim Afonso de Brito, senhor do morgado da Torre de Évora (12.3.1335), que casou a 1ª vez com Isabel Afonso de Froião e a 2ª vez em 1347 com Maior Rodrigues Mafaldo, herdeira do morgadio de Stº Estêvão de Beja. Esta Maria Rodrigues foi a 23.1.1347 dotada para casar, por sua mãe, com 4.000 libras, a que se juntaram mais 500 libras em 1351. Era filha de Rodrigo Anes (filho do arcebispo de Braga D. João Martins de Soalhães) e de Maior Esteves Mafaldo, sendo esta neta do cavaleiro Estêvão Vasques, dito *Boiz*, que instituiu o morgadio de Stº Estêvão de Beja, com a capela de Stº Estêvão nesta cidade (no actual Largo dos Prazeres), onde foi sepultado com sua mulher D. Sancha, tendo falecido a 2.5.1272. O seu túmulo tem a seguinte inscrição: *"ERA DE 1310 ANOS FOI / DOIS DIAS POR NA/DAR DE MAIO MORREU SYE/VAN VASQUIS CAVAL/EIRO E MANDOU DEITAR / EM ELA E DEIXOU AI HAVER EM QUE LHE MANTIVESSEM UMA CAPELA PARA SEMPRE"*. Sua viúva D. Sancha (Dias ou Geães) nomeou sucessor na administração do morgadio e capela Estevão Mafaldo, que uma genealogia manuscrita da Casa de Vila Nova de Cerveira diz casado com sua filha D. Sancha Esteves e irmão do antedito instituidor Estêvão Vasques, o que o faria portanto casado com uma sobrinha, o que não me parece, devendo apenas ser genro. Até porque este parece ser o Estevão Mafaldo casado com Constança Esteves Ganso (de Arões), de quem portanto seria já viúvo, e filho de outro Estêvão Mafaldo, o Velho, e de sua mulher Senhorinha Gil, como diz o conde D. Pedro. Ainda segundo a dita genealogia da Casa de Vila Nova de Cerveira, de Estêvão Mafaldo e sua mulher D. Sancha Esteves foi filha sucessora a antedita Maior Esteves Mafaldo. Esta ascendência, obrigando a que Sancha Esteves, Maior Esteves e Maior Rodrigues casassem tendo em média de 25 anos, o que é muito tardio para a época, ainda assim obrigava também a que Sancha Esteves nascesse pouco antes de seu pai falecer, em 1272. O antedito Martim Afonso de Brito diz o conde de Pedro que era filho de D. João Afonso, bispo de Évora (1321) e de Lisboa (1326), falecido a 25.7.1341. E o certo é que um Martim Afonso é dito *"nosso criado"* quando nele o bispo de Lisboa D. João instituiu a 12.3.1335 um morgadio de tudo o que tinha em Évora, com confirmação de D. Afonso IV de 6 de Maio do mesmo ano. Na carta de instituição do morgadio em Martim Afonso, não se refere a sua filiação, dizendo contudo o instituidor que o faz para honrar a sua linhagem, dando a entender que Martim



Afonso era recém-casado. De recordar que já o mestre da Ordem de Cristo D. Frei Lopo Dias de Souza chama em 1393 "*sua criada*" à filha Leonor que viria a ser legitimada em 1394. O conde D. Pedro faz este Martim Afonso casado com Isabel Afonso de Froilão, filha de Afonso Martins Homem e de sua mulher Inez Martins Dade, já casados em 1305, e pai de Martim Dade e de Maria Afonso de Brito, mulher de Vasco Martins de Mello, como ficou dito. Lavanha, já no séc. XVII, aparece com outro Martim Afonso, que diz filho de D. Martinho, também bispo de Évora (1341) e cónego da Sé de Lisboa e depois de Braga (1325), falecido em 1374, irmão mais novo do referido bispo D. João Afonso. Mas este D. Martinho instituiu a 1.6.1350 o morgadio de Arega, junto a Chão do Couce (Coimbra), com tudo o que tinha na Beira, onde se diz filho de Afonso Anes e sua mulher D. Ausenda, justamente os pais do bispo D. João, que nas genealogias aparecem como Afonso Anes de Brito e D. Ausenda Pires de Oliveira. Mas D. Martinho não faz referência a nenhum filho Martim Afonso e chama para a administração do morgadio que instituiu seu sobrinho materno Gonçalo Mendes de Vasconcellos, com obrigação de usar o nome Brito, da sua linhagem, na falta dele seu irmão Martim, ambos filhos de sua irmã Constança, e na falta destes, os descendentes de sua irmã Leonor. Tudo indica que esta tardia informação de Lavanha é falsa e que só existiu um Martim Afonso de Brito, para quem D. João criou o referido morgadio, então recém-casado, como se disse, com a referida Isabel Afonso de Froilão, a qual terá nascido cerca de 1310. E este Martim Afonso, que terá nascido cerca de 1305, veio a casar 2ª vez em 1347 com Maior Rodrigues Mafaldo. Sendo este Martim Afonso filho do bispo D. João Afonso e não de seu irmão D. Martinho.

1.1.3.3.2.2.4.2.1. **João Afonso de Brito**, o *Moço*, ca 1372 - 30.1.1434/, *morgado de Stº Estêvão de Beja*. A 30.1.1434 D. Duarte confirmou a João Afonso de Brito, cavaleiro, morador na cidade de Lisboa, o senhorio do lugar de Aveiras, no termo de Santarém, que D. João I dera a 1.7.1391 a D. João, bispo do Porto. O documento não estabelece relação entre ambos, referindo apenas uma carta de D. João I de 28.1.1393 que regula a respectiva jurisdição após o dito João Afonso ter recebido o lugar. Mas é evidente que teve este senhorio por sua mãe, prima-direita do dito D. João Esteves, bispo e cardeal. João Afonso de Brito foi ainda juiz ordinário de Lisboa em 1414-5. & ca 1410 com *Violante Nogueira*, ca

1390-, filha sucessora de Afonso Anes Nogueira, do Conselho de D. João I, alcaide-mor de Lisboa, etc., sucessor de seu pai e ainda das capelas e morgados instituídos na mesma igreja de S. Lourenço de Lisboa por seus tios maternos, e de sua mulher Joana Vaz de Almada (tia paterna do celebrado D. Álvaro Vaz de Almada, 1º conde de Abranches); neta paterna do famoso doutor João das Leis, herdeiro do morgadio e capela instituídos por seu tio Mestre Pedro Nogueira na igreja de S. Lourenço de Lisboa, e de sua mulher Constança Afonso, irmã de D. Afonso Diniz e D. João Afonso, bispos der Évora, que conjuntamente com a irmã Maria Afonso (casada sem geração com o Mestre Gonçalo das Leis), instituíram capela e morgado na dita igreja de S. Lourenço de Lisboa para seu sobrinho Afonso Anes Nogueira, todos filhos de um Afonso Esteves que, ao contrário do que diz uma genealogia manuscrita da Casa de Vila Nova de Cerveira e também segue Alão, não é o Afonso Esteves de Azambuja, como mais detalhadamente já expliquei acima. Mestre João das Leis foi mordomo-mor e chanceler-mor de D. Afonso IV e do Conselho de D. Fernando I, tendo sucedido como 4º morgado de Stª Ana em S. Lourenço de Lisboa a 20.10.1346, após ter sido legitimado por uma Bula do Papa Clemente VI de 26.10.1345. Chamou-se João Peres (Nogueira) e jaz com sua mulher na sua capela de S. Lourenço de Lisboa, com o seguinte letreiro: "*Aqui jaz o M.e João das Leis Conselheiro do Rei D. Afonso IV de Portugal Padroeiro desta Igreja, e Provedor da Capela*". Mestre João das Leis documenta-se como filho ilegítimo (legitimado a 26.10.1345, como ficou dito) de Lourenço Peres e sobrinho de Mestre Pedro, tendo sucedido a 20.10.1346 a seu meio-irmão, o arcediogo Filipe Lourenço. Escreveu um livro intitulado "*Degredo de Mestre João das Leis*", pois a 3.1.1368 Diogo Rodrigues, escolar, raçoeiro da igreja de São Lourenço de Lisboa, passou recibo em como recebeu de Mestre João das Leis, por Gonçalo Miguéis, seu

escudeiro, um livro intitulado "*Degredo de Mestre João das Leis*". A 20.10.1346 D. Jorge, bispo de Coimbra, concedeu a João Peres autorização para suceder a seu irmão Filipe Lourenço na administração dos bens deixados por Mestre Pedro. D. Fernando I fez-lhe mercê da terra de Povos. Sobre ele e sua mulher Constança Afonso há muita documentação, alguma já referida acima, podendo aqui salientar, por exemplo, um instrumento de empraçamento de 8.1.1374 de umas casas térreas acima do arrabalde de Lisboa feita por Mestre João das Leis, provedor e administrador da capela de Mestre Pedro, edificada na igreja de São Lourenço, em Lisboa, a Martim Esteves, lavrador, e mulher Carolina Domingues. Documenta-se que seu pai Lourenço Peres (Nogueira) foi casado com Joana Filipe. Com efeito, de 4.9.1298 existe uma carta de venda de uma herdade na Lezíria dos Francos feita por Simeão Peres e sua mulher Maria Henriques, moradores em Azambuja, a Lourenço Peres e sua mulher Joana Felipe, moradores em Lisboa, e a Afonso Felipe e sua mulher Domingas de Morais, moradores em Santarém. É muito possível que a mãe de Mestre João das Leis seja filha ou irmã de um outro Mestre João das Leis, jurista de D. Dinis, cujo selo aparece num documento de 1314-19, inventariado pelo marquês de Abrantes. Devendo também ser irmã ou tia de Mestre Gonçalo das Leis, já falecido em 1354, que casou com Maria Afonso, irmã mais velha de Constança Afonso, mulher deste João das Leis. O antedito Lourenço Peres (Nogueira) era irmão de Mestre Pedro Nogueira, também dito *Magister Petrus de St.º Laurentio Ulisbon*, cavaleiro do Conselho de D. Afonso III e seu físico (médico), chanceler da rainha Santa Isabel, que fundou a igreja de S. Lourenço de Lisboa (1258/1271) e anexou o seu padroado ao morgado e capela que aí instituiu em 1296, onde jaz com o epitáfio seguinte (leitura actualizada): "*Aqui jaz o muito honrado e discreto Pedro Nogueira que foi do Conselho del-Rei D. Afonso 3.º*".

e foi o 1º fundador desta Igreja e dos morgados dela. Finou-se na era da Encarnação de 1300". De João Afonso de Brito e sua mulher Violante Nogueira foi filho sucessor Mem de Brito, rico-homem, fidalgo do Conselho de D. Afonso V, que sucedeu a seu tio materno o arcebispo de Lisboa D. Afonso Nogueira nos morgadios da igreja de S. Lourenço de Lisboa (quer o de Stª Ana, instituído por Mestre Pedro Nogueira, quer os de D. Afonso Diniz, D. João e Maria Afonso), que tudo confirmou por D. Afonso V a 16.2.1469, para si e seu filho sucessor Luiz de Brito.

1.1.3.3.2.2.4.2.2. **Rodrigo Afonso de Brito**, escudeiro, foi juiz do cível de Lisboa (1410-11). Em 1411 doou a sua quintã, casas e vinha na granja de Alperiate a Martinho Afonso de Miranda, sobrinho de sua mulher e filho do arcebispo de Braga. & **Margarida Afonso**, já viúva do contador Diogo Aires e irmã do dito D. Martim Afonso da Charneca, arcebispo de Braga (1398-1416), bispo de Coimbra, etc., portanto como ele filha de Afonso Pires da Charneca, falecido antes de 11.12.1392, e de sua mulher Constança Esteves, falecida depois desta data, quando, identificada como mãe de D. Martinho, bispo de Coimbra e do Conselho, a ambos D. João I confirmou a doação que fizera a Afonso Pires da Charneca, filho da dita Constança Esteves e irmão do dito bispo, do lugar de Alcáçovas, de umas vinhas e lagares "a allem d aRoyos e partem com o caminho da charneca", e de umas casas em Sintra.

1.1.3.3.2.2.4.2.3. **Álvaro de Brito**, ca 1373-.

1.1.3.3.2.2.4.2.4. **Estêvão de Brito**, & **Beatriz de Lucena**, c.g.

1.1.3.3.2.2.4.2.5. **Ousenda de Brito**, que fez testamento a 27.7.1460. & com **Martim Mendes Cerveira**, que fez testamento a 10.9.1452.

1.1.3.3.3. **João Rodrigues de Azambuja** & (1ª vez) **Tereza Mendes de Portalegre (a)** & (2ª vez) **Tereza Gil (b)**.

1.1.3.3.3.1. (a) **Álvaro Rodrigues de Azambuja**, -/1384.

1.1.3.3.3.1.1. **Lopo Álvares de Azambuja**, escudeiro, senhor de Azambuja, etc. A 30.9.1384 D. João I doou-lhe o castelo, senhorio e morgado de

Azambuja, de juro e herdade, então tirado a sua prima Urraca Fernandes e Álvaro Gonçalves de Moura, seu marido, acima, por terem seguido o partido de Castela. Neste documento o rei diz que "o dicto moorgado d azambuja segundo as condiçooes e maneiras que he fecto nom pode entanto seer confiscado per nos que delle nom deua e possa seer provendo aalguu da direita linhagem pois he cousa que sempre ha de ficar na linhagem dos sobredictos, o qual linhagem per nos nom pode ser privado do seu djreito Portanto nos por verdadeira enformaçam certa soubemos que o dicto lopo alvarez foe filho d aluaro rodriguez e neto de Joham rodriguez d azambuja os quaes eram djreitamente da dicta linhagem. Outrossy o dicto lopo alvarez he segundo coJrmaão da dicta orraca Fernandez assy a elle he e pode seer deuudo o dicto moorgado".

1.1.3.3.2. **(b) Maria Rodrigues & /1342 Pedro Afonso Ribeiro.**

1.1.4. **Gil Esteves de Avelar**, ca 1225-1293/, senhor da honra e quintã de Valverde (Oliveira de Azeméis), onde fez casa, tendo a quintã e honra sido fundada por seu pai, em terras que tinham sido de Martim de Aragão, como tudo se diz nas inquirições de D. Dinis. Teve outros bens na Terra da Feira. Documenta-se com seu irmão Martim Esteves e sobrinhos em 1288 e 1293 numa questão relativa à igreja de Sanfins de Stª Mª. Como ficou dito, nas inquirições de D. Dinis de Julho e Agosto de 1284 documenta-se que Martim de Avelar seu irmão Gil Esteves, bem assim como Martim Anes e Rodrigo Afonso de Aragão, tinham um monte defeso em Loureiro (hoje freguesia de Oliveira de Azeméis), "e nom dam a el Rey quinhon desse monte nem desse montadigo nen'o seu homem nom ham hy herdade mays veem do linhagem e dizem que defendem mays desse monte ca sohiam". Nas mesmas inquirições documenta-se que fez casa de morada na vila de Valverde (Stª Mª de Ul, Oliveira de Azeméis), no lugar chamado *Mortidi* ou *Murtidi*, que fora de Martim de Aragão. Possivelmente é o Gil Esteves que era alvazil de Azambuja em 1270. & ca 1260 **Dórdia Gonçalves**, ca 1246-, que seria sobrinha de João Gonçalves, cavaleiro de Maçada, referido acima. O conde D. Pedro diz que D. Dórdia Gonçalves era filha de Afonso Gonçalves de Maçada e sua mulher D. Elvira Fernandes de Cabanões. Deve ser o Afonso Gonçalves de Maçada que nas inquirições de D. Dinis de 1284 é referido como tendo sido inquiridor e partidor do rei D. Afonso no julgado de Cambra, juntamente com Tomé Fernandes de Cabanões, certamente seu cunhado.

1.1.4.1. **Diogo Gil de Avelar**, ca 1261-1338/, que em 1333 vivia na Terra da Feira. & ca 1313 **Maria Anes de Cambra**, ca 1297- (uma sua irmã mais nova era freira em Arouca em 1327), filha de João Martins de Cambra e de sua 1ª mulher Mor Martins do Outeiro.

1.1.4.1.1. **Berengária Dias de Avelar**, ca 1314-1374, tendo deixado um casal ao mosteiro de Grijó & ca 1330 (1ª vez) **Martim Brandão (a)** & (2ª vez) **João Afonso de Sanir (b)**. Algumas genealogias tardias dão Martim Brandão filho do inglês Carlos Brandon, duque de Suffolk, o que é uma fantasia, além do mais anacrónica. O conde D. Pedro, embora não o filie, já refere este Martim Brandão e trata de vários indivíduos desta família, que já se documenta no séc. XII, ligada ao mosteiro de Lordelo. Nas inquirições de 1284 documenta-se um Martim Anes Brandão que tinha um casal na aldeia de Carvalhal de Oliveira, na freguesia de Romariz, julgado de Fermedo. D. Dinis (2, 107) legitimou um Lourenço Martins, filho de Martinho Brandão.

1.1.4.1.1.1. **(a) João Martins Brandão**, ca 1331-1362/, *alcaide-mor de Penamacor (1362)*. & /1351 **Leonor Esteves de Medas**, -1395/, *c/ testamento de 1387 acrescentº em 1395*.

1.1.4.1.1.2. **(a) Fernão Martins Brandão**, ca 1333-/1401, *alcaide-mor de Arronches (1.1.1363)*. Em 1369 foi-lhe coutada a herdade de Vale da Arca no termo de Montemor-o-Novo, morando então em Évora. A 21.3.1373 D. Fernando coutou-lhe a sua herdade a par de Stª Margarida, no termo da cidade de Évora, onde vivia, o que a 10.6.1401 D. João I confirmou a sua viúva e filhos, infelizmente não nomeados. Mas documenta-se como avô de Diogo Lopes Brandão, escudeiro da Casa do infante D. João, a quem D. Duarte confirmou o dito couto de Évora a 28.3.1436.

- 1.1.4.1.2. **Estêvão Dias de Avelar**, ca 1317-1393/, *escudeiro e vassalo, senhor de juro e herdade de Povolide e Nespereira (10.12.1385) e de Oliveira de Currelos do Conde e da quinta de Stº André de Azurara da Beira (9.8.1384)*. A 13.2.1393 Gonçalo Vaz Coutinho teve confirmação de D. João I do senhorio de Povolide, no termo de Viseu, que lho tinha vendido Estêvão Dias de Avelar. & ca 1342 **Senhorinha Afonso Furtado**, ca 1321 -, filha de Afonso Fernandes Furtado e Maria Gonçalves de Moreira.
- 1.1.4.1.2.1. **Beatriz Esteves de Avelar**, ca 1345-, *que instituiu capela em Bustelo, & ca 1366 Gonçalo Peres Alcoforado, ca 1335-, alcaide-mor de Campo Maior (24.7.1357), vassalo de D. Pedro I, senhor da honra de Alcoforado e padroeiro do mosteiro de Bustelo, infância padroeiro do mosteiro de Grijó (1365), co-senhor da quintã da Torre de Portocarreiro, filho de Pedro Martins Alcoforado, alcaide-mor de Elvas (24.7.1357), e de sua mulher Mor Gonçalves Camelo.<sup>12</sup>*
- 1.1.4.1.2.1.1. **Martim Gonçalves Alcoforado**, ca 1365-, *senhor de juro e herdade de Stª Cruz de Riba Longa (1.9.1384), senhor da honra de Alcoforado e torre de Bustelo, co-senhor da quintã da Torre de Portocarreiro, etc.* A 30.12.1406 D. João I confirmou a Martim Gonçalves Alcoforado, seu vassalo, que as suas quintãs de Lordelo, de Louredo e da Torre, eram honras antigas, conforme os traslados das inquirições que estavam na torre do castelo de Lisboa, onde se vê que a quintã de Lordelo, no julgado de Felgueiras, foi de Vasco Mendes Tição e era honra e a par dela tinha dois casais de Ferreira e um de Caramos, e a de Louredo, no julgado de Portocarreiro, foi de Lourenço Viegas e era honra com sete casais e meio seus e quatro casais e meio de Mancelos e de Vila Boa, e a quintã da Torre era honra, com dois casais da Portela, um casal de Mancelos em Maiorelos e outro em S. Pedro de Abragão, que ora traz Rui Gonçalves Bafardel e foi de Egas Henriques e João Henriques. Deu-lhe ainda a quintã de Recezinhos, no julgado de Santa Cruz de Riba Tâmega. & ca 1395 **D. Maria (...)**.
- 1.1.4.1.2.1.1.1. **Fernão Martins Alcoforado**, ca 1400-/1453, *senhor da honra de Alcoforado e torre de Bustelo, senhor de Mourisca e Aguieira (Águeda), co-senhor da quintã da Torre de Portocarreiro, etc.* Teve parte das honras e quintãs da Torre de Portocarreiro, de Louredo e Lordelo, por confirmação de D. Duarte de 7.1.1435. Nesta sucessão estava incluído o padroado da igreja de Vila Boa de Quires, que perdeu por ter estado em Alfarrobeira, como se diz quando o dito padroado foi doado a 14.5.1451 ao duque de Bragança. Referido como fidalgo da Casa do infante D. Pedro, com quem esteve em Alfarrobeira, teve por isso carta de perdão de 12.8.1451 de D. Afonso V, a pedido de Isabel Pereira, restituindo-lhe toda a boa fama, bens, liberdades e privilégios, a possibilidade ser recebedor em juízo e fora dele e de testar. A 31 de Agosto do mesmo ano o mesmo rei confirmou a Fernão Martins Alcoforado todos os privilégios e honras para as suas quintãs e honras de Lordelo, de Louredo e da Torre, e para dois casais em Ferreira. Por aquela carta de perdão voltou a ter também o padroado de Vila Boa de Quires. À sua parte do senhorio de Portocarreiro juntou a parte de sua

mulher e prima D. Maria da Cunha. & a 1ª vez ca 1435 com **Mécia Vasques**, que ele matou por adultério, exilando-se depois com medo da justiça. Ao abrigo da amnistia geral, combateu depois no cerco de Tânger (1637), vindo a obter perdão real, depois de feito o respectivo inquérito, a 29.11.1439. & 2ª vez ca 1435 com **D. Maria da Cunha, 1414-1500**, sua prima, *senhora de juro e herdade de Portocarreiro (28.3.1431), co-senhora da quintã da Torre de Portocarreiro, etc.*, filha do alferes-mor Gil Vasques da Cunha, já viúva do Dr. Martim do Sem e que depois casou (1454) com Nuno Martins de Portocarreiro.<sup>13</sup>

1.1.4.1.2.1.2. **Rui Gonçalves Alcoforado, ca 1370-1434**, vassalo de D. João I e D. Duarte, *senhor de juro e herdade de Penas Roias e Bemposta (17.10.1398) e de Castro Vicente (30.1.1396)*, confirmados pelo rei a seu filho em 1434. & ca 1399 **Isabel Pereira, ca 1380-1451/**, a pedido de quem Fernão Martins Alcoforado, referido acima, portanto seu sobrinho por afinidade, teve em 1451 carta de perdão por ter estado em Alfarrobeira ao lado do infante D. Pedro.

1.1.4.1.2.1.2.1. **Martim Gonçalves Alcoforado, ca 1412-1444**, *senhor de juro e herdade de Penas Róias, Bemposta e Castro Vicente*, senhorios e alcaidaria que D. Duarte lhe confirmou a 21.1.1434 por morte de seu pai. Vendeu depois Castro Vicente a Álvaro Pires de Távora por 550 coroas de ouro, do que este teve carta de confirmação de D. Duarte de 20.6.1435. & ca 1437 com **D. Violante de Vasconcellos, ca 1418**, tendo em conta que a 4.4.1497 o celebrado Duarte Pacheco Pereira, fidalgo da Casa Real, morador em Lisboa, fez perante o bacharel Cosme Anes, juiz dos feitos cíveis de Lisboa, uma justificação de nobreza onde consta que era filho de João Pacheco e sua mulher D. Isabel Pereira e *neto materno de Martim Gonçalves Pereira e sua mulher D. Violante de Vasconcellos, senhores de Pena Roias, Castro Vicente e Bemposta*. Ora, não existiu nenhum Martim Gonçalves Pereira que tivesse tido estes senhorios, pelo que Duarte Pacheco Pereira, ou por ignorância ou para valorizar o nome Pereira que usava, deu indevidamente este apelido ao avô Martim Gonçalves. Mas podia bem ser por ignorância, dado que Duarte Pacheco Pereira nasceu em 1460 e este avô faleceu em 1444, portanto 16 anos antes do seu nascimento. A mãe, D. Isabel Pereira, teve assim o nome da avó paterna Isabel Pereira, que acima dei como mulher de Rui Gonçalves Alcoforado. Uma das testemunhas da justificação de nobreza de Duarte Pacheco Pereira, Pedro Vaz de Almeida, fidalgo da Casa Real, morador em Lisboa, que se declara parente de Duarte Pacheco Pereira, diz que ouviu dizer que D. Isabel Pereira era sobrinha da almiranta a velha. A enigmática

expressão pode ser entendida, dada a sua substância e a cronologia em que foi feita, como uma referência a um parentesco com o almirante-mor do reino Lopo Vaz de Azevedo. Mas, neste caso, só se entende se a antedita D. Violante de Vasconcellos fosse irmã de Luiz Mendes de Vasconcellos, de Elvas, casado com D. Isabel de Azevedo, filha do antedito almirante-mor e irmã de António de Azevedo, que sucedeu ao pai no cargo. Tanto mais que Alão dá a Luiz Mendes de Vasconcellos uma filha D. Violante. Neste caso, não existiria entre D. Isabel Pereira e os almirantes-mores propriamente um parentesco, sendo ela apenas sobrinha por afinidade de uma filha do almirante-mor Lopo Vaz de Azevedo, que era também irmã do almirante-mor António de Azevedo, embora este só a 1.10.1501, portanto quatro anos depois da antedita justificação de nobreza, tenha tido mercê para suceder no cargo quando seu pai morresse. Neste caso, D. Violante de Vasconcellos seria filha de Mem Rodrigues de Vasconcellos, que foi legitimado por carta real de 5.5.1408, filho de D. Mem Rodrigues de Vasconcellos, mestre da Ordem de Santiago (3.2.1387), e de Beatriz Nunes, que dizem ser a filha bastarda de Nuno Fernandes de Moraes, embora esta Beatriz Nunes tenha sido legitimada por carta real de 5.3.1421, sem nenhuma referência a ser mãe de Mem Rodrigues de Vasconcellos. Se bem que esta legitimação foi necessariamente tardia, pois Nuno Fernandes de Moraes nasceu cerca de 1345 e foi ele próprio legitimado por carta real de 1.1.1367.

1.1.4.1.2.1.2.1.1. **Rui Gonçalves Alcoforado**, *ca 1435-1468*, cavaleiro e criado do marquês de Valença, que foi o último senhor de Penas Róias e Bemposta. A 15.5.1444 D. Afonso V nomeou Rui Gonçalves Alcoforado, filho de Martim Gonçalves Alcoforado, para o cargo de alcaide do castelo de Penas Róias, assim como o tinha seu pai, com todas as rendas e direitos, ficando na posse do dito castelo Álvaro Pires de Távora, do Conselho, enquanto o dito Rui Gonçalves for de menor idade. A 2.2.1457 Rui Gonçalves Alcoforado, sendo já referido como cavaleiro e criado do marquês de Valença, teve carta de confirmação real da venda que fez de Penas Róias ao dito Álvaro Pires de Távora. A 2.10.1469 o mesmo rei privilegiou Rui Gonçalves Alcoforado e sua mulher Filipa Vasques, concedendo-lhes licença para vender a sua terra de Bemposta, com seus termos, direitos,



rendas, tributos e jurisdição cível e crime, a Vasco Fernandes de Sampayo, do seu Conselho, e a sua mulher D. Mécia de Mello, mediante determinadas condições. & ca 1459 com **Filipa Vasques**. Tiveram uma filha, Helena Rodrigues Alcoforado, ca 1460-1512/, que casou com Gonçalo Vaz Guedes, ca 1452-1512/, 2º morgado de Stª Comba de Lobrigos (Stª Marta de Penaguião), meirinho da correição da comarca de Trás-os-Montes (14.5.1496), em sucessão ao pai. A 14.5.1496 Gonçalo Vaz, escudeiro, foi nomeado meirinho na comarca de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, tal como o até aqui foi de Trás-os-Montes seu pai. Mas não terá nunca exercido em Entre-Douro-e-Minho, pois nesse mesmo dia foi nomeado meirinho da comarca de Entre-Douro-e-Minho André Pinto, que efectivamente exerceu, até ser substituído no ano seguinte por Sebastião Gonçalves. Gonçalo Vaz Guedes exerceu em Trás-os-Montes pelo menos até 19.9.1499, data em que Martim Vaz, criado de Gonçalo Vaz, meirinho na comarca de Trás-os-Montes, teve mercê do ofício de porteiro da comarca e correição de Trás-os-Montes, assim como foi até aqui por carta dos desembargadores na alçada da dita comarca. Já não exercia a 26.11.1501, data em que o antedito André Pinto era meirinho da comarca de Trás-os-Montes. A 24.5.1512 Gonçalo Vaz Guedes e sua mulher Helena Rodrigues fizeram procuração para se cobrar de Diogo Fernandes Cabral ou do almoxarife de Lamego o que se lhe ficou a dever do ordenado de meirinho que serviu da correição de Trás-os-Montes. Era filho de outro Gonçalo Vaz Guedes, ca 1425-1496, e de sua mulher Maria Rodrigues A 25.6.1451 D. Afonso V nomeou Gonçalo Vasques Guedes, escudeiro do conde de Ourém, e a seu pedido, para o cargo de meirinho da correição da comarca de Trás-os-Montes, em substituição de Gonçalo Vasques, que estava doente. A 28.10.1458 privilegiou Gonçalo Vasques Guedes, escudeiro do marquês de Valença, concedendo-lhe licença para nomear um

escrevão que exerça por ele os officios. E a 29.4.1475 privilegiou Gonçalo Vasques Guedes, seu escudeiro, meirinho de Trás-os-Montes, por ser homem fidalgo e estar pronto a servir na guerra com homens, armas e bestas. Este Gonçalo Vaz Guedes instituiu em 1462 o morgadio de St<sup>a</sup> Comba. Não era, como se diz, filho mas sim neto do Gonçalo Vaz Guedes que foi alcaide-mor de Monsanto. Este já o era a 4.11.1389, data em que D. João I confirmou a «*g.o uasqz alcaide de Monsanto*» as 100 libras de que tinha feito mercê a seu pai. Tendo em conta a cronologia apontada, a Maria Vaz Guedes que casou com Luiz Mendes de Vasconcellos não podia ser, como diz Gaio, filha de Gonçalo Vaz Guedes e Helena Rodrigues Alcoforado, mas sim irmã deste Gonçalo Vaz e filha do Gonçalo Vaz Guedes 1<sup>o</sup> morgado de St<sup>a</sup> Comba. Com geração nos Guedes Alcoforado.

1.1.4.1.2.1.2.1.2. **D. Isabel Pereira**, ca 1440. & ca 1459 **João Pacheco**, ca 1440-1477. A 21.7.1455 D. Afonso V doou a João Pacheco, filho de Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor das coisas régias de Ceuta, enquanto sua mercê for, uma tença anual de 4.800 reais de prata, para seu estudo, a partir de 1.1.1455. Era filho de Gonçalo Pacheco, ca 1398-1477, alcaide-mor de Portalegre e tesoureiro das coisas de Ceuta na cidade de Lisboa, e de sua mulher Ana Dinis, já viúva de Gonçalo de Tavares, falecido em 1439, também alcaide-mor de Portalegre e tesoureiro das coisas de Ceuta na cidade de Lisboa. Foram pais do celebrado Duarte Pacheco Pereira (1460-1532), navegador e cosmógrafo, autor de "*Esmeraldo de Situ Orbis*".

1.1.4.1.2.1.2.2. **Álvaro Gonçalves Alcoforado**, ca 1414-1458/, fidalgo da Casa do conde de Ourém e marquês de Valença, que por ele era alcaide-mor do Outeiro (Bragança) quando, a pedido do dito marquês, a 3.11.1458 D. Afonso V o fez também alcaide das sacas da mesma vila. Era fidalgo da Casa do conde de Ourém quando a 18.11.1454 foi substituído no cargo de coudel de Miranda, Linhares, Penas Róias e Bemposta. & ca 1449 com **Isabel Gomes**,

donzela da Casa de D. Afonso V. A 12.10.1450 D. Afonso V doou Isabel Gomes, donzela da sua Casa, uma tença anual de 10.000 reais de prata a partir de 1.1.1450, por seu casamento com Álvaro Gonçalves Alcoforado, fidalgo do conde de Ourém, até que lhe seja pago o dote de 1.000 coroas de ouro. Destes foi filho, pelo menos, outro Álvaro Gonçalves Alcoforado, freire em Tomar e comendador da Ordem de Cristo, que de mulheres diferentes deixou duas filhas: 1) Genebra Alcoforado, *ca 1472-*, casada com João Gonçalves de Castilho, fidalgo morador em Tomar, possível filho do João de Castilho, castelhano, que vivia em Torres Novas quando a 5.4.1462 teve carta real de privilégio de fidalgo, com geração nos Alcoforado de Vouzela; e 2) Ana Dias Alcoforado, casada com Jorge Camelo, legitimado por carta real de 26.3.1481, com geração nos Camelo Alcoforado de Stª Marinha de Zêzere.

1.1.4.2. **Sancha Gil de Avelar & Pedro Anes de Fafião**, segundo o conde D. Pedro.

1.1.4.2.1. **Gonçalo Pires de Fafião & Guiomar Gonçalves Nogueira**. O conde D. Pedro, que o apresenta como filho único, diz que teve filhos.

1.1.4.3. **João Gil de Avelar**, *ca 1267 -1337, meirinho-mor da Beira (1335) ou corregedor e vedor das justiças no meirinhado da Beira (1337)*. Em 1323 testemunhou uma doação ao bastardo real Fernão Sanches. & **Aldonça Anes de Castelões**, filha de João Martins de Castelões, segundo o conde D. Pedro, que não lhes aponta filhos.

2003

## Siglas e Abreviaturas

& = casou com

Data antecedida de & = data de casamento

Data antecedida de hífen = data da morte

Data seguida de hífen = data de nascimento

Data antecedida de barra = antes da data apontada

Data seguida de barra = depois da data apontada

ca = cerca

s.g. = sem geração

leg. = legitimado por carta real

r. = referido a ou referência de

## Notas

<sup>1</sup> Vide a sua ascendência nos meus estudos "*Os Ribadouro - proposta de reconstituição genealógica*", 2003, e "*Ribadouro e Pacheco (séc. X a XIII). Origem dos Fonseca, dos Soveral, dos Alvellos e de uma outra família Soveral extinta*", 2003.

<sup>2</sup> Vide "*Os Ribadouro - proposta de reconstituição genealógica*", ob. cit.

<sup>3</sup> A ideia errada de que as armas são dos Avelar e apenas usadas pelos Soveral ainda hoje faz carreira em autores menos informados e radica sobretudo na deplorável reforma heráldica manuelina que, entre outros erros, apenas registou as armas sob o nome Avelar. Mas, apesar disso, em todas as cartas de armas passadas a membros da família Soveral os reis de armas souberam distinguir e assinalá-las como sendo as dos Soveral, embora alguns as refiram iguais às dos Avelar. Se as armas dos Soveral, como julgo, tinham por diferença estrelas de seis pontas e as dos Avelar estrelas de oito pontas, as armas que reforma manuelina atribuiu aos Avelar na verdade eram as dos Soveral. Como quer que seja, como a História sedimentou as coisas, podemos dizer que os dois nomes usam as mesmas armas, armas estas que são anteriores a ambos os nomes. A supremacia que no meio genealógico e heráldico os Avelar ganharam sobre os Soveral deve-se, desde logo, ao facto de o conde D. Pedro titular a família como Avelar. O que se compreende, na medida em que o nome Avelar surge uma geração antes do nome Soveral, sendo que o 1º Avelar desta linhagem foi pai do 1º Soveral. Temos contudo de considerar duas coisas que contrabalançam esta aparente supremacia heráldica. Por um lado, o irmão primogénito do 1º Soveral só teve uma filha, sem geração, pelo que a chefia da linhagem passou para a descendência Soveral. Por outro lado, o nome Avelar é pré-existente e entra na linhagem por fêmea, sendo quase certo que esses Avelar anteriores tinham uma heráldica própria. Passa-se aqui, neste aspecto, o que aconteceu com os Pacheco, também uma linhagem autónoma, certamente com heráldica própria, que se ligou aos Ferreira, senhores de Ferreira de Aves, passando o nome por fêmea e as armas pela varonia, conforme explico em "*Ribadouro e Pacheco*", ob. cit. Portanto, sem revisionismos históricos, o que hoje de mais correcto podemos dizer é que as linhagens irmãos dos Soveral e dos Avelar partilham as mesmas armas, pelo que estas tanto são de uma como de outra linhagem.

<sup>4</sup> Vide "*Ribadouro e Pacheco (séc. X a XIII). Origem dos Fonseca, dos Soveral, dos Alvellos e de uma outra família Soveral extinta*", ob. cit.

<sup>5</sup> Vide o meu livro "*Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*", Porto 2004. De Gaspar de Soveral foi bisneto sucessor outro Gaspar de Soveral, 6º morgado de S. Teotónio de Sernancelhe, que a 16.10.1565 instituiu na matriz a capela de Nª Sª do Pranto, onde foi sepultado. Depois de viúvo de sua mulher D. Violante de Carvalho, Gaspar de Soveral foi cavaleiro professo da Ordem de Malta, comendador de Sernancelhe nesta ordem e abade da freguesia (1553). Na segunda metade do séc. XX a igreja matriz de Sernancelhe sofreu grandes obras de restauro, que nomeadamente substituíram o teto da capela-mor, em adiantado estado de degradação. Ai se podiam ver, antes desta intervenção, as armas dos Soveral num escudo oval, sobre a cruz da Ordem de Malta, que Gaspar de Soveral mandou pintar, sendo abade e comendador de Sernancelhe. Da mesma época (finais do séc. XVI) é a pedra de armas que mandou colocar no seu solar de Sernancelhe, também um escudo oval com Soveral em pleno, encimado por um coronel de nobreza. Esta bela pedra de armas é um exemplar valioso, pois apresenta características muito evoluídas em comparação com o que então se fazia em Portugal, assemelhando-se ao que nessa época se fazia nomeadamente em Itália, mas também em Malta, lugares que Gaspar de Soveral certamente visitou. Gaspar de Soveral não teve filhos de sua mulher, mas teve em Francisca de Queiroz o filho sucessor, Pedro de Soveral, legitimado por carta real de 12.11.1551, que em 1586 instituiu a capela do Santíssimo, no santuário da Lapa, onde foi sepultado. Pedro de Soveral, 7º morgado de S. Teotónio e 2º de Nª Srª do Pranto, fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo (12.5.1581), tirou o bacharelato em Cânones na Universidade de Salamanca e depois matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde concluiu a licenciatura em 1556. Foi sucessivamente juiz de fora da Covilhã, escrivão da auditoria geral da gente de guerra (9.6.1581), desembargador dos Agravos e da Casa da Suplicação de Lisboa (9.3.1585), procurador da Coroa e chanceler-mor do reino no tempo de D. Filipe II. Pedro de Soveral e sua mulher D. Maria de Almeida Castello-Branco tiveram muitos filhos, todos ilustres. O primogénito foi D. Francisco de Soveral, bispo de S. Tomé (5.10.1623) e de Angola e do Congo (8.2.1627), frade de Stª Cruz de Coimbra, cônego regular de Stª Agostinho (1588), doutorado em Teologia pela Universidade de Coimbra (10.6.1619), deputado da Mesa do Santo Ofício, etc. Matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1595, sendo referido como D. Francisco de Soveral, padre de Stª Cruz. Faleceu bispo de Angola e Congo a 5.1.1642, sendo sepultado na igreja de Nª Sª da Victória de Massangano e depois trasladado para a catedral de Luanda. Os outros filhos foram Nicolau de Soveral, almirante-general do Estado da Índia e governador de Mombaça; José de Soveral, abade de Sernancelhe; Lourenço de Soveral, lente da Universidade de Coimbra, abade de S. Tiago de Marialva (24.3.1635) e de Nª Sª da Assunção de Casteirão (1622), que em 1605 se matriculou em Cânones na Universidade de Coimbra, tirando o bacharelato a 10.6.1614, a formatura a 10.4.1616 e mais tarde o doutoramento, em 1635; D. Roque de Soveral, Dom frei geral da Ordem de Cristo, doutorado em Teologia pela Universidade de Salamanca, deputado da Mesa do Santo Ofício, etc., que publicou uma "*História do insigne aparecimento de Nossa Senhora da Luz e suas obras maravilhosas*" e um sermão pregado nas exéquias da rainha D. Margarida de Áustria, que professou em 1590 e faleceu com 90 anos a 10.9.1660, sendo sepultado no convento de Tomar; João Fernandes de Almeida, licenciado em Leis pela Universidade de Coimbra (1612), desembargador da Relação do Porto, familiar do Santo Ofício (20.7.1613) e inquisidor de Goa, etc. que esteve em Roma, tendo-lhe o Papa Clemente VIII concedido a 31.1.1600 uma pensão de 50.000 réis anuais a pagar na Mesa Episcopal; e finalmente Teotónio de Soveral de Almeida, o mais novo, que acabou por suceder. Este Teotónio de Soveral de Almeida, 8º morgado de S. Teotónio de Sernancelhe, 3º morgado de Nossa Senhora do Pranto e 2º morgado da Lapa, foi fidalgo da Cara Real e cavaleiro da Ordem de Cristo (1606), tendo recebido de D. Filipe I e D. Filipe II tenças de 30.000 réis e carta de privilégio de fidalgo. Nasceu cerca de 1573 e esteve matriculado em Instituta na Universidade de Coimbra em 1598 e 1599. Casou com D. Catarina de Carvalho e Vasconcellos, senhora do couto de Vieiro, em Ervedosa (Pinhel) e do reguengo da Alagoa de Viseu, no Algarve. Entre os seus filhos destaca-se o primogénito, Teotónio de Soveral de Carvalho e Vasconcellos, que foi moço fidalgo e

fidalgo escudeiro, sendo a 3.12.1674 acrescentado fidalgo cavaleiro da Casa Real, com 2.000 réis de moradia, e que morreu solteiro na Índia, em vida de seu pai; João de Soveral de Carvalho, sucessor; e Francisco de Soveral, que Instituiu um morgadio de capela no couto de Vieiro, em que sucedeu seu sobrinho João, que a 10.4.1742 obteve provisão para sub-rogar certos bens que pertenciam a este vínculo, que faleceu solteiro, sem geração. João de Soveral de Carvalho (1625-1668), fidalgo da Casa Real, sucessor nos morgadios do pai, nomeadamente no solar de Sernancelhe, e a seu tio Francisco no morgadio e capela do couto de Vieiro, foi mestre-de-campo de Auxiliares de Viseu e comendador de Santa Maria de Sortelha na Ordem de Cristo (8.7.1642), A 25.1.1641, com 16 anos de idade, tendo já servido nas guerras da Restauração, requereu o hábito de Cristo de seu pai, mas foi-lhe recusado por não ter ainda 18 anos, vindo só a ter dispensa de menoridade a 9.5.1643, com 18 anos incompletos, embora no ano anterior já tivesse tido mercê da antedita comenda. João de Soveral de Carvalho, que também aparece como João de Soveral de Almeida, casou duas vezes, a primeira com D. Lourença Maria de Mesquita, de quem só teve filhas, todas freiras no convento de Moimenta da Beira, e a segunda vez com D. Maria de Vasconcellos e Almeida, de quem teve João de Soveral de Carvalho, o primogénito, fidalgo cavaleiro da Casa Real, com 2.000 reais de moradia por mês e 1 alqueire de cevada por dia (1674 e 1701), que faleceu solteiro sem geração; Manuel de Almeida de Vasconcellos, cavaleiro professo da Ordem de Malta e nesta ordem grã-cruz e presidente do Conselho de Guerra; e Teotónio de Soveral de Carvalho e Vasconcellos, que acabou por suceder. Este Teotónio de Soveral de Carvalho e Vasconcellos, baptizado a 25.3.1664 em Sernancelhe, foi fidalgo cavaleiro da Casa Real (3.12.1674), cavaleiro da Ordem de Cristo e mestre-de-campo dos Auxiliares de Viseu (1706). Em 1732 reformou a sua capela do Santíssimo no santuário da Lapa, onde jaz e deixou a seguinte inscrição: "Jazigo e capela dos sucessores de Pedro de Soveral, fidalgo da casa d'el rei, da Ordem de Cristo, sendo Morgado de Sernancelhe no ano de 1586, instituído por Fernão Pires de Soveral, alcaide mor de Celorico, no ano de 1366". Casou com sua prima D. Josefa Maria Bandeira Freire de Vasconcellos, morgada de Tabosa, e tiveram vários filhos, sendo o primogénito João de Soveral de Carvalho e Vasconcellos, capitão de Cavalaria, moço-fidalgo e fidalgo escudeiro (10.4.1701), acrescentado fidalgo cavaleiro da Casa Real a 30.10.1703, que a 17 de Janeiro de 1689 teve mercê da Ordem de Cristo com 12.000 réis de tença, sendo ainda menor, pelo que só recebeu o hábito em 1701, já com 88.000 réis, e que faleceu antes de seu pai; Rodrigo de Soveral de Carvalho e Vasconcellos, que sucedeu; José de Vasconcellos, cavaleiro professo, comendador e grã-cruz da Ordem de Malta, governador de Angola (1758), embaixador, capitão-tenente da Armada Real, etc., falecido a 2.1.1771; Luís Bandeira Galvão, governador de Castelo Rodrigo, fidalgo cavaleiro da Casa Real (30.10.1703), etc., que casou mas não teve geração; e João António Pereira de Vasconcellos, fidalgo cavaleiro da Casa Real (30.10.1703), que faleceu solteiro. Rodrigo de Soveral de Carvalho e Vasconcellos sucedeu no solar de Sernancelhe, sendo aí baptizado a 10.7.1695. Foi o 11º morgado de S. Teotónio de Sernancelhe, 6º morgado de Nossa Senhora do Pranto de Sernancelhe, 5º morgado da Lapa e 4º morgado do Couto de Vieiro. Fidalgo cavaleiro da Casa Real (30.10.1703), cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Offício (22.7.1727), formou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra e foi desembargador da Relação do Porto e cidadão nobre da governança de Viseu, sendo nomeadamente vereador do Senado da Câmara pela nobreza em 1744. Foi ainda o 1º senhor de juro e herdade da Lapa, por mercê de 17.12.1753. Casou com D. Antónia Joana de Souza Sottomayor, que faleceu viúva a 9.5.1790 no Porto (Stº Ildefonso), deixando herdeiro seu sobrinho Rodrigo de Souza da Silva Alcoforado, coronel de Cavalaria em Guimarães (futuro 1º barão de Vila Pouca). Rodrigo de Soveral de Carvalho e Vasconcellos e sua mulher não tiveram filhos, pelo que a ele sucedeu seu sobrinho materno José de Almeida de Soveral de Carvalho e Vasconcellos, filho de sua irmã D. Mariana Antónia Tereza de Soveral e Vasconcellos e seu marido e primo José Manuel de Almeida Leitão, 11º senhor de Moçâmedes e da honra de Lamações, fidalgo cavaleiro da Casa Real (20.4.1743, pelos serviços do sogro e a requerimento do cunhado doutor Rodrigo de Soveral de Carvalho e Vasconcellos), mestre-de-campo dos Auxiliares de Pinhel, capitão-mor de Lafões, etc. José de Almeida de Soveral de Carvalho e Vasconcellos (1737, S. Pedro do Sul – 12.4.1812, Lisboa) foi governador e capitão-general de Angola (1784 – 1790), onde fundou a cidade de Moçâmedes, governador de Goiás (Brasil), do Conselho do Ultramar, fidalgo cavaleiro da Casa Real (27.3.1750), alcaide-mor de Barcelos, comendador de Santa Maria de Manteigas (Seia) e de Santa Maria de Alcofra (Viseu) na Ordem de Cristo (2.11.1785). Sucedeu ao pai como 12º senhor de juro e herdade de Moçâmedes (19.2.1785) e da honra de Lamações, e ao tio materno como 2º senhor de juro e herdade da Lapa (20.4.1760), 12º morgado de S. Teotónio de Sernancelhe, 7º de Nossa Senhora do Pranto, 6º morgado da Lapa e 5º morgado do Couto de Vieiro. A 13.8.1779 teve o título de barão de Moçâmedes, de juro e herdade, e a 8.2.1805 foi feito visconde da Lapa, de juro e herdade. Casou com D. Maria Antónia de Portugal e Souza, filha dos morgados de Mateus, e foram pais do sucessor, Manuel de Almeida e Vasconcellos de Soveral de Carvalho da Maia Soares de Albergaria (2.10.1774, Lisboa - 29.7.1832, ib), conselheiro de Estado (21.8.1822), 2º visconde da Lapa e de Moçâmedes (1812), que a 31.8.1822 foi feito conde da Lapa de juro e herdade, com tratamento de Dom. Aos 16 anos sucedeu a seu pai como governador e capitão-general de Angola (1790 - 1797). Foi moço fidalgo da Casa Real (20.3.1789), Par do Reino hereditário, vedor da Casa Real, embaixador na Rússia e nos EUA, membro da Real Academia das Ciências de Lisboa, alcaide-mor de Barcelos, comendador de Santa Maria de Manteigas e Santa Maria de Alcofra na Ordem de Cristo, etc. Devido à extinção dos morgadios, foi o último senhor dos vários que administrava. Casou com D. Francisca de Paula da Câmara e Menezes, irmã do 1º conde de Belmonte, sendo pais do sucessor, D. Manuel de Almeida e Vasconcellos de Soveral de Carvalho da Maia Soares de Albergaria (30.12.1811, Lisboa - 17.11.1898, ib), que foi 2º conde da Lapa e 3º visconde de Moçâmedes, Par do Reino hereditário, vedor e porteiro-mor da Casa Real, e a 21.5.1872 teve uma tença de 130.000 réis por sucessão de sua mãe, a condessa D. Francisca de Paula da Câmara e Menezes. Casou com D. Francisca de Paula Luísa de Sousa Coutinho, filha dos marqueses de Borba e condes de Redondo, sendo pais de D. Manuel de Almeida e Vasconcellos, o primogénito; e de D. José Francisco de Almeida e Vasconcellos (23.2.1840, Lisboa - 25.4.1908, ib), moço fidalgo da Casa Real, vedor da rainha D. Maria Pia, comendador da Ordem de Nª Sª da Conceição de Vila Viçosa, cavaleiro da Torre e Espada, licenciado em Agronomia, etc., que sucedeu como barão de Moçâmedes, sendo a 21.3.1886 acrescentado visconde e a 19 de Maio do mesmo ano acrescentado conde, tendo casado com D. Maria Margarida Braamcamp de Mello Breyner, filha dos 2ºs condes de Sobral, com geração feminina. D. Manuel de Almeida e Vasconcellos (4.6.1833, Lisboa - 17.11.1898, ib) já não usou o nome Soveral a que seu avô e bisavô estavam obrigado por exigência dos morgadios, entretanto extintos. Foi moço fidalgo da Casa Real, Par do Reino hereditário e vedor e porteiro-mor da Casa Real, mas não chegou a suceder como conde da Lapa, pois morreu meia hora antes de seu pai. Casou com D. Maria das Dores de Sá Pereira e Menezes, filha dos 3ºs condes de Anadia, e só tiveram uma filha,

D. Maria Luiza de Almeida e Vasconcellos (25.4.1864, Lisboa - 10.11.1886, ib), que faleceu de parto do terceiro filho, tendo casado a 15.2.1882 com D. Francisco Lobo de Almeida de Mello e Castro, neto paterno dos 7<sup>os</sup> condes de Galveias e neto materno dos 1<sup>os</sup> duques de Saldanha. Destes foi filho sucessor D. Manuel das Misericórdias de Mello e Castro de Almeida e Vasconcellos (9.10.1885, Cascais - 14.9.1942, Celorico da Beira), que apesar da quebra de varonia teve de D. Manuel II dispensa de Lei Metal e sucedeu ao bisavô materno como 3<sup>o</sup> conde da Lapa. Seu filho sucessor, D. Manuel Francisco de Almeida e Vasconcellos (20.9.1914, Lisboa - 11.12.1979, Celorico da Beira), sucedeu como 4<sup>o</sup> conde da Lapa, por ser título de juro e herdade, embora nunca se tenha encartado. Foi um conhecido pintor, que usou o pseudónimo Manuel Lapa. Foi também o último senhor do solar dos Soveral, em Sernancelhe, que por seus avós tinha sido emprazado em três vidas a um caseiro. Com a mudança da lei dos prazos e foros, depois do 25 de Abril de 1974, a última vida que detinha o prazo ficou legalmente proprietária do solar. A linha chefe dos Soveral manteve, portanto, esta varonia até ao antedito Rodrigo de Soveral de Carvalho e Vasconcelos. Nas outras linhas Soveral a varonia também se foi extinguindo, restando agora apenas um ramo com varonia Soveral, varonia essa hoje representada pelo autor deste estudo.

<sup>6</sup> Vide o meu estudo "*Origem dos Souza ditos do Prado*", 2000.

<sup>7</sup> Vide "*Origem dos Araújo de Góis, do Brasil, e reconstituição genealógica dos Góis medievais*", 2010.

<sup>8</sup> Vide o meu "*Ensaio sobre a origem dos Almeida*", 2004.

<sup>9</sup> Vide "*Origem dos Araújo de Góis, do Brasil, e reconstituição genealógica dos Góis medievais*", ob. cit.

<sup>10</sup> Vide "*Os Ribadouro - proposta de reconstituição genealógica*", ob. cit.

<sup>11</sup> Vide "*Origem dos Araújo de Góis, do Brasil, e reconstituição genealógica dos Góis medievais*", ob. cit.

<sup>12</sup> Vide "*Quinta do Valinho, em S. Miguel de Beire (Paredes). História e Genealogia*", obra do autor a publicar brevemente.

<sup>13</sup> Vide "*Quinta do Valinho, em S. Miguel de Beire (Paredes). História e Genealogia*", ob. cit.